

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Júlio César Nogueira Soares

**A VENEZUELA REVOLUCIONÁRIA E BOLIVARIANA DE HUGO CHÁVEZ:
entre a herança caudilhista e a ascensão de um novo Bloco Histórico**

Belo Horizonte

2012

Júlio César Nogueira Soares

**A VENEZUELA REVOLUCIONÁRIA E BOLIVARIANA DE HUGO CHÁVEZ:
entre a herança caudilhista e a ascensão de um novo Bloco Histórico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Taiane Las Casas Campos

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S676v Soares, Júlio César Nogueira
A Venezuela revolucionária e bolivariana de Hugo Chávez: entre a herança caudilhistas e a ascensão de um novo bloco histórico / Júlio César Nogueira Soares. Belo Horizonte, 2012.
139f.

Orientadora: Taiane Las Casas Campos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Venezuela – Dependência de países estrangeiros. 2. Venezuela – Política e governo. 3. Chávez Frias, Hugo, 1954- . 4. Blocos econômicos. I. Campos, Taiane Las Casas. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 987

Júlio César Nogueira Soares

**A VENEZUELA REVOLUCIONÁRIA E BOLIVARIANA DE HUGO CHÁVEZ:
entre a herança caudilhista e a ascensão de um novo Bloco Histórico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Taiane Las Casas Campos (Orientadora) – PUC Minas

Otávio Soares Dulci – PUC Minas

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini – UFRGS

Belo Horizonte, 19 de março de 2012

A memória de Lênin e Gramsci,
em cujos escritos se encontra a
essência das Relações Internacionais

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos os momentos em que acreditei que nunca teria de fato a chance de escrever estas linhas e agradecer formalmente às pessoas que tornaram o cumprimento desta etapa possível. Mas depois de dois anos de muita dedicação e sacrifício contra todas as adversidades que se impuseram, eis que surge a oportunidade de celebrar as amizades e os vínculos mantidos com essas pessoas tão fundamentais.

Em primeiro lugar, agradeço a Fidel Castro Ruz, fonte de inspiração permanente, política e moral. Agradeço a Murilo, meu pai, acima de tudo pelo exemplo, que é o que de mais valioso pode-se transmitir a um filho, mas também por toda uma história de ensinamentos sobre os melhores valores e princípios que um ser humano pode carregar. À Rose, minha mãe, dedico esta dissertação em razão dos dias e noites de companhia cativa e compreensiva durante os momentos mais difíceis.

Impossível seria não agradecer a cada um dos meus irmãos, e tenho cinco belos exemplos da inquebrantável amizade que se pode estabelecer entre pessoas criadas lado a lado. Maíra segue sendo quem mais me entende, principalmente por que é quem ama de forma mais incondicional. Agradeço eternamente por haver me dado dois sobrinhos maravilhosos, Lara e Raul, que me ensinaram de novo a compreender essa etapa única e perfeita que é a infância. À Marina, aprendi a amar e admirar com o tempo, mas nossa convivência ainda provará que temos muito a aprender juntos. Com Bárbara construí uma relação de incomum cumplicidade, fruto de uma amizade rara mesmo entre irmãos. Victor é companheiro insubstituível dos domingos, das viagens a Buenos Aires e das discussões intermináveis sobre o Galo e a Argentina. E tem ainda Dieguito, que com tão pouca idade preserva uma capacidade inesgotável de cativar para sempre todos que por ele passam. Considero-me privilegiado por ter a chance de conviver com essas cinco pessoas tão diferentes entre si e igualmente fascinantes.

Ao longo destes 30 anos, minha família expandiu seus vínculos estritamente sanguíneos e ganhou a adesão de pessoas com as quais não possuo qualquer ligação biológica, mas não por isso deixaram de ter para mim o papel de verdadeiros familiares. À Juarez Amorim jamais poderei agradecer por haver começado e terminado este mestrado. Tão importantes como ele foram outros tantos comunistas que tive a honra de conhecer desde criança, e com os quais mantenho hoje as mais sinceras amizades. Luzia, Paulo, Freire, Coruja, Chicão, Renê, Adalberto, Granja, Aelton, com vocês aprendi a conhecer e praticar o bom, o justo e o melhor do mundo.

Jamais poderei agradecer também a Taiane, orientadora desta pesquisa, por ter acolhido minha dissertação em um momento particularmente difícil do mestrado, por ter mantido sua escolha e por ter me apoiado durante a elaboração de todo o trabalho. Estendo este agradecimento aos professores e colegas da PUC (Guilherme, Luis, Henrique, Marcus, Pablo, Bernardo, Luciana, Sona, Letícia, Paris, Fátima, Javier e Otávio), que se fizeram companhias fundamentais não apenas nas aulas, mas também fora da universidade, onde espero que sigamos nos encontrando.

Agradeço aos amigos sem os quais estes dois anos se tornariam uma verdadeira eternidade. Afeto e solidariedade sem fim declarados a: camarada Nelson, Aline (sem valor nossos encontros dialéticos), Carlos Ribas, Rege, Lívia, Samuel, Elton, Bruno, Igor, Leonardo, Mateus, Rosângela, Clayton, Guilherme, Glória, Marina, Alexei, Nathy, Amanda, Soninha, Cacau e Luciano.

Lembro-me também de muitos lugares e passagens que marcaram estes dois anos de mestrado, entre eles as longas caminhadas por BH e por Havana, que, como diria Eduardo Galeano, “me economizaram milhares de reais em psicanálise”.

Para finalizar, dedico esta dissertação a vida e a memória de todos os que deram e continuam dando suas vidas, no Brasil e fora dele, para construir um mundo diferente deste em que vivemos, mais justo, mais humano e mais fraterno.

La utopía está siempre en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar. (GALEANO, 2001).

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida para analisar e interpretar as relações de dependência mantidas na primeira década do século XXI entre a matriz do terceiro regime hegemônico, os Estados Unidos, e um determinado país periférico da América Latina. A Venezuela foi o Estado Nacional definido em razão de que, desde 1999, o país é governado por um líder político declaradamente avesso a manutenção desta dependência com os estadunidenses. Presidente da Venezuela há treze anos, Hugo Chávez liderou o processo de implantação da Revolução Bolivariana, regime que se mantém a frente da nação até os dias atuais. Fundado sobre os princípios centrais do nacionalismo, inspirado em Simon Bolívar, e do ainda nebuloso conceito de socialismo do século XXI, o governo Chávez fez as atenções do mundo voltarem-se para a Venezuela, conferindo ao país níveis de projeção internacional no setor não apenas econômico, em razão de suas extensas reservas de petróleo, mas também no campo geopolítico, no qual o país manteve tímida atuação ao longo do século XX. Nossa pesquisa trata de fomentar este debate acerca das conquistas e retrocessos do governo liderado por Chávez a luz do conceito de Bloco Histórico, criado por Gramsci na Europa dos anos 1930. O referido conceito foi utilizado para interpretar os principais feitos da Revolução Bolivariana de Hugo Chávez no ambiente doméstico da Venezuela, assim como em sua etapa externa, com enfoque para as relações mantidas pelo país com a América Latina e com o capitalismo central, representado na pesquisa por Rússia e China.

Palavras chave: Revolução Bolivariana. Venezuela. Bloco Histórico. Hugo Chávez. Dependência.

ABSTRACT

The present thesis was developed to analyze and interpret the dependency relations established in the first decade of the 21st century between the center of the third hegemonic regime, the United States, and one determinate peripheral country of the Latin America. Venezuela was the National State chosen because, since 1999, the country has been presided by a leader publicly critical to the continuing of this dependency on the North Americans. President of Venezuela for the last thirteen years, Hugo Chávez has been ahead of the implantation process of the Bolivarian Revolution, regime that remains in the power to the current days. Founded on the main principles of the nationalism, inspired in Simon Bolívar, and the still confuse concept of 21st century socialism, Chávez government made the attentions of the world went into Venezuela, giving to his country levels of international projection not only in the economy, because of its extended oil reservations, but also in the geopolitical field, in which the nation kept a timid actuation during the last century. Our search foments this debate around the advances and the withdrawals of the Chávez government, under the light of the concept of Historical Bloc, created by Gramsci in the 1930 years Europe. This concept were used to interpreter the main acts of the Hugo Chávez Bolivarian Revolution both in the Venezuelan domestic plan and in its foreign policy, with directional focus into the news relations between Venezuela and the rest of Latin America, and also with the central capitalism, represented in this work by Russia and China.

Key words: Bolivarian Revolution. Venezuela. Historic Bloc. Hugo Chávez. Dependency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Acción Democrática

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

BCV - Banco Central da Venezuela

BDC - Banco Desenvolvimento Chinês

CAN - Comunidade Andina de Nações

CNE - Comissão Nacional Eleitoral

COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente

CTV - Central de Trabajadores da Venezuela

CVP - Companhia Venezuelana de Petróleo

EUA – Estados Unidos da América

FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

FEDECÁMARAS: Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela

FONDEN - Fondo de Desarrollo Nacional

FONDESPA - Fondo para el Desarrollo Económico y Social del País

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IRENE - Integración y Renovación Nueva Esperanza

MAS - Movimiento al Socialismo

MENPET- Ministério Del Poder Popular de Energia e Petróleo

MERCAL - Mercados de Alimentos

MERCOSUL - Mercado do Cone Sul

MPPRE - Ministério del Poder Popular para Relaciones Exteriores

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MVR - Movimiento Quinta República

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCV – Partido Comunista de Venezuela

P.E – Política Externa

PDVSA – Petroleos de Venezuela S.A.

PETROCARIBE - Petroleos de Caribe

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSUV - Partido Socialista Unido de Venezuela

RCTV- Radio Caracas Television

TLC – Tratado de Livre Comércio

UNASUR - Unión Suramericana de Naciones

URD – Unión Republicana Democrática

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 HEGEMONIA, DEPENDÊNCIA E BLOCO HISTÓRICO: DELIMITAÇÃO DO MARCO TEÓRICO	25
2.1 O imperialismo de Lênin.....	25
2.2 Gramsci e a relação “imperialismo – hegemonia”	29
2.2.1 Os três regimes hegemônicos	31
2.2.2 Hegemonia norte-americana: Caos sistêmico, Estado imperialista e capital financeiro	36
2.2.3 Novos organismos internacionais: A legitimação da hegemonia norte americana	39
2.2.4 Superação da aliança burguesa: A possibilidade de um novo Bloco Histórico.....	41
2.3 Dilema dos países periféricos sob a hegemonia norte-americana: Dependência ou desenvolvimento?	45
2.3.1 Dependência na América Latina: Surgimento e contribuições da Cepal	46
2.3.2 Aliança de classes: Contribuições de Cardoso e Faletto para a teoria da dependência	52
2.3.3 Dependência nas economias de enclave: O caso venezuelano	58
3 VENEZUELA SOB O TERCEIRO REGIME HEGEMÔNICO – ASCENSÃO E QUEDA DE UM PACTO DE ELITES.....	60
3.1 Momento de transição: Petróleo, crises de legitimidade e despotismo	60
3.1.1 Petróleo – Primeiras leis e regulamentações.....	61
3.1.2 Estado tardio e centralizado	63
3.1.3 Fim da Segunda Guerra – Um mundo novamente hegemônico	65
3.1.4 Venezuela às vésperas de Punto Fijo – Um país em ebulição	66
3.2 Venezuela democrática – Bipartidarismo clientelista em torno do petróleo	69
3.2.1 Choque de 1973: Um salto ao desenvolvimento que não aconteceu	72
3.2.2 Anos 1980: Os reflexos da década perdida na economia venezuelana	76
3.3 Venezuela no ambiente internacional – Inserção tardia de um Estado semi-colonial	79
3.3.1 Política Externa durante o Pacto de Punto Fijo: Entre o ativismo político e a submissão consensual	81
3.4 Consenso de Washington, país em crise e bipartidarismo ameaçado: Falência decretada de um regime	85
3.4.1 Impeachment, prisões e tentativas de golpe: O “nascimento” de Chávez e de um novo ciclo	87

4 REVOLUÇÃO BOLIVARIANA EM CURSO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA (1999-2009) DA VENEZUELA CHAVIZTA	92
4.1 Bolívar, Marx e Perón: Personalismo em torno de um novo líder	93
4.1.1 Bolivarianismo e socialismo: a união conveniente	94
4.2 Chávez no poder - Primeiros passos da nova Venezuela	98
4.2.1 2002: Golpe e contragolpe em um país dividido.....	100
4.3 A Venezuela de Hugo Chávez: transformações econômicas, políticas e sociais	105
4.3.1 A Revolução Bolivariana e a economia da Venezuela: novos rumos; mesma dependência	106
4.3.2 Nova vitória em 2006: Consolidação de um ciclo	110
4.3.3 Os avanços sociais da Venezuela chavizta.....	112
4.3.4 Novo arranjo político-institucional: Chavismo organizado e contornos de “partido único”	115
4.4 Nova inserção no ambiente internacional: Diplomacia política em torno do petróleo	118
4.4.1 Venezuela e ALBA – Unidade em torno da multipolaridade.....	120
4.4.2 Novos atores no capitalismo central: Ordem internacional em transformação	121
4.4.3 O Consenso de Pequim e as relações China – Venezuela.....	123
4.4.4 Venezuela e Rússia: Petróleo, indústria de base e setor militar	126
4.4.5 Resultados da Política Externa Bolivariana: Projeção externa e ativismo político ..	128
5 CONCLUSÃO.....	131
REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

Quando, no dia 2 de fevereiro de 1999, Hugo Rafael Chávez Frías tomou posse como presidente da República da Venezuela, o mundo conferiu ao mandatário eleito a destacada atenção que o fato merecia. Pela primeira vez em quarenta anos, a população venezuelana elegia um presidente sem qualquer ligação com os partidos que firmaram o Pacto de Punto Fijo, acordo político assinado no final dos anos 1950 que deu fim a uma secular trajetória de alternância entre frágeis governos democráticos e longas ditaduras militares.

Além de haver rompido com o bipartidarismo de *Acción Democrática* (AD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), Chávez venceu as eleições de 1998 na condição de presidente mais jovem de toda a história da Venezuela, tendo assumido o governo com 44 anos. Também chamou a atenção da comunidade internacional o fato de que o presidente escolhido pelos venezuelanos na última corrida presidencial do século XX era não apenas oriundo das Forças Armadas, tendo alcançado a patente de tenente-coronel, como também havia sido posto em liberdade quatro anos antes de sua primeira disputa eleitoral, em 1994. Chávez ficara preso por dois anos em razão de haver liderado uma fracassada tentativa de golpe de Estado em 1992.

Motivos não faltavam para acreditar que a Venezuela inauguraria então um novo ciclo de sua trajetória política. Inverossímil soaria, no entanto, prever que em 2012, treze anos depois de sua posse, Chávez seguiria na condição de presidente eleito da, desde o ano 2000, República Bolivariana da Venezuela.

Muito mais do que por sua idade, ou mesmo por sua origem militar, Chávez passou a chamar a atenção do mundo por liderar um dos fenômenos mais complexos da história recente da América Latina. Nos últimos treze anos, a Venezuela passou por transformações orgânicas em sua configuração política e social, transformações estas que, para os chaviztas, justificam o fato de que o governo atual seja caracterizado como o último movimento revolucionário nacional a assumir o poder no século XX.

Construído em torno da liderança personalista de Chávez, o governo eleito em 1998 para cumprir um mandato de cinco anos, sem direito à reeleição, permanece no poder até os dias atuais sob a alcunha de “Revolução Bolivariana”. A permanência do líder no cargo se fez viável, em oficial instância, em decorrência das mudanças constitucionais aprovadas pela maioria da população referentes ao fato de que a possibilidade de reeleição indefinida para os cargos do Poder Executivo passou a ser constitucional. Faz-se necessário então destacar que

Chávez governa a Venezuela estritamente em respeito ao que estabelece a Constituição de seu país.

O cumprimento dos preceitos mais fundamentais ao exercício da democracia representativa não alteraram, entretanto, o fato de que o governo Chávez tenha se consolidado na condição de período absolutamente particular da história venezuelana. E se, após alguma superficial análise, pudesse se aventar a possibilidade de que o chavismo se restringiria a alterar apenas o ambiente interno da Venezuela, sem com isso ousar interferir no papel que o país cumpria no sistema internacional, os primeiros movimentos do estadista no poder serviram para refutar tal argumentação. Em igual ou maior medida em relação a seu ambiente doméstico, o governo Chávez transformou a Política Externa da Venezuela, conferindo ao país níveis de projeção internacional jamais imaginados desde as primeiras décadas do século XX, quando descobriu-se que o país caribenho guardava uma das cinco maiores reservas de petróleo do mundo.

Nosso trabalho buscará, isto posto, examinar a suposta proximidade existente entre os aspectos empíricos da primeira década do governo chavizta (1999-2009) e os principais elementos próprios ao conceito de Bloco Histórico, criado por Gramsci na década de 1930 e desenvolvidos por outros autores ao longo do século XX. Preservadas aqui as diferentes interpretações conferidas ao termo por parte dos autores escolhidos para dar sustentação teórica ao trabalho, nossa pesquisa se baseará nas características mais fundamentais atribuídas a este conceito, segundo os quais um determinado país periférico passaria por um processo pacífico de transformação de sua estrutura burocrática. A chegada ao poder de um novo e popular Bloco Histórico é tratada pelos autores que se dedicaram a atualizar a obra gramsciana como um fenômeno político, econômico e cultural. Sua deflagração significaria que as elites nacionais, até então perpetuadas como classes dominantes e mantenedoras do aparelho estatal, seriam afastadas desta condição por meio da união entre as classes subordinadas em torno de uma liderança pessoal e de um transformador projeto de poder.

Este novo líder surgiria pretendendo-se capaz de aglutinar o apoio popular necessário para assumir o governo pela via eleitoral e inverter esta lógica de classes, levando os grupos tradicionalmente marginalizados para gerir o Estado e garantir assim o atendimento de suas históricas demandas sociais. Sem lançar mão do uso de armas, e em estrito respeito ao que regem as constituições nacionais dos países governados por diferentes moldes de democracias representativas, esta união de classes e grupos de origem proletária concretizaria então a ascensão de um novo Bloco Histórico no ambiente interno de uma determinada nação.

Além de analisar os principais elementos que se viram transformados no ambiente interno da Venezuela desde 1999, nos lançaremos à tentativa de, sempre em convergência com o referido conceito e seus respectivos significados, interpretar os novos rumos assumidos pelo Estado venezuelano em suas Relações Internacionais. O enfoque conferido neste trecho da pesquisa será direcionado para as relações do país caribenho com a América Latina e com duas nações representantes do capitalismo central, Rússia e China.

No primeiro capítulo, serão apresentadas as principais características atribuídas ao conceito de Bloco Histórico por parte de alguns dos mais reconhecidos autores que se propuseram a estudá-lo, após haverem sido tragos também ao debate alguns dos mais importantes conceitos próprios ao marxismo nas Relações Internacionais. A pesquisa irá se propor a identificar a relação mantida entre os significados mais aceitos de Bloco Histórico em conexão a outros determinantes fundamentais, como imperialismo, hegemonia e dependência. O objetivo central será delimitar o marco teórico sobre o qual buscaremos apresentar a hipótese de que as relações de dependência historicamente mantidas entre países centrais e periféricos têm em seu caráter mais primordial a aceitação desta relação de dominância, quando ela se estabelece por consenso, por parte do país dominado.

O segundo capítulo se desenvolverá tendo como pilar o objetivo de descrever o cenário cronológico da trajetória republicana da Venezuela, desde sua independência, em 1821, até o final do século XX, quando Hugo Chávez assumiu a presidência de um país em profunda crise em suas mais diversas manifestações. No referido capítulo ganhará centralidade o papel desempenhado pelo petróleo a partir do começo do século XX. Daremos enfoque às controversas relações construídas ao longo das décadas seguintes entre o alto valor de mercado do principal produto de exportação venezuelano e a insuficiente qualidade de vida das parcelas da população marginalizadas do processo de exploração do bem material mais valioso do país. Os presidentes, eleitos ou não, que governaram o país ao longo do século XX terão seus governos analisados sob os prismas da atividade petroleira, das conquistas sócio-econômicas obtidas em âmbito interno e do grau de inserção internacional que cada período foi capaz de proporcionar a Venezuela.

Na parte final do segundo capítulo, serão elencados os fatores que decretaram a morte do Pacto de Punto Fijo como último sintoma de um ambiente interno marcado pela omissão - ou ineficiência - do Estado venezuelano em questões de ordem estrutural. O objetivo será apresentar os componentes que viabilizaram o nascimento de uma nova alternativa política, capaz de, em poucos anos, sair da periferia do cenário político-partidário da Venezuela dos

anos 90 para a condição de líder máximo de um massivo movimento de insatisfação com o quadro vigente.

No terceiro e último capítulo, nosso trabalho buscará interpretar a primeira década da Venezuela chavizta (1999-2009) tendo como foco as principais transformações implantadas por Chávez no cenário interno da Venezuela e na execução da Política Externa do país. No que tange ao seu ambiente doméstico, o objetivo inaugural será compreender as razões pelas quais Chávez uniu o legado nacionalista de Simon Bolívar ao acúmulo socialista para justificar ideologicamente sua Revolução Bolivariana. Serão analisados também os reais alcances das políticas sociais implantadas pelo governo Chávez, como forma de embasar a discussão acerca da tese de que, sob sua liderança, as milhões de famílias pobres da Venezuela vêm assistindo a um verdadeiro e duradouro processo de transformação social e desenvolvimento econômico.

Quanto à nova inserção do país no ambiente internacional, o objetivo será medir a suposta distância entre a retórica radical e revolucionária assumida pelo estadista venezuelano e as reais mudanças promovidas por seu governo. Além de dar destaque ao projeto de integração latino-americana e caribenha - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) criada pelos presidentes de Cuba e Venezuela em 2004, nosso trabalho se dedicará a entender as novas relações bilaterais da Venezuela com China e Rússia. A análise destes dois casos nos parece relevante na medida em que se trata de dois países que, após alternarem períodos de imponência e ostracismo ao longo das últimas décadas, emergiram a condição de protagonistas regionais e globais no sistema internacional do começo do século XXI.

Todos os dados, obras e índices reunidos ao longo do trabalho para desempenhar os objetivos até aqui expostos serão utilizados para contribuir com a discussão acerca da possibilidade de que Hugo Chávez tenha levado consigo um novo Bloco Histórico para gerir o Estado venezuelano. Ainda que previamente desprovida da necessidade de alcançar uma conclusão definitiva, nossa pesquisa pretenderá se mostrar capaz de cumprir o objetivo primordial de fomentar os debates acadêmicos sobre o fenômeno da Revolução Bolivariana no tratamento das questões internas e externas em maior evidência na Venezuela dos dias atuais.

2 HEGEMONIA, DEPENDÊNCIA E BLOCO HISTÓRICO: DELIMITAÇÃO DO MARCO TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo, entre outros, o de descrever o cenário cronológico da trajetória republicana da Venezuela, desde sua independência, em 1821, até o final do século XX, quando Hugo Chávez assumiu a presidência de um país em profunda crise em suas mais diversas manifestações, dando centralidade ao papel desempenhado pelo petróleo a partir do começo do século XX.

2.1 O imperialismo de Lênin

O uso do termo “imperialismo” ficou, durante a maior parte do século XX, restrito ao paradigma marxista das Relações Internacionais. Isso por que, no início daquele século, quando autores de variadas correntes teóricas começaram a verificar nuances desta nova fase da trajetória capitalista, o então jovem e futuro líder da Revolução Russa Vladimir Ilitch Ulianov. Lênin, nome com o qual entraria para a história, lançou-se, exatamente no ano de 1916, a elaborar uma nova e até hoje muito utilizada definição do termo.

Contudo, o conceito já vinha sendo interpretado por autores de linhas teóricas alheias ao marxismo. O próprio Lênin chegou a afirmar que seu interesse em redefinir o termo nasceu após a leitura de *O Imperialismo*, livro do economista inglês J A Hobson, escrito em 1902. “[...] utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J. A. Hobson, com a atenção que em meu entender merece” (LÊNIN, 1984, p. 291).

Quando escreveu *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Lênin conferiu ao termo uma atribuição definitiva para o campo marxista e aceita como tal por defensores de muitas outras matrizes teóricas, e é essa a significação, elaborada pelo russo, que utilizaremos como referência de nossa pesquisa. No decorrer da referida obra, Lênin concedeu para o termo algumas definições complementares entre si, mas uma em particular parece mais consistente e aplicável a nossa pesquisa.

[...] convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1 – a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2 – a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3 – a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4 – a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5 – o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em

que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1984, p. 303).

Lênin concluiu que o sistema capitalista, da forma como havia sido idealizado, dava naquela época provas irrefutáveis de sua falência em detrimento de uma nova etapa, etapa esta que inclusive contrariava sistematicamente as leis mais fundamentais e originárias do capitalismo. Lênin chamou de “imperialismo” este novo processo.

A ascensão deste fenômeno fez-se clara para Lênin a partir da constatação de que o modo de produção capitalista pregava, em sua origem, a livre concorrência entre os empresários que exploravam a força produtiva dos trabalhadores em troca de baixos salários e más condições de trabalho. Tal lógica lhes garantiria uma sempre crescente mais-valia.

Ao longo dos anos, no entanto, foi se provando, segundo Lênin, que a livre concorrência era na verdade um processo autofágico. Sua manutenção esgotava-se na medida em que grupos cada vez menores de empresários capitalistas iam de tal forma acumulando capital que os donos das empresas que se destacassem em um determinado ramo acabariam por comprar as empresas menores. Este processo seguiria de maneira desenfreada até que a livre concorrência desse lugar a um fenômeno conseqüente e irreversível: o monopólio. A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco processo na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos (LÊNIN, 1984, p. 308).

Nas mãos dos grandes e cada vez menos numerosos empresários, os meios de produção ficavam restritos a uma parcela reduzida de capitalistas, ao passo que seguia crescendo a oferta de mão de obra barata. Poucos eram também os que tinham domínio das técnicas sobre os meios de produção, em razão de estarem estes atrelados aos donos do capital.

Também o capital passava por profundas transformações. A substituição do capitalismo tradicional pelo novo capitalismo, em sua fase imperialista, origina a ascensão de um novo personagem do sistema: os bancos.

Lênin vê a união entre a burguesia industrial e a burguesia dos bancos como um dos processos mais importantes desta nova etapa do capitalismo.

Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe uma conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não

diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais freqüentes e mais firmes, se o banco reúne em suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (LÊNIN, 1984, p. 314).

Desta união resultou, na visão de Lênin, a superação de um sistema. Cada vez mais fortes e integrados entre si, bancos e indústrias fundam um novo modo de produção, que já não se sustenta apenas nos mercados internos dos países mais desenvolvidos. “O século 20 assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LÊNIN, 1984, p. 322).

A partir de então, uma parcela cada vez mais considerável do capital industrial passa a não mais pertencer aos empresários industriais que o utilizam. Ao mesmo tempo, o banco também passa a fixar na indústria uma parte cada vez maior de seu capital. Surge dessa interdependência o capital financeiro. “Capital financeiro é o capital que se encontra a disposição dos bancos e que os industriais utilizam” (LÊNIN, 1984, p. 319).

A concentração de capital nas mãos do mercado financeiro e a concentração da produção de posse dos monopólios geram a necessidade de que os dois se expandam, na medida em que os mercados internos tendem a não suportar a crescente oferta de produtos industrializados. É deflagrada então a lógica segundo a qual os países de industrialização avançada, em que produção e mercado financeiro já se uniram, necessitam dos países atrasados dos quais seriam extraídas matérias primas. Nestes países crescia também um mercado interno carente de novos meios de produção e, portanto, de bens de consumo produzidos pela indústria. Nessa fase, é substituída a simples exportação de mercadorias pela exportação de capital.

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa (LÊNIN, 1984, p. 329).

Surge então a segunda e não menos importante união descrita por Lênin. Para expandirem seus lucros, os controladores dos monopólios e os donos dos bancos precisam exportar seus produtos e capitais para outros países. Necessitam, para isso, da legitimidade garantida pelas unidades estatais. Os governos dos países industrializados se unem

rapidamente ao mercado financeiro. Estas nações seguem mantendo, cada uma a sua maneira, suas colônias na África, América e Ásia. “Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo”, (LÊNIN, 1984, p. 333).

O início do século XX marca, então, por uma nova corrida colonial. Inglaterra, Alemanha, França e o já consolidado enquanto ator importante no sistema internacional, Estados Unidos da América, passam a disputar entre si as nações que durante o século XIX haviam conquistado sua independência, mas que agora se viam reféns de uma dominação ainda mais imponente, a econômica.

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico (LÊNIN, 1984, p. 335).

A partilha do mundo entre as grandes potências não ocorre, entretanto, de forma homogênea e pacífica. Na visão de Lênin a eclosão da 1ª Guerra Mundial não pode ser explicada de outra forma senão com a constatação de que os conflitos foram decorrentes desta nova etapa da história. O primeiro grande enfrentamento bélico do último século pode ser plenamente atribuído, para Lênin, a uma disputa por novas colônias entre Alemanha, França, Inglaterra e os demais países desenvolvidos na América e na Europa.

As antigas metrópoles, as nações que até o século XIX mantinham com suas colônias uma relação baseada apenas na extração de recursos naturais e na exploração de mão de obra escrava, passariam agora a condição de potências imperialistas. A relação entre países industrializados e atrasados se daria no campo da exportação de capitais, da dominação econômica e da hegemonia dos monopólios industriais e dos bancos sobre os novos rumos do mundo.

Ainda que reduzidas a apenas uma de suas dezenas de obras publicadas, as contribuições de Lênin para as Relações Internacionais fundaram o debate sobre o tema entre os marxistas. Pela primeira vez termos como “imperialismo” e “exportação de capital” eram tratados a partir do legado deixado por Marx no final do século XIX.

Lênin morreu em 1924, sete anos após liderar a instauração da primeira Revolução comunista da história. Poucos anos depois, caberia a um comunista italiano dar segmento à

visão leninista das Relações Internacionais e definir o alcance que tomaria outro termo dos mais importantes para compreender o sistema interestados: a hegemonia

2.2 Gramsci e a relação “imperialismo – hegemonia”

Fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci ganhou reconhecimento, assim como Lênin, por combinar sua militância política contra o fascismo italiano com a construção de uma considerável obra teórica sobre temas diversos a partir da perspectiva marxista.

Por força da repressão fascista que teve que enfrentar durante toda sua vida política, grande parte da obra de Gramsci foi escrita no tempo que passou na cadeia, entre 1929 e 1935. Ainda que donos de um conteúdo de valor imensurável, os escritos do italiano foram durante muitos anos publicados em forma de colunas ou pequenos textos, em razão da falta de condições para que as obras fossem organizadas durante os anos em que seu autor permanecia preso.

Após sua morte, em 1937, vários foram os autores marxistas que tentaram dar organicidade aos textos deixados por Gramsci acerca do ambiente internacional. A sistematização de sua obra e os amplos debates que se seguiram a esta organização acabaram por fundar uma espécie de escola gramsciana das Relações Internacionais.

Com base nas obras de Marx e Lênin, Gramsci fundou o debate sob o prisma marxista sobre outros elementos do capitalismo em sua fase imperialista no período entre guerras, mas que permanecem em evidência no ambiente internacional ainda nos dias atuais.

Gramsci foi capaz de, entre outras coisas, descrever o processo pelo qual um determinado país deixaria de ser apenas um dos centros do capitalismo para ganhar a condição de hegemom do sistema.

Lênin já havia descrito os passos pelos quais os países industrializados substituíram o capitalismo tradicional do século XIX pelo capitalismo de fase imperialista que surgira no início do século XX. A organização de grandes monopólios nacionais, a necessidade da exportação não apenas de mercadorias, mas também do capital, e a busca por novos mercados eram alguns dos fatores que, segundo Lênin, levariam os países mais desenvolvidos a uma nova partilha do mundo em busca de estabelecerem domínio sobre suas colônias econômicas.

Coube a Gramsci analisar as condições responsáveis por construir esta transição, através da qual o mundo se tornaria hegemomizado por um determinado país durante um período em particular.

Segundo Gramsci, o conceito de hegemonia surge a partir de duas diretrizes. A primeira remete aos debates durante a terceira Internacional Socialista. Gramsci dialoga então com as noções de Marx e Lênin sobre a luta de classes em uma determinada sociedade. Para o italiano, a classe dominante exercia sua influência direta no ambiente interno de duas formas: os membros da classe dominante, nos países capitalistas, a burguesia, mantinham uma hegemonia sobre seus aliados e uma ditadura sobre seus inimigos de classe.

A segunda diretriz utilizada por Gramsci para interpretar os aspectos da hegemonia em um ambiente interno nasce de sua leitura do livro “O Príncipe” de Machiavel. Gramsci tomou para si a imagem do poder de um centauro, metade homem e metade fera. A combinação se fazia necessária para que o Estado pudesse, de acordo com Gramsci, exercer sua hegemonia por coerção ou por consenso.

Gramsci deixa claro que, apesar de contundente, a coerção seria sempre o último recurso a ser utilizado, de forma que a hegemonia por consenso seria o modelo ideal de controle. A obra de Machiavel ajudou Gramsci a estabelecer parâmetros para entender as relações de dominação e subordinação encontradas em cada sociedade, fazendo-se viável também sua aplicabilidade no sistema internacional.

Para tanto, Gramsci observou que, no campo da Política Externa, a vida econômica dos países pobres, chamados por Gramsci de subordinados, é penetrada e influenciada pelos interesses das nações poderosas, essas sim com maior autonomia para decidirem os rumos de suas ações tanto perante o mundo quanto em seus ambientes domésticos.

Transpondo o conceito de hegemonia gramsciano das sociedades internas para o ambiente internacional, a hegemonia pode então ser considerada a imposição, por coerção ou consenso, de um determinado modo de produção perpetuado pela classe dominante que se prolifera para todas as outras classes, mantendo assim os modos de produção utilizados por essas classes subordinadas sob domínio da classe dominante.

No sistema internacional, é deflagrado um cenário de hegemonia quando a economia mundial obedece às leis do modo de produção de um determinado país, e este mesmo modo de produção penetra em todos os demais países. Importante faz-se novamente delimitar o campo a que nossa pesquisa se propõe desenvolver. A definição a seguir do termo “hegemonia” foi elaborada a partir da obra do italiano no texto *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um Ensaio sobre o Método*, escrito pelo cientista político canadense Robert Cox, um dos principais expoentes do pensamento gramsciano das Relações Internacionais:

Hegemonia é um complexo de relações sociais e internacionais que conecta as classes sociais de diferentes países. Hegemonia mundial é descrita como uma estrutura social, econômica e política, e não pode ser apenas um destes três fatores, deve ser os três juntos. Hegemonia mundial é, além disso, expressada em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para os estados e para as forças da sociedade civil que agem para além das fronteiras nacionais – regras essas que dão suporte ao modo de produção dominante (COX, 2007, p. 112).

A viabilidade do conceito de hegemonia exposto por Cox segundo a obra de Gramsci necessita, no entanto, de encontrar legitimidade no ambiente internacional. Gramsci afirma que a hegemonia é um fenômeno temporal e que ao longo dos anos o mundo se vê regido por períodos hegemônicos e não hegemônicos, estes últimos possivelmente marcados também pela dominação de um determinado país, mas que não chega a impor plenamente seu modo de produção sobre os outros. O advento de um regime hegemônico nasceria, portanto, do estabelecimento de relações sociais baseadas no modo de produção de um determinado país.

2.2.1 Os três regimes hegemônicos

Além de Cox, outro autor decidido a reinserir a obra gramsciana no contexto do ambiente internacional pós Segunda Guerra foi o economista italiano Giovanni Arrighi. Baseado no conceito de hegemonia de Gramsci, Arrighi descreveu em seu texto *As Três Hegemonias do Capitalismo Histórico*, escrito em 1996, a ascensão e as características mais imponentes dos três períodos históricos do capitalismo em que a economia mundial se viu hegemônizada por uma potência.

Arrighi expõe a forma como distintos estados em diferentes momentos da história se mostraram capazes de não apenas impor seu modo de produção no sistema interestados, mas ao mesmo tempo de convencer os estados súditos, por coerção ou consenso, de que a manutenção daquela ordem seria favorável para o ambiente internacional.

Portanto, um Estado pode se tornar mundialmente hegemônico porque pode afirmar com credibilidade ser a força motora de uma expansão universal do poder coletivo dos governantes perante os súditos. Ou, inversamente, um Estado pode se tornar mundialmente hegemônico porque tem condições de afirmar com credibilidade que a expansão de seu poder em relação a alguns ou até mesmo a todos os outros Estados representa o interesse geral dos súditos de todos os Estados (ARRIGUI, 2007, p. 229).

Outro importante aspecto destacado por Arrighi é que um dos elementos capazes de favorecer a ascensão de um Estado à condição de hegemom é que uma crise sistêmica atinja o ambiente internacional. Tal fenômeno poderia viabilizar a superação desta crise a partir das

soluções propostas por uma unidade estatal, aquela autoproclamada possuidora das condições de inaugurar um novo período histórico a partir de sua liderança estratégica e, principalmente, econômica.

O primeiro regime hegemônico nasceu, para Arrigui, após o longo processo de guerras e conflitos na Europa Ocidental deflagrados no início do século XVII. Nascida no seio da comunidade germânica, a Guerra dos 30 Anos (1618-1648) foi o estopim que gerou um caos no sistema interestados vigente na época.

As rivalidades étnicas e religiosas entre os povos germânicos foram se prolongando e acabaram por assumir uma dimensão continental em que se envolveram, entre outros, França, Suécia, Espanha e Holanda.

Foi neste cenário, em que a fragilidade dos outros Estados se mostrou evidente após três décadas de guerras, que a Holanda, através do Tratado de Paz de Westfália, assinado em 1648, impôs sua hegemonia.

No decorrer da luta anterior por sua independência nacional da Espanha, os holandeses já haviam criado uma vigorosa liderança intelectual e moral sobre os principais beneficiários da desintegração do sistema de poder medieval. À medida que o caos sistêmico aumentava durante a Guerra dos Trinta Anos, as propostas holandesas de uma grande reorganização do sistema de poder pan-europeu encontraram um número cada vez maior de defensores entre os governantes europeus, até que a Espanha ficou completamente isolada. Com a paz de Westfália em 1648, nasceu um novo sistema de poder (ARRIGUI, 2007, p. 240).

Ao longo dos mais de 150 anos seguintes, o mundo viu a hegemonia holandesa sofrer seguidas ameaças de superação por parte de dois Estados que acabaram por entrar tardiamente na disputa por novos territórios e mercados: França e Inglaterra.

Os países europeus mais desenvolvidos passavam então por fortes transformações internas em suas relações sociais em razão dos desdobramentos da Revolução Industrial e da divisão imposta, segundo definiu o marxismo, das sociedades nacionais em duas classes distintas e antagônicas, burguesia e proletariado.

Enquanto no âmbito interno cada Estado ia adequando suas leis e normas a esta nova etapa histórica, no ambiente internacional a hegemonia holandesa dava sinais de fragilidade ao mesmo tempo em que a entrada tardia de França e Inglaterra ia mostrando-se um fator positivo para estes dois países.

Tanto a França quanto a Inglaterra chegaram tarde a disputa pelo poder global, o que teve suas vantagens. A mais importante delas foi que, na época em que a França e a Inglaterra entraram nos negócios da expansão territorial no mundo fora da Europa, a disseminação da “administração científica” de Mauricio de Nassau nos exércitos

européus tinha transformado sua relativa vantagem sobre os exércitos dos governantes de fora da Europa num fosso intransponível. O poder do Império Otomano começara a declinar irreversivelmente (ARRIGUI, 2007, p. 251).

Com a hegemonia holandesa em declínio e o mundo em profundas transformações na esfera econômica, França e Inglaterra passaram a maior parte do século XVIII adotando uma dinâmica interna baseada em três componentes principais, todos amplamente relacionados entre si: o colonialismo de povoamento, o escravismo capitalista e o nacionalismo econômico.

Tais diretrizes se mostraram eficientes na medida em que, a partir do incentivo a livre iniciativa privada de seus habitantes, os governos francês e inglês conseguiram alavancar suas economias internas. Este crescimento se deu principalmente através de atividades que, direta ou indiretamente, geravam grandes quantidades de recursos a serem usados na construção do Estado Nacional e no financiamento das guerras.

Evidentemente, ainda que durante um particular período as guerras “tenham se pagado a si mesmas”, foi ficando cada vez mais necessário que as economias internas recebessem uma mais generosa quantidade de investimentos por parte das unidades estatais.

Resultado de inúmeros fatores, em especial da posição geográfica e da habilidade para incrementar esta lógica segundo a qual os insumos conquistados com o comércio, com as colônias de povoamento e com o escravismo deveriam ser utilizados para financiar a expansão de seus domínios, a Inglaterra foi consolidando sua ascensão. Com isso passou a destacar-se inclusive em relação inclusive a França, que sofria mais perdas militares e econômicas em razão de sua, naquele contexto, desfavorável localização geográfica.

Enquanto seus rivais se viam obrigados a canalizar grandes quantidades de recursos em duradouros e dispendiosos conflitos terrestres para proteger suas fronteiras, o Reino Unido expandia seus domínios investindo apenas na ampliação ultramarina. Ao mesmo tempo, seguia reunindo condições econômicas para apresentar-se enquanto elo entre dois mundos distantes entre si, Europa e América. Nascia assim, de um processo semelhante à imposição da hegemonia holandesa, a hegemonia britânica.

Quando o Reino Unido venceu a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), terminou a luta secular com a França pela supremacia mundial. Mas o Reino Unido não se tornou uma hegemonia mundial por causa disso. Ao contrário, assim que acabou a luta pela supremacia mundial, o conflito entrou numa terceira fase, caracterizada por um caos sistêmico crescente. Do mesmo modo que as Províncias Unidas, no início do século XVII, o Reino Unido tornou-se hegemônico criando nova ordem mundial a partir desse caos sistêmico (ARRIGUI, 2007, p. 256).

A crise sistêmica a que Arrigui se refere atravessou todo o resto do século XVIII. Ainda que vencedora do conflito com a França, seu rival mais importante, a Inglaterra compartilhou com seus vizinhos europeus um longo período de crise sistêmica, marcado pela decadência da hegemonia holandesa e pela seqüência de inúmeras guerras entre Estados e conflitos sociais no interior dos principais países do continente.

O principal efeito do caos sistêmico era percebido ao longo do Oceano Atlântico. Ingleses, franceses e holandeses disputavam incessantemente o controle absoluto sobre as colônias americanas de povoamento. Em 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos atingiu diretamente o Reino Unido, fato que gerou uma imediata reação por parte da França, que acabou por resultar fracassada e levar à Queda da Bastilha em 1789.

As conseqüências diretas da Revolução Francesa minaram os interesses da França pela supremacia mundial. No início do século XIX os interesses diversos entre os países europeus, até mesmo aqueles que buscavam a recuperação do regime westfaliano, se viram impotentes frente à economia britânica, naquele momento o único Estado capaz de reorganizar o sistema internacional e guiar a Europa a um novo ciclo de produção.

O Reino Unido tornou-se hegemônico por liderar, no início, um leque muito amplo de forças dinásticas, que se colocavam contra essas infrações a seus direitos absolutos de governos e a favor da restauração do sistema westfaliano. O êxito deste processo de restauração foi coroado pelo Tratado de Viena de 1815 e pelo subsequente Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818 (ARRIGUI, 2007, p. 257).

O século XIX passou a assistir então ao mais imponente regime hegemônico até então construído pelo homem. Ao contrário do que havia ocorrido com a Holanda, a Inglaterra passou a reger o sistema interestados com absoluta autonomia, em decorrência de alguns elementos que apresentaremos a seguir.

A ascensão do Reino Unido à posição de hegemon convergiu com fatores extremamente importantes para o estabelecimento de seu controle no sistema interestados. Ao longo do século XIX os Estados-Nações assumiram sua forma mais evoluída desde a desintegração das cidades e feudos dos séculos anteriores. Sob a égide do liberalismo econômico, com incentivo a livre iniciativa privada, as unidades estatais européias passaram a acumular cada vez maiores quantidades de tributos para incrementar suas economias internas e inseri-las de maneira integrada a nova divisão internacional do trabalho que ia se formando em torno da Inglaterra.

No ambiente externo, os ingleses foram também mais eficientes que os holandeses no que diz respeito à capacidade de convencer os outros Estados de que a manutenção de sua hegemonia era interessante para todo o sistema internacional.

Ao abrir seu atraente mercado interno e estimular que os outros países também o fizessem em nome do livre câmbio, ainda que na verdade este livre câmbio era muito mais restrito do que muitos governos nacionais acreditavam, o Estado inglês abriu e fomentou uma rede mundial de dependência. Este processo estava centrado no compartilhamento da concepção segundo a qual todos os outros governos acreditavam estarem sendo favorecidos pela ordem vigente.

Este “inabalável” domínio inglês sobre o sistema internacional proporcionou os chamados “cem anos de paz”, entre 1815 e 1914, durante os quais o mundo se viu estabilizado política e economicamente, razão pela qual os anseios militares dos Estados se mantiveram tímidos e resguardados.

Em 1914 é deflagrada a 1ª Guerra Mundial e, como seu sintoma mais imediato, fica claro que a hegemonia inglesa e a longa estabilidade viabilizada por ela faziam já parte do passado. Foram quatro anos de duros conflitos entre as principais economias do mundo, até que em 1918 a guerra chegou ao fim anunciando que os Estados Unidos, antiga colônia de povoamento do Reino Unido, caminhava a passos largos rumo a superação de sua antiga metrópole enquanto hegemom do sistema. Cox descreveu assim o ambiente internacional do início do século XX: Outros países desafiaram a supremacia britânica. A balança de poder na Europa se desestabilizou, levando a duas guerras mundiais. Foi um período não hegemônico (COX, 2007, p. 121).

Do outro lado do mundo, na durante séculos Rússia czarista, emergia ao poder em 1917 a primeira Revolução Socialista do mundo. Sob os comandos de Lênin, a Rússia inaugurava um ameaçador contraponto ao capitalismo, exatamente em um período em que a hegemonia inglesa havia fracassado e o mundo ainda se recuperava dos prejuízos da guerra sem contar com a liderança estabelecida de um novo hegemom.

Na década de 30, o caos sistêmico se aprofunda com os resultados catastróficos para a economia mundial da crise financeira dos Estados Unidos, em 1929, e com as simultâneas crises internas na Europa, em especial Alemanha e Itália, Estados em que a decadência econômica levou a amplas crises de legitimidade de seus governos.

A ascensão de líderes nazifascistas nas duas nações, Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, contribuiu para que o caos se instalasse e para que, em 1939, o mundo entrasse

novamente em guerra, esta sim o maior e mais desastroso conflito bélico de que se tem registro em toda a história.

Seis anos depois, em 1945, a guerra chega ao fim e inaugura um novo período histórico para a humanidade. Vencedor do conflito e, portanto, líder do processo chamado por Lênin de “nova partilha do mundo por parte das potências capitalistas”, os Estados Unidos terminaram a Segunda Guerra na posição inquestionável de hegemon do mundo ocidental.

Na Europa do Leste, a Revolução Russa também havia sido capaz de derrotar a ameaça nazista e expandir assim seus domínios entre os países europeus próximos ao continente asiático. Ainda que com claros anseios de derrotar o capitalismo e estabelecer uma nova ordem mundial fundada no trabalho e não no capital, os comunistas não demonstraram ter naquela época, assim como os norte americanos, o interesse ou mesmo a capacidade de iniciar um novo embate militar. Tinha início então a Guerra Fria, um conflito desarmado entre as duas potências que saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial.

Nosso interesse aqui, no entanto, é analisar as implicações da hegemonia dos Estados Unidos no Ocidente, mais especificamente na América Latina. Para os países latino americanos, a hegemonia dos Estados Unidos assumiu características absolutamente fundamentais na formação de suas economias internas no cenário pós- guerra.

2.2.2 Hegemonia norte-americana: Caos sistêmico, Estado imperialista e capital financeiro

A ascensão do terceiro regime hegemônico do capitalismo assumiu, como veremos adiante, elementos particulares em relação às duas hegemonias anteriormente deflagradas. Por outro lado, Arrigui inicia sua análise do sistema interestados sob a liderança norte-americana afirmando que, assim como ocorreu com Holanda e Inglaterra, o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos se deu após uma profunda crise sistêmica.

Entre os anos de 1870, quando a hegemonia inglesa começa a dar sinais de decadência, e 1945, quando se impõe a hegemonia norte-americana, uma sucessão de fatores trágicos para a estabilidade do ambiente internacional teve lugar em toda a Europa.

Na medida em que os EUA davam seguidos saltos rumo à consolidação de sua economia, aproveitando-se, entre outros aspectos, de sua dimensão continental, de suas extensas reservas agrícolas, além, é claro, de sua crescente e desenvolvida indústria nacional, na Europa era a Alemanha o país que começava a demonstrar sua insatisfação com a hegemonia inglesa.

O fervor imperialista dos alemães por poderio econômico e expansão territorial de seus domínios ficaria comprovado com a participação decisiva do país nas duas guerras mundiais que praticamente destruíram as economias nacionais européias na primeira metade do século XX.

Ainda que travadas por motivações distintas, e em momentos em que o país era governado por diferentes regimes – antes da primeira guerra a Alemanha era uma recente democracia, já na segunda o país estava entregue ao nazismo – ficou claro que no início do século XX a hegemonia inglesa não representava tamanha imponência. Uma nova disputa por hegemonia seria travada e, no nascer do século XX, Estados Unidos e Alemanha eram os dois atores a disputar a sucessão da hegemonia britânica.

Um elemento alheio a ordem hegemônica do capitalismo mundial, entretanto, abalou a lógica do sistema imperialista que vinha se formando no ambiente internacional. Na maior parte das nações européias, as grandes massas de operários que sofriam com a fragilidade das leis trabalhistas e com a imposição de regimes semi escravistas de trabalho começaram a se organizar de maneira quase simultânea a queda da hegemonia inglesa.

A partir da segunda metade do século XIX, precisamente quando este novo caos sistêmico começa a ganhar força, parcelas importantes do proletariado se unem em torno do projeto socialista idealizado por Marx e Engels. O socialismo científico, como ficou chamado, ganhou nos últimos anos do século XIX a adesão de um advogado russo que viria a se mostrar um grande estrategista político e brilhante teórico econômico.

Quando liderou a vitória da Revolução Russa, em 1917, Lênin fundou uma disputa política, econômica e geográfica que assumiria proporções mundiais pelos 70 anos seguintes. A disputa entre Estados Unidos e Alemanha pela hegemonia mundial ganhava um até então desconhecido adversário, o socialismo marxista leninista.

Primeira Revolução nacional vitoriosa dos comunistas, a Revolução Russa nasceu em meio a um profundo caos sistêmico. A ausência de uma liderança hegemônica e o fascínio gerado pelo socialismo em trabalhadores de todo o mundo fizeram com que o regime liderado por Lênin já nascesse com capacidade de se expandir. Poucos anos depois nasceria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, uma clara mostra de que os comunistas haviam entrado definitivamente na disputa pela hegemonia do sistema interestados.

Temos então, entre os anos de 1917 e 1945, um dos períodos mais intensos e críticos da economia mundial. Estados Unidos, Alemanha e União Soviética se fizeram candidatos a assumir a hegemonia mundial através de três projetos distintos e antagônicos entre si. Não

demorou muito para que uma nova guerra mundial se instalasse. Em 1939, tem início a 2ª Guerra Mundial.

A vitória dos Aliados, liderados pelos Estados Unidos, inaugurou uma nova e complexa ordem mundial. A derrota do nazismo eliminou a possibilidade de que a Alemanha, vencida em duas guerras mundiais consecutivas num espaço de menos de três décadas entre si, pudesse almejar desafiar a já instalada hegemonia norte-americana.

Ainda que se vendo obrigado a aceitar a estabilização da Revolução Russa enquanto regime alheio ao capitalismo, o Estados Unidos terminaram a 2ª Guerra na condição de hegemom do sistema capitalista internacional.

Após um longo e catastrófico período não hegemônico (1870 - 1945) a ascensão da hegemonia norte-americana trouxe consigo uma série de novos fatores que afetariam em considerável medida o papel jogado pelos Estados-Nações no ambiente internacional.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a impor sua hegemonia após a transformação do velho capitalismo, defensor da livre concorrência, para o novo capitalismo, em sua etapa imperialista, do qual se originou o controle da economia mundial por grandes e cada vez menos numerosas corporações multinacionais.

Um dos episódios que marcaram esta transição no sistema capitalista deu-se um ano antes da vitória dos Aliados na 2ª Guerra. Em julho de 1944, 730 delegados representantes de todas as nações aliadas se reuniram por três semanas em New Hampshire, nos Estados Unidos, onde assinaram os acordos de Bretton Woods.

A estipulação de tais acordos deu mostras irrefutáveis de que, mesmo antes de assumir a condição de hegemom, os Estados Unidos já se outorgaram o poder de definir os novos rumos da economia mundial.

Evidentemente, a condição de principal motor da economia capitalista mundial fez com que as regras do sistema internacional se adequassem em grande medida a seus interesses. Destruídas por duas guerras mundiais e com suas economias internas em frangalhos, as potências européias pouco puderam fazer para impedir as investidas do novo hegemom.

A ampla liberalização da economia, controlada pelo intervencionismo do Estado, a flexibilização das taxas de câmbio e a indexação das moedas nacionais ao dólar americano, e não mais ao padrão ouro, foram algumas das principais medidas aprovadas por Bretton Woods.

A implantação da hegemonia norte-americana nasceu, então, impondo aos outros atores do sistema interestados um paradoxo complexo e de difícil superação. Ao mesmo

tempo em que propagava a exacerbação da livre iniciativa e a liberalização das economias nacionais, na prática os Estados Unidos passaram a controlar de forma muito mais incisiva, se comparado este controle ao exercido nas hegemonias holandesa e inglesa, as ações dos países por ele hegemonizados.

Em comparação com o imperialismo de livre câmbio, as instituições da hegemonia dos Estados Unidos restringiram consideravelmente os direitos e poderes dos Estados soberanos. Os princípios, normas e regras aos quais os Estados tinham de se submeter aumentaram em número e ficaram mais rigorosos, enquanto uma quantidade cada vez maior de organizações supranacionais adquiriu poder autônomo para controlar o sistema interestados (ARRIGUI, 2007, p. 269)

2.2.3 Novos organismos internacionais: A legitimação da hegemonia norte americana

Como vimos nos parágrafos anteriores, a hegemonia norte-americana inaugurou um novo modelo de controle e regulação da economia mundial, muito mais rigoroso e restritivo se comparado aos outros dois regimes hegemônicos do capitalismo.

Analisaremos agora a importância de um dos fatores que se mostraram decisivos para legitimar este controle, as organizações supranacionais, como chamou Arrigui.

Aspectos próprios do sistema internacional encontrados entre o fim do século XIX e início do século XX, entre eles a consolidação do sistema de Estados-Nações, o alto grau de interdependência que passou a se construir entre os países, além da expansão do modelo econômico pregado pela economia norte-americana, contribuíram para a conformação de um ambiente internacional que demandava o estabelecimento de organizações internacionais fortes, capazes de regulamentar aspectos como concessões de financiamentos externos, regras e normas do comércio mundial e direitos e deveres dos Estados frente ao seu ambiente externo.

Arrigui analisou este processo e descreveu da seguinte forma como, segundo ele a partir de 1948, novas e nunca antes tão imponentes organizações internacionais instaladas nos Estados Unidos, e não mais na Europa, passaram a regular e fiscalizar o sistema interestados.

A Organização das Nações Unidas, com sua assembléia, conselho de segurança, agências e burocracias especializadas, passou a desempenhar funções análogas àquelas exercidas pelo Concerto da Europa. O Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial passaram a desempenhar funções análogas àquelas exercidas pela haute finance. E as redes organizacionais de empresas multinacionais com sede nos Estados Unidos passaram a desempenhar funções análogas àquelas exercidas pelas redes comerciais com sede no Reino Unido (ARRIGUI, 2007, p. 273).

Arrigui parte da premissa fundada por Gramsci e interpretada também por outros autores, entre eles Robert Cox, segundo a qual as organizações internacionais funcionam para os países hegemons como elementos legitimadores e perpetuadores da ordem hegemônica.

De acordo com a visão gramsciana, as organizações internacionais corroboram a ordem vigente durante um período hegemônico através de cinco diretrizes básicas.

Entre os elementos das organizações internacionais que expressam o papel dos países hegemônicos estão: 1 – as organizações internacionais criam as regras que facilitam a expansão das ordens hegemônicas; 2 – as organizações internacionais são elas mesmas produtos da ordem mundial hegemônica; 3 – elas ideologicamente legitimam as normas da ordem mundial; 4 – elas cooptam as elites dos países periféricos e 5 – elas absorvem as idéias dos países hegemônicos (COX, 2007, p. 120).

Como vimos até aqui, o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, marca o estabelecimento de um novo regime hegemônico no sistema internacional. Após as ascensões e quedas das hegemonias holandesa, no século XVIII, e inglesa, no século XIX, os EUA impõem seu regime de hegemonia no final da primeira metade do século XX, período em que também o sistema capitalista em sua essência se encontra em profundas transformações.

A sobrepujança norte americana conquistada após sua vitória no processo de partilha do mundo entre as potências capitalistas, deflagrado no início do século XX, credenciou os Estados Unidos a guiar os rumos da economia mundial no momento em que o capitalismo alcançava definitivamente sua fase imperialista.

Através de aspectos como a união do capital financeiro com o industrial, a dominação dos bancos e demais instituições financeiras sobre os recursos disponíveis e o controle do ambiente internacional por parte das organizações sediadas nos EUA enquanto agentes reguladores, a hegemonia norte americana fez impor seu modo de produção.

O grau assumido por este controle, e a forma como passaram a se manifestar internamente os contornos desta imposição em cada país dependeu, é claro, de aspectos particulares e próprios de cada país hegemônico.

Mesmo que geridos no sistema internacional pelo mesmo modelo político-econômico, modelo este liderado pelos Estados Unidos em defesa unicamente de seus interesses, os ambientes internos das nações dependentes começam a ganhar papel fundamental em nossa pesquisa, já que, como veremos a seguir, são os conflitos e relações internas deflagrados em cada país que fazem com que a ordem hegemônica seja mantida ou desafiada.

2.2.4 Superação da aliança burguesa: A possibilidade de um novo Bloco Histórico

Sob a hegemonia dos Estados Unidos, os Estados soberanos viram ameaçada sua capacidade de gerir seus processos internos de desenvolvimento econômico. A rígida regulação da macroeconomia, exercida por meio das políticas implantadas pelos Estados Unidos no ambiente internacional, limitou em relevante medida o poder das unidades estatais sobre a gestão de seus recursos e principalmente sobre o poder de transformação de seu papel na divisão internacional do trabalho.

Por outro lado, mesmo nos casos em que esta relação de dominação se deu por consenso, e não por coerção, Gramsci defendeu que, por mais fortes que se mostrassem as organizações supranacionais e as regras impostas pelo regime hegemônico, dentro dos ambientes nacionais era possível que fossem construídas as bases para a superação deste modelo de ingerência das potências hegemônicas sobre os países em desenvolvimento.

Gramsci chamou de Bloco Histórico o conjunto de elementos, advindos especialmente das estruturas sólidas do Estado e da sociedade, que, juntos, consolidavam uma ordem, um padrão de comportamento, um modo de produção.

É dizer que o Bloco Histórico seria, para Gramsci, uma espécie de convergência de fatores, conjunturais ou permanentes, capazes de perpetuar ou superar o status quo praticado no ambiente interno de um determinado país. Estruturas e superestruturas formam um bloco histórico. Isso quer dizer que o contraditório, complexo e discordante conjunto das superestruturas é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção (COX, 2007, p. 109).

Mais do que analisar os efeitos da implantação deste fenômeno nos países periféricos, Cox apresenta de maneira detalhada, sob a perspectiva gramsciana, como esta relação de subordinação entre as classes historicamente excluídas pelas elites no interior das nações subdesenvolvidas poderia ser alterada e, em seu estágio mais avançado, invertida.

Para Cox, o fato de que um determinado Estado se veja controlado por uma aliança entre variados grupos da burguesia, integrantes do Bloco Histórico que dirige as relações sociais internas, é uma das condições necessárias para que, em contraposição a esta ordem, os grupos deixados na periferia deste processo dinâmico e dialético se unam e construam, no mesmo ambiente doméstico, um novo Bloco Histórico.

Um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica. Onde a classe hegemônica é a classe dominante, em um país ou em uma formação social, o Estado (no conceito ampliado de Gramsci) mantém coesão e identidade com o bloco através da propagação de uma cultura comum. Um novo bloco é formado quando uma classe subordinada estabelece sua hegemonia sobre outras classes subordinadas.

Este processo requer um intenso diálogo entre os líderes e seguidores desta nova classe hegemônica (COX, 2007, p. 111).

Mais adiante iremos apresentar que aspectos poderiam, segundo Cox, acelerar a formação de novos blocos históricos nos países periféricos. Um fator, no entanto, foi priorizado na citação acima. Cox acredita que a conformação de um novo Bloco Histórico seria facilitada pela ascensão de líderes donos de notável talento político, capazes de unificar em torno de si os anseios e demandas históricas das classes subordinadas até então dispersas e desorganizadas entre si.

Outro profundo conhecedor da obra gramsciana sobre as Relações Internacionais, o cientista político norte americano Mark Rupert agregou importantes contribuições à obra de Cox sobre a interpretação do conceito de Bloco Histórico. Em 1994, Rupert lançou o texto *Alienação, Capitalismo e o Sistema Interestados*.

Rupert apresenta na obra um resgate histórico, a partir de convergências teóricas compartilhadas por Marx e Gramsci, de como os Estados modernos se construíram em atendimento aos interesses das elites e dos pactos selados entre elas.

O autor parte da premissa marxista de que o Estado moderno havia sido forjado enquanto estrutura da burguesia para legitimar seus interesses sob a proteção do próprio Estado.

Donos dos meios de produção e controladores da Constituição, da Polícia, da Igreja e de todas as relações sociais vigentes naquela determinada sociedade, Estado e burguesia consolidaram a construção dos valores, princípios e idéias hegemônicas em seu ambiente interno, ou seja, assumiram para si a tarefa de conceber e praticar os valores culturais nos países que dominavam.

Rupert defende que esse conjunto de valores difundidos pelo Estado burguês pode ser superado pela composição de um novo projeto político e moral, uma espécie de contra cultura efetiva que carregasse em si não apenas novas formas de se gerirem a dinâmica social interna e as organizações políticas, mas também outra visão de mundo, alternativa e conflitante em relação ao modo como aquele determinado Estado se relacionava com o mundo externo. Esse projeto político-moral envolve a criação de um novo Bloco Histórico no qual a liderança proletária das várias classes e grupos subordinados sob o capitalismo poderia ser organizada e expressa (RUPERT, 2007, p. 145).

Outra importante transformação resultante da ascensão de um novo Bloco Histórico em um determinado Estado seria o rompimento da relação dicotômica entre líderes e seguidores por meio da participação ativa de todos os membros desta nova sociedade. De

acordo com Rupert, seria impensável que o projeto político-moral liderado pelas classes antes subordinadas fosse implantado sem a atuação protagonista das mesmas. As massas assumiriam então o papel fundamental de decidir com total autonomia os rumos de sua nação, eliminando, em suas etapas mais avançadas, a necessidade de um Estado coercitivo.

O autor norte americano não trata, no entanto, de uma importante questão: Estudar sob que parâmetros a ascensão de um novo Bloco Histórico se faria mais verossímil entre o mundo subdesenvolvido.

A análise desta variável ganhou particular relevância a partir da obra de Cox. Para ele, a superação das estruturas de poder e, por conseguinte, do modo de produção capitalista vigente nos países periféricos, seria facilitada pela união de dois elementos ideológicos teoricamente distantes entre si: nacionalismo e socialismo.

Na periferia, a retórica do nacionalismo e do socialismo poderia então ser aliada a restauração da Revolução Passiva sob novo disfarce. Em síntese, a tarefa de mudar a ordem mundial começa com o longo e trabalhoso esforço de construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais (COX, 2007, p. 122).

Segundo Gramsci, a complexa tarefa descrita por Cox de construir novos blocos históricos nos ambientes internos dos países hegemonzados poderia ser facilitada pela convergência de alguns elementos fundamentais. Dentro do espectro de classes e grupos inerentes a qualquer sociedade, Gramsci dedicou particular importância ao papel desempenhado pelos intelectuais, segundo ele imprescindíveis no processo de criação de um novo Bloco Histórico.

Os intelectuais desempenham papel-chave na construção de um bloco histórico. Os intelectuais não são um estrato distinto e relativamente fora das classes sociais. Gramsci os via como organicamente conectados a uma classe social. Realizam a função de criar e sustentar as imagens mentais, tecnologias e organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico ao redor de uma identidade comum (COX, 2007, p. 118).

Evidentemente, tanto Gramsci quanto Cox eram conscientes de que o apoio dos intelectuais não seria suficiente para inaugurar um novo Bloco Histórico que superasse o anterior. Importante faz-se destacar que os defensores do Bloco Histórico de origem proletária (emergente) não tinham a tarefa apenas de se unir em torno de uma identidade comum, mas principalmente de superar o Bloco Histórico de origem burguesa (dominante).

Para que o Bloco Histórico dominante assumisse tal condição, era preciso que as classes e grupos sociais em torno dele exercessem uma legítima e estável liderança sobre as

classes subordinadas. Para Gramsci, a hegemonia de um determinado Bloco Histórico poderia se traduzir de três formas distintas.

No movimento rumo à hegemonia de um bloco histórico, Gramsci distinguia três níveis de consciência: o econômico-corporativo, no qual determinado grupo tem conhecimento de seus interesses específicos; a solidariedade ou consciência de classe, que se estende a toda uma classe social, mas continua num nível puramente econômico; e o hegemônico, que harmoniza os interesses da classe dirigente com os das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses numa ideologia expressa em terrenos universais [...] (COX, 2007, p. 120).

É dizer que, para derrotar a classe social dominante e o Bloco Histórico erguido em torno dela, seria preciso que as classes subordinadas superassem uma rígida estrutura, composta pelos representantes do Estado, e por isso controladores dos meios de produção e donos dos instrumentos de coerção, e legitimada pelas classes sociais dominantes, beneficiadas pela ordem mantida pelo próprio Estado que as representa.

Novamente segundo Rupert, esta ordem poderia ser rompida se a união entre Estado e burguesia se visse ameaçada por um grupo sólido, capaz de exercer uma nova hegemonia e de reorganizar o Estado e, conseqüentemente, suas relações com a sociedade em três níveis primordiais: Política, economia e cultura.

A construção de um novo bloco histórico é uma pré-condição para o exercício da hegemonia no sentido gramsciano, e implica a reconstrução das relações Estado/sociedade por meio de processos organicamente relacionados de mudança política, econômica e cultural (RUPERT, 2007, p. 148).

As contribuições resgatadas até aqui sobre os conceitos de Revolução Passiva e Bloco Histórico ajudam a compreender quais os principais aspectos característicos dos dois fenômenos a partir da perspectiva gramsciana. Evidentemente, assim como acontece com qualquer estudo das ciências humanas dedicado a interpretar a realidade objetiva que o cerca, as obras dos autores citados nos parágrafos anteriores não encerram em si o debate sobre os casos em que são encontradas as condicionantes necessárias para se afirmar que um determinado país periférico assistiu ou não à ascensão de um Bloco Histórico de natureza proletária em alguma etapa de sua história. Os próprios conceitos carregam em si diferentes interpretações por parte dos estudiosos que se dedicaram a aprofundar sua análise, o que torna qualquer opinião conclusiva e definitiva acerca do tema passível de questionamentos e contraposições.

2.3 Dilema dos países periféricos sob a hegemonia norte-americana: Dependência ou desenvolvimento?

Iniciaremos agora uma análise teórica dos componentes que consolidaram, nos ambientes internos dos países latino-americanos, o cenário de dependência em relação à hegemonia do modo de produção norte americano. Para tanto, faz-se importante situar novamente o período histórico do qual partimos para embasar nossa pesquisa e buscar então suas correspondentes conclusões no plano empírico.

Já definimos até aqui que a hegemonia norte americana, iniciada em 1945 e vigente até os dias de hoje, é concomitante com o capitalismo em sua fase imperialista. Na medida em que o capital financeiro se expande em busca de novos mercados, e o grau de interdependência entre os Estados só faz aumentar, algumas correntes liberais chegaram a defender, durante a Guerra Fria, que a importância da unidade estatal da forma como haviam sido concebidos os Estados Nações nos séculos XVIII e XIX estava então com seus dias contados. O mercado se tornaria de tal forma soberano que a figura dos governos nacionais perderia sua razão de ser enquanto ator regente do ambiente interno de cada país.

Nossa pesquisa se baseará, entretanto, em uma concepção diversa em relação a esta. Buscaremos demonstrar que a crescente interdependência e as relações de grande proximidade entre os países, em decorrência da expansão das empresas multinacionais com matriz nos países desenvolvidos para os países pobres, não garantem por si só que todos os Estados reproduzam em seus ambientes domésticos o modo de produção imposto, por coerção ou consenso, pelo regime hegemônico vigente.

De acordo com a visão gramsciana, como veremos a seguir, os Estados permanecem, ainda que sob a etapa imperialista do capitalismo, sendo as unidades básicas de legitimação ou contraposição de uma determinada ordem hegemônica, a partir do comportamento que se assume no ambiente doméstico de cada país.

Gramsci não ignorava de forma alguma o Estado, nem diminuía sua importância. Para ele, o Estado continuava sendo a entidade básica das Relações Internacionais e o lugar onde os conflitos sociais acontecem – portanto, também é o lugar onde as hegemonias das classes sociais podem ser construídas (COX, 2007, p. 116).

Ora, se, para Gramsci, a internacionalização do sistema financeiro não seria capaz de retirar do Estado nacional a atribuição básica de definir, a partir da dinâmica de seus conflitos domésticos, quais as classes se tornariam hegemônicas internamente e que por isso guiariam as relações deste mesmo Estado com o sistema internacional, fica claro que é no interior de

cada unidade estatal que se manifesta a relação de dependência no plano internacional, e que o grau de autonomia de que cada país dispõe no ambiente internacional depende, entre outros aspectos, do desempenho e da estabilidade de suas economias internas.

Graças a sua perspectiva italiana, Gramsci tinha uma percepção aguda do que hoje chamaríamos de dependência. Ele sabia que os acontecimentos ocorridos na Itália haviam sofrido grande influência de forças externas. No nível exclusivo da política externa, as grandes potências têm uma liberdade relativa de determinar suas políticas externas em resposta a interesses nacionais; as potências menores têm menos autonomia. A vida econômica das nações subordinadas é invadida pela vida econômica de nações poderosas, e a ela se entrelaça [...] (COX, 2007, p. 117).

Cox demonstrou assim que, segundo Gramsci, o grau de autonomia de um determinado Estado poderia ser medido por sua capacidade de inserir-se no sistema internacional da forma que lhe parecesse favorável, e, ao mesmo tempo, de gerir os conflitos sociais vigentes em seu ambiente doméstico sem receber por isso qualquer tipo de pressão ou interferência externa.

O termo “dependência” ganha então profunda relevância no debate sobre o nível de autonomia conquistado pelos países latino-americanos após a implantação da hegemonia norte americana.

2.3.1 Dependência na América Latina: Surgimento e contribuições da Cepal

Nosso trabalho alcança aqui um ponto chave na apresentação de seu referencial teórico. Vimos até aqui que Cox, em 1983, chamou de “dependência” o que Gramsci denominou “subordinação” nos anos 1930. Evidentemente, o termo utilizado por Cox não foi usado de maneira aleatória. Como veremos a seguir, o termo “dependência” tornou-se, a partir do estabelecimento da hegemonia norte-americana, um dos mais complexos paradigmas das Relações Internacionais, em especial na América Latina.

Foi a partir de 1945 que começaram a surgir novas teorias de Relações Internacionais formuladas nos países subdesenvolvidos. Tais obras tentaram interpretar o processo através do qual um país pobre poderia dar início a um processo de desenvolvimento interno capaz de levá-lo a condição de nação rica.

Uma das principais correntes de pensamento surgidas nessa época foi a teoria do desenvolvimento. Seus defensores afirmaram que o subdesenvolvimento era algo semelhante a uma etapa histórica, uma etapa da qual os países pobres poderiam sair caso elaborassem e cumprissem um eficiente processo de desenvolvimento nacional.

O brasileiro Ruy Mauro Marini descreveu assim, ainda que de forma resumida, tal conceito:

[...] o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado (MARINI, 1992, p. 54).

A teoria pretendia demonstrar também que o processo de transição até o desenvolvimento dependia não apenas da modernização econômica, mas também de elementos sociais, institucionais e ideológicos de cada país.

A partir desta perspectiva, foi criada nos anos 40 do último século a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a Cepal. A iniciativa partiu de uma decisão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

A Cepal transformou-se em uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu objetivo central era embasar uma análise econômica de cunho institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma e soberana.

Instrumentalizada a partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, a agenda de reflexão inaugurada pela Cepal era composta pelo diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas: tratava-se da passagem de um modelo de crescimento primário-exportador ao modelo de “desenvolvimento para dentro”.

A partir dessa perspectiva, foram gestadas as idéias que vieram a dar base ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais dos países da região, indicando claramente que o caminho dessas políticas seria a industrialização com intervenção do Estado, a partir da implementação do Processo de Substituição de Importações, e cujo resultado seria a superação da condição de subdesenvolvimento relativo desses países.

A criação da Cepal viabilizou o aprofundamento do debate não apenas entre os marxistas latino americanos, mas também entre diversas correntes nacionalistas e desenvolvimentistas. Já na década de 60, um grupo de autores fundou uma nova corrente teórica de vertente marxista na América Latina, a teoria da dependência.

Com base nos estudos desenvolvidos na Cepal, a teoria da dependência se consolidou no debate acerca do processo de desenvolvimento dos países pobres latino-americanos ao

estabelecer conceitos herdados do acúmulo marxista e ao atualizar sua aplicabilidade diante do cenário vigente na Guerra Fria.

Até então chamados na literatura de estados atrasados, pobres e subdesenvolvidos, os ideólogos da teoria da dependência definiram que o embate entre nações se dava, de forma definitiva, entre estes mesmos países pobres, ou periféricos, e as nações desenvolvidas, ou centrais.

Coube também aos defensores desta teoria estabelecer que, ao contrário do que diziam os desenvolvimentistas, o subdesenvolvimento não era apenas uma etapa histórica, mas uma condição inerente ao processo que regia a divisão internacional do trabalho, divisão esta que fazia dos países pobres permanentemente dependentes dos países ricos.

A dependência tinha origem na exploração econômica e se perpetuava em inúmeros outros aspectos. Seu cerne encontrava-se no princípio de que os já explicados aqui conceitos de imperialismo e hegemonia haviam levado o mundo a um contexto de integração cada vez mais evidente entre os países de economia capitalista. O sistema financeiro se espalhava a uma velocidade imprevisível ao mesmo tempo em que as empresas transnacionais de matrizes norte americana e européia se consolidavam em todo o mundo, em detrimento da decadência da livre concorrência entre os mercados, e, conseqüentemente, entre os países.

O auge da produção cepalina se deu entre as décadas de 60 e 70 do último século. Evidentemente, dentro dos conceitos e significações elaborados por ela houve diversos momentos de discordância e embate teóricos sob diferentes prismas e interpretações.

As duas principais correntes que se estabeleceram neste período foram a marxista e a weberiana. Os defensores da corrente marxista adotaram uma linha mais ligada ao economicismo e às resultantes da dependência enquanto processo de dominação econômica dos países centrais sobre os periféricos.

Por outro lado, os ideólogos da vertente weberiana abordaram a dependência em seu sentido sociológico, observando com enfoque mais amplo outros elementos além do aspecto econômico da dominação imperialista.

Importante faz-se então ressaltar que nosso trabalho não se dedicará a interpretar as duas correntes em contraposição, nem tampouco definir a utilização por uma em decorrência de sua suposta maior aplicabilidade empírica. Os autores e obras que utilizaremos para embasar este trecho do trabalho foram escolhidos por sua proximidade teórica com os argumentos que alicerçam a hipótese que iremos interpretar em nossa pesquisa.

Como vimos anteriormente, os formuladores da Teoria da Dependência, entre eles os autores brasileiros, produziram a parcela mais difundida de suas obras entre as décadas de

1960 e 1970. É sabido, no entanto, que em 31 de março de 1964 deflagrou-se um golpe de Estado no Brasil.

A ditadura militar levou ao exílio centenas de políticos e escritores vinculados a centro-esquerda, precisamente na época em que a Cepal produzia suas mais numerosas e densas publicações.

O Chile foi então, entre 1964 e 1973, o destino escolhido pela maioria dos intelectuais brasileiros. Foi morando em Santiago que o economista e sociólogo mineiro Theotônio dos Santos, por exemplo, escreveu o artigo *The Structure of Dependence*, em 1970. O artigo começa, logo em seu segundo parágrafo, com a resposta a uma pergunta retórica respondida pelo autor: O que é dependência?

Por dependência nós queremos dizer uma situação em que a economia de determinados países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia da qual as primeiras são submetidas. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre essas economias e o mercado mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (dominantes) podem se expandir e se tornar auto-sustentáveis, enquanto outros países (dependentes) podem fazer o mesmo apenas como reflexo desta expansão, que pode gerar efeitos positivos ou negativos em seu desenvolvimento imediato (SANTOS, 1970, p. 2, tradução nossa)¹.

A partir da definição elaborada por ele próprio para o termo, Santos faz um resgate histórico da dependência a partir de suas origens e de suas variadas formas assumidas sob a égide do sistema capitalista. O autor defende, assim como escritores cepalinos que se opuseram às teses da Teoria do Desenvolvimento, que o subdesenvolvimento é muito mais do que resultado da lentidão dos países pobres em adotar as medidas necessárias para se desenvolverem e deixarem tal condição.

De acordo com Santos, o cenário internacional do período pós Segunda Guerra, marcado pela constituição desta “nova economia mundial”, levou obrigatoriamente os países a assumirem posições desiguais entre si no processo de divisão internacional do trabalho.

Sob o prisma dos países pobres, essa relação combinada entre exportação de recursos naturais, abertura do mercado interno para as empresas multinacionais e importação de bens e consumo, representaria a exploração desenfreada de seus recursos naturais e a perda do

¹ By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. The relation of interdependence between two or more economies, and between these and world trade, assumes the form of dependence when some countries (the dominant ones) can expand and can be self-sustaining, while other countries (the dependent ones) can do this only as a reflection of that expansion, which can have either a positive or a negative effect on their immediate development.

controle e da autonomia de sua produção, ao passo que, para as nações ricas, esta lógica manteria vigente a relação de dominação imperialista e econômica.

Santos dedicou-se também a descrever as condições inerentes à conformação de uma relação de dependência entre Estados.

Formas históricas de dependência são condicionadas por: (1) as formas básicas desta economia mundial que tem suas próprias leis de desenvolvimento; (2) o tipo de relação econômica dominante nos centros do capitalismo e os modos pelos quais elas se expandem; e (3) os tipos de relação econômica nos países periféricos, que são incorporadas a situação de dependência nas relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista (SANTOS, 1970, p. 3, tradução nossa).²

Importante faz-se, a partir da obra de Theotônio dos Santos, perceber que a forma como a relação de dependência se impõe está organicamente ligada ao tipo de sistema econômico vigente em determinado período. No mesmo texto o autor contrapõe dois tipos de dependência, e contextualiza em que diferentes períodos históricos elas se concretizaram.

A dependência colonial, vigente até o meio do século XIX, durante a hegemonia inglesa, foi marcada pela relação Metrópole/Colônia, segundo a qual os países europeus controlavam a extração dos recursos naturais de suas colônias na África, América Latina e Ásia. Em razão do poderio militar e econômico das metrópoles, os Estados coloniais mantiveram níveis elevados de atraso em relação aos países europeus durante todo o século XIX.

Enquanto, na Europa, a Revolução Industrial avançava a passos largos e alterava todo o contexto das relações sociais em seus ambientes internos, nas colônias a ênfase total e irrestrita a produção agrária mantinha suas populações abandonadas ao atraso e a incapacidade absoluta de inaugurar qualquer processo nacional de “desenvolvimento para dentro”, como definiram os formuladores da Teoria da Dependência.

Já a dependência financeiro-industrial coincide com o fim da hegemonia inglesa e o período anterior a hegemonia norte-americana, ou seja, final do século XIX e início do século XX.

² Historic forms of dependence are conditioned by: (1) the basic forms of this world economy which has its own laws of development; (2) the type of economic relations dominant in the capitalist centers and the ways in which the latter expand outward; and (3) the types of economic relations existing inside the peripheral countries which are incorporated into the situation of dependence within the net work of international economic relations generated by capitalist expansion.

Sobre esta forma de dependência o autor elenca como um de seus elementos mais importantes a expansão do capital financeiro para os mercados internos dos países subdesenvolvidos. Com o fim da Segunda Guerra e a supremacia norte-americana instalada, Santos analisa que construiu-se um novo tipo de dependência, baseada nos interesses das grandes corporações transnacionais que começaram a investir grandes quantidades de recursos na produção industrial dos países subdesenvolvidos, onde eram encontrados aspectos favoráveis a esta internacionalização da produção, entre eles mão de obra barata, mercado interno sub explorado, fragilidade das leis trabalhistas, etc.

Um fator destacado por Theotônio dos Santos, no entanto, merecerá uma análise mais profunda em nosso trabalho. O autor defende, como já mencionamos anteriormente a partir da obra de Gramsci, que o ambiente internacional por si só não é capaz de definir a relação de dependência no ambiente doméstico em um dado Estado em relação ao regime hegemônico vigente em um determinado período.

A organização interna de cada país, e a forma como sua economia nacional se desenvolve, são também fatores preponderantes para definir a manutenção ou superação da dependência de cada país em relação ao hegemon.

Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação condicionada não apenas pelas relações internacionais desses países, mas também por suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia, e, simultaneamente, suas estruturas social e política (SANTOS, 1970, p. 3, tradução nossa)³.

A decisiva influência dos Estados em seus ambientes domésticos para a legitimação ou superação do regime hegemônico vigente foi estudada de maneira mais aprofundada, como veremos a seguir, por outros dois autores vinculados à Cepal, também entre os anos de 1964 e 1973.

³ Each of these forms of dependence corresponds to a situation which is conditioned not only the international relations of these countries but also their internal structures: the orientation of production, the forms of capital accumulation, the reproduction of the economy, and, simultaneously, their social and political structure.

2.3.2 Aliança de classes: Contribuições de Cardoso e Faletto para a teoria da dependência

Embora tenha atribuído considerável importância às dinâmicas das relações sociais no ambiente interno dos Estados, Theotônio dos Santos dedicou parte mais relevante de sua obra a investigar as origens da dependência econômica entre os países centrais e periféricos.

Simultaneamente aos debates fomentados pela obra de Theotônio dos Santos, em 1966, dois sociólogos, um brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, e outro chileno, Enzo Faletto, lançaram, naquele ano, uma obra considerada por muitos definitiva para explicar como as economias internas latino-americanas construíram suas relações de dependência em relação ao hegemônico Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, em 1945: *Desenvolvimento e Dependência na América Latina - Um Ensaio de Interpretação Sociológica*.

O livro começa com os dois autores reconhecendo que outras abordagens, que não apenas a sociológica de matriz weberiana vinham se mostrando eficazes na tentativa de investigar o momento histórico por quais passavam os maiores países da América Latina no decorrer da Guerra Fria.

Cardoso e Faletto sugerem, no entanto, que não seria suficiente também para os defensores da linha weberiana substituir apenas o economicismo marxista pela análise sociológica das mesmas questões. Os autores se lançaram então a buscar efetivar uma análise mais ampla em que economia e sociologia respondessem juntas às questões que se faziam imperativas naquele específico período, questões ligadas à possibilidade de que as nações latinas emergissem a condição de países desenvolvidos por meio de um processo concreto e duradouro de desenvolvimento.

Consideramos mais adequado, por conseguinte, um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionamentos principais do processo de desenvolvimento, [...] pois o fundamento principal seria caracterizar o modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional – que, por suposto, depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir conseqüências dinâmicas na sociedade subdesenvolvida (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 17).

Sem, por outro lado, ignorar a evidente influência do sistema internacional e mais especificamente dos interesses da potência hegemônica em relação aos países periféricos, Cardoso e Faletto demonstraram que a superação desta etapa por parte dos países periféricos tinha em sua essência um fator interno complicador em relevante medida deste dinâmico processo.

Tornou-se consensual, ao longo da primeira metade do século XX, mesmo entre teóricos das mais diversas linhas do pensamento latino-americano, a posição de que o salto para o desenvolvimento dos países periféricos tinha como trampolim fundamental o processo de industrialização de seus estados.

Desenvolver e fomentar as indústrias nacionais eram então condições *sine qua non* para que a América Latina pudesse romper com o modelo vigente desde a dependência em sua fase colonial.

Cardoso e Faletto afirmam, entretanto, que a entrada desses países na corrida pelo desenvolvimento de suas indústrias nacionais se deu não apenas de forma lenta e tardia, mas também em um período histórico absolutamente desfavorável, as primeiras décadas do século XX.

Para os dois autores, o momento era pouco propício para o processo de industrialização dos países periféricos por um conjunto de elementos que, ainda que de forma resumida e simplificada, buscaremos elencar.

Já vimos em outros trechos do trabalho que o início do século XX foi um período não hegemônico. O fim da hegemonia inglesa, deflagrado por volta de 1875, levou o mundo a uma prolongada sucessão de crises econômicas, conflitos internos e duas guerras entre potências na disputa pela próxima hegemonia.

Na medida em que os Estados Unidos iam dando mostras de que poderiam suceder a Inglaterra no controle da economia mundial, um fator até então inédito ia se fazendo impor em comparação com a hegemonia inglesa. Dona de porções de terra reduzidas e pouco produtivas em relação aos Estados Unidos, a Inglaterra fez funcionar sob sua liderança um regime claro na divisão internacional do trabalho.

Os ingleses abasteciam seu mercado interno e sua indústria de base com produtos agrícolas e recursos naturais importados dos países pobres e exportavam para os mesmos, a preços evidentemente mais altos do que os dos itens importados, bens manufaturados produzidos por sua mão de obra já capacitada para trabalhar na indústria.

Os Estados Unidos, por outro lado, possuíam enormes e extremamente produtivas quantidades de terra, e podiam desenvolver ao mesmo tempo sua indústria, com a mão de obra vinda da Inglaterra e de outros países da Europa, e sua produção agrícola, destinada a abastecer seu mercado interno.

Temos então, na primeira metade do século XX, a convergência dos seguintes fatores: Período não hegemônico, duas guerras mundiais, estagnação na demanda de produtos

agropecuários por parte dos países desenvolvidos, crises financeiras e institucionais na Europa, crack da Bolsa de Nova York, ascensão do nazi-fascismo e Revolução Russa.

É nesse cenário de absoluto caos sistêmico que os países latino-americanos começaram a engatinhar na tentativa de superarem a lógica atribuída a eles pela divisão internacional do trabalho. O objetivo passou a ser ingressar no processo de substituição de importações, segundo o qual cada indústria nacional passaria a produzir, e não mais a importar, os produtos industrializados comprados dos países centrais.

Donos de populações numerosas, vastos recursos naturais e energéticos para abastecer a indústria, grandes reservas de terras e mercados internos em crescimento, a expectativa então era que a indústria nacional criasse enfim um novo e definitivo ciclo de desenvolvimento nos países dependentes do continente americano.

Não foi o que aconteceu. Em 1945 teve início a hegemonia norte-americana e com ela a relação de ampla dependência dos países latino-americanos, a exceção de Cuba a partir de 1959, não apenas se manteve como foi aprofundada em suas mais diversas variáveis.

Por intervenção dos Estados Unidos chegaram aos países periféricos, a partir de 1945, amplas concessões de créditos e financiamentos a juros exorbitantes, instalação de empresas transnacionais para explorar a mão de obra e os mercados consumidores internos, apoio a regimes militares ultraconservadores para encerrar a ameaça comunista, além da exportação, consensual entre ambas as partes, hegemon e periferia do sistema, do modo de produção norte americano carregando consigo sua cultura, valores e princípios.

Faz-se justa a utilização do termo “intervenção” e não “imposição” por que, como defendido por Cardoso e Faletto, a dependência dos países da América Latina em relação ao capitalismo imperialista de matriz norte americana, por prejudicial que tenha se mostrado ao longo dos anos, só se concretizou em razão da aceitação dos países periféricos aos termos básicos dessa relação dependente. Os elementos que possibilitaram a legitimação da dependência no ambiente doméstico de cada país ganharam, sob a visão dos dois autores, caráter de extrema relevância na interpretação do paradigma da dependência latino-americana.

Por conseguinte, ao considerar a “situação de dependência”, na análise do desenvolvimento latino americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 41).

Mais adiante iremos aprofundar a discussão sobre as diferentes etapas de desenvolvimento em que cada país latino americano se encontrava quando da ascensão da

hegemonia norte americana. Contrastes importantes se farão notar em relação a aspectos que determinariam em importante medida de que forma cada economia nacional foi se atrelando ao mercado externo, e como as classes sociais existentes em cada país interferiram nos moldes dessa então nascente nova relação de dependência.

Um elemento comum a toda a América Latina, no entanto, refere-se ao fato de que a condição interna de subdesenvolvimento de todos seus Estados na primeira metade do século XX teve ao seu lado um fator não menos importante para a construção da dependência: A legitimação desta ordem subserviente por parte das classes dominantes nos países periféricos.

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 44).

Evidentemente, a forma como se manifesta essa dependência está longe de ser uma receita pronta, um processo homogêneo. Por outro lado, por distintos entre si que tenham sido os processos nacionais de integração ao sistema internacional no início do século XX, e por particulares que tenham se mostrado as alianças internas que legitimaram esta inserção no plano global, certo é que a partir dos anos 40 do último século os Estados americanos subdesenvolvidos passaram a operar suas economias internas em ligação direta com os interesses do capitalismo de matriz norte-americana.

As décadas seguintes ao começo da Guerra Fria marcaram um período de aprofundamento da dependência dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos, dependência esta manifestada em suas mais diversas áreas, seja política, cultural, econômica ou comercial.

A lógica da dependência ante a hegemonia vigente manteve-se atrelada a fatores praticamente insuperáveis, em especial a necessidade da exportação de produtos agropecuários e recursos naturais aos países centrais, mesmo que com o fim básico de fomentar seus tardios processos de industrialização e de substituição de importações.

A vigência do capitalismo, já em sua fase imperialista, buscou fazer dos Estados Nacionais, aqueles em que as alianças dominantes optaram pela dependência, meros agentes de legitimação da ordem vigente, através das expansivas atuações dos organismos internacionais e das empresas multinacionais de matriz norte-americana.

A falta de capacidade local de investimento privado, a necessidade política de impedir que as empresas multinacionais se apropriem sozinhas dos setores estratégicos da economia e dos ramos mais dinâmicos dela e, às vezes, até mesmo a inexistência de fluxo de capitais internacionais, num dado período, para atender às necessidades de investimento dos países periféricos (pois as multinacionais atuam em escala mundial visando a maximização de resultados e não a continuidade do desenvolvimento local) levam os Estados locais, apesar da ideologia capitalista que defendem, a expandir suas funções e com isso a criar a base nacional para a barganha com as multinacionais (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 148).

Fica claro a partir da análise dos dois autores que a tardia entrada dos países periféricos da América ao sistema internacional, deflagrada apenas entre o fim do século XIX e começo do século XX, inaugurou um complexo processo de dependência destes países ao capitalismo central. Na América Latina, assim como em todo o sistema internacional, todos os Estados que buscaram superar esta relação de subordinação e ascender à condição de nação desenvolvida pela via do capitalismo, salvo ínfimas e discutíveis exceções, fracassaram.

Ainda que obviamente em níveis variados e diversos entre si, a hegemonia norte-americana unida ao capitalismo imperialista foi capaz de reproduzir, através de alianças internas e voluntárias seladas em seus ambientes domésticos, a aplicação de seu modo de produção, novamente a exceção Cuba pós 1959, a todos os países latino-americanos na segunda metade do século XX.

Cardoso e Faletto definiram a forma como a hegemonia norte-americana encontrou legitimidade no ambiente doméstico dos países latino-americanos, e quais exatamente são os grupos sociais que impuseram seu controle sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre as sociedades nacionais.

O que é característico do capitalismo dependente na fase de industrialização da periferia sob impulso do capitalismo oligopólico internacional é o desenvolvimento de uma forma estatal baseada na aliança entre empresa multinacional, empresariado estatal e burguesia local, através da qual estes setores exercem o domínio sobre o resto da sociedade (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 169).

Outros importantes fatores, entretanto, serviram para emoldurar em distintas formas os elementos resultantes desta dependência. Esta distinção esteve ligada não apenas aos diferentes aspectos entre as classes e grupos sociais dominantes de cada país, mas também variantes como a população, o grau de desenvolvimento da indústria nacional, o tipo de economia baseado na plantação de produtos agrícolas ou na extração de recursos naturais, a divisão populacional entre as parcelas habitantes do campo e da cidade, etc.

É dizer que as mais diversas condições internas, e não apenas as alianças entre classes dominantes, interferiram em importante medida para definir de que maneira as economias

nacionais latino-americanas se atrelaram ao mercado externo a partir da segunda metade do século XX.

Um dos elementos determinantes para esta heterogeneidade entre os processos de consolidação da dependência na América Latina se deu, para Cardoso e Faletto, ainda no século XIX.

Segundo os dois autores, o período que marca o processo de independência dos países latino americanos de suas antigas metrópoles caracteriza o chamado “momento de transição”, em que os países subdesenvolvidos da América transferem sua subordinação, antes vinculada a Espanha e Portugal, para a Inglaterra, matriz da hegemonia capitalista no início do século XIX, quando a maioria dos países latino americanos conquistaram sua independência e se tornaram Estados Nacionais.

O momento de transição refere-se, então, ao processo que rege a inserção, ou expansão para fora, como definiram Cardoso e Faletto, dos então recém formados Estados Nacionais latino-americanos ao ambiente internacional. Ainda que nascido sob a liderança da hegemonia inglesa, este período histórico e absolutamente importante para os países americanos subdesenvolvidos ajudou a construir e separar entre si dois grandes grupos entre estas nações: As economias controladoras do sistema produtivo e as economias de enclave.

Ainda que nosso trabalho se dedique a aprofundar a análise sobre a dependência em um país dono de uma economia de enclave, a Venezuela, cabe aqui apresentar alguns dos principais aspectos que caracterizaram a construção também de economias controladoras do sistema produtivo durante o momento de transição (Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia).

Preservadas as profundas diferenças entre estes quatros países sob as óticas mais diversas, Cardoso e Faletto afirmam que estas nações tiveram em comum um maior grau de êxito no momento de transição. As intensas lutas entre classes e grupos deflagradas após a independência colonial foi capaz, nesses Estados, de construir uma, ainda que primária, legítima e unitária administração nacional, que passou a controlar então o exército, a indústria e todas as classes sociais internas.

Com o Estado Nacional consolidado e controlado por grupos sociais interessados em exportar a produção interna em troca de financiamentos do capital externo, estes países se aproveitaram de três fatores domésticos altamente favoráveis durante o momento de transição, quais sejam:

O maior ou menor êxito das economias nacionais nessa situação dependia, do ponto de vista econômico, de: 1) disponibilidade de um produto primário capaz de assegurar, transformar e desenvolver o setor exportador herdado da colônia; 2)

abundante oferta de mão de obra; e 3) disponibilidade de terras apropriáveis (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 158).

2.3.3 Dependência nas economias de enclave: O caso venezuelano

Apresentados, ainda que de forma introdutória, os elementos preponderantes do momento de transição nos quatro países sul-americanos em que a população nacional assumiu de maneira mais soberana o curso sobre a atividade produtiva (Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia), analisaremos agora como o momento de transição afetou o ambiente doméstico nos países em que se estabeleceram economias de enclave, baseadas primordialmente na extração de seus recursos naturais, sejam eles minerais ou agrários.

Este é o caso de países como Chile, México e Venezuela. Nestas nações, o momento de transição entre o fim da fase colonial e a formação dos Estados Nacionais foi marcado pela fixação dos enclaves de forma atrasada e lenta. No período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, momento histórico em que o princípio de ordenação baseado no enclave foi estabelecido, as elites nacionais já haviam selado pactos importantes entre si, através dos quais assumiram o controle pleno das atividades econômicas praticadas em cada um desses países.

Guardadas também as diferenças entre estas nações, um fator em comum de relevante valor se deu em seus ambientes internos. Ficou evidente nos referidos Estados a fragilidade estrutural de seus governos nacionais.

A necessidade de se abrirem condições para que empresas multinacionais fossem favorecidas no processo de extração de seus recursos naturais, já que internamente não havia recursos financeiros ou materiais para tais atividades, fez com que o proletariado camponês sofresse um profundo processo de exclusão social por parte dos governos.

O alto grau de omissão dos Estados Nacionais fez com que fossem as empresas multinacionais as responsáveis por estabelecer diretamente com seus funcionários os parâmetros de produção e de condições de trabalho.

Mesmo quando os setores médios da população se lançaram na tentativa de mediar as relações entre capital e trabalho, a patente fraqueza do Estado diminuiu em grande medida seu poder de ação, de forma que acabaram se consolidando manifestações de intermediação de caráter oligárquico e de mobilização majoritariamente camponesa, já que a classe média urbana era composta por fatias dependentes da atividade extratora dos recursos naturais.

Especificamente sobre o caso venezuelano, Cardoso e Faletto afirmam que a primeira metade do século XX, com a economia nacional de enclave já baseada na extração do

petróleo, foi marcada por intensos e duradouros embates entre os diversos grupos oligárquicos nacionais. Até 1958, a Venezuela passou todo o século XX sob uma ampla instabilidade política, evidenciada pela alternância entre raros e frágeis períodos democráticos e rígidas ditaduras militares.

O petróleo surge então como um fator preponderante que passaria a guiar boa parte da política econômica do país, situação mantida ainda nos dias atuais. Nas décadas anteriores à ascensão da hegemonia norte-americana, e nos primeiros anos seguintes à sua implantação, período tratado por Cardoso e Faletto em sua obra, a Venezuela aprofundou-se em uma relação de dependência em relação ao capital externo na medida em que seu frágil Estado Nacional se viu refém dos investimentos externos para distribuir a renda advinda do petróleo explorado no interior entre sua crescente população urbana.

Na década de 50, com o auge de sua exportação petroleira, o país começou a gerar recursos suficientes para expandir sua economia e criar uma classe média urbana vinculada não apenas ao setor do petróleo, mas também a atividades comerciais e industriais.

A dependência com o capitalismo externo, no entanto, foi mantida, já que vinham basicamente dos Estados Unidos os recursos destinados a financiar a expansão de sua economia nacional. Mas a aliança entre o setor petroleiro e o Exército perdeu força em detrimento da união entre as cada vez mais fortalecidas camadas médias, na cidade e no campo, com o mercado internacional. As sucessivas crises institucionais, atreladas a uma economia cada vez mais dependente de um só item de exportação, mantiveram na Venezuela um cenário de extrema instabilidade política até 1958, ano em que emergiu ao poder uma nova aliança de classes, interessada em aliar uma democracia liberal em seu ambiente doméstico à manutenção da dependência norte-americana no que tange à sua inserção no ambiente internacional.

3 VENEZUELA SOB O TERCEIRO REGIME HEGEMÔNICO – ASCENSÃO E QUEDA DE UM PACTO DE ELITES

Neste capítulo buscaremos interpretar a primeira década da Venezuela chavizta (1999-2009) tendo como foco as principais transformações implantadas por Chávez no cenário interno da Venezuela e na execução da Política Externa do país. No que tange ao seu ambiente doméstico, o objetivo inaugural será compreender as razões pelas quais Chávez uniu o legado nacionalista de Simon Bolívar ao acúmulo socialista para justificar ideologicamente sua Revolução Bolivariana.

3.1 Momento de transição: Petróleo, crises de legitimidade e despotismo

Vimos no primeiro capítulo que ao por eles denominado “momento de transição”, Cardoso e Faletto atribuíram o período compreendido entre o fim do século XIX e começo do século XX, durante o qual os países periféricos da América se viram livres da colonização portuguesa e espanhola e se consolidaram enquanto Estados Nações independentes e soberanos (CARDOSO; FALETTTO, 1966, p. 58).

Na periferia, este período histórico marcou a transição de regimes coloniais rumo ao estabelecimento de repúblicas nascentes, o que se traduziria em uma nova etapa na inserção destes países no ambiente internacional. Nos países de capitalismo central, simultaneamente a esta transição vigente no mundo subdesenvolvido, ocorreram profundas transformações econômicas e novas disputas, econômicas e bélicas, pela condição de hegemon do sistema internacional, conforme também expusemos no capítulo anterior.

Na Venezuela, o momento de transição trouxe consigo a descoberta de um fator único em sua importância na América do Sul, que se mostraria vital para seu desenvolvimento interno e para a definição do papel que o país desempenharia a partir do século XX sob a nova ordem mundial que se anunciava: O petróleo.

Colonizada pela coroa espanhola no século XVI, então província do vice-reinado de Nova Granada, a Venezuela passou os primeiros 200 anos de sua colonização chamando pouco a atenção de sua metrópole no que diz respeito ao atendimento de seus interesses econômicos e geopolíticos, como nos mostra Romulo Figueira Neves (2010, p. 32). Através do sistema de regalias, segundo o qual o rei exercia o direito de explorar as minas ou doá-las a quem assim o quisesse sob regimes de concessão, o país viu, durante séculos, serem extraídos de suas terras metais e pedras preciosas.

Foi apenas no final do século XVIII, mais precisamente em 1865, que a Venezuela concedeu sua primeira autorização para a exploração de petróleo. Com a criação da *Companía Nacional Minera Petroleo Del Tachira*, primeira companhia do setor, em 1878, novas reservas foram sendo descobertas até que, nos primeiros anos do século XX, foram encontradas vastas quantidades de petróleo desde a extensão do Lago Maracaibo até a Faixa do Rio Orinoco, conforme José Luiz Cordeiro (1997, p. 174). A partir de então a Venezuela viu alterar-se de forma drástica um sem número de aspectos referentes à maneira como o Estado começou a tratar internamente suas relações sociais, além de haver-se transformado irreversivelmente também a forma como o país passou a ser visto no ambiente internacional.

Gilberto Maringoni nos diz que até o primeiro boom petroleiro do último século, deflagrado na década de 1920, a economia da então recém formada República da Venezuela vinha construindo-se em torno de um regime extrativista e primário-exportador com pouca diversificação de sua planta produtiva e extrema vulnerabilidade externa (2008, p. 148).

Não demorou muito, no entanto, para que o petróleo se tornasse muito mais do que o principal produto de exportação do país, a locomotiva fundamental de seu crescimento econômico, bem como a ferramenta vital com a qual o país inseriu-se de forma definitiva no sistema interestados.

3.1.1 Petróleo – Primeiras leis e regulamentações

Na virada do século XIX para o século XX, o Estado Venezuelano, governado então pelo presidente Cipriano de Castro, promulgou a primeira lei regulamentadora do setor minerador do país. Em 1905, foi assinada a *Ley de Minas*.

Nos primeiros anos do governo Gomez (1908-1935) a Venezuela assumiu, como nos mostra Renata Peixoto de Oliveira, uma postura omissa em relação aos interesses do capital internacional nas reservas de petróleo do país. Foi durante este período que seu governo concedeu autorização para que a empresa New York and Bermúdez Company explorasse 27 milhões de hectares de reservas de petróleo (OLIVEIRA, 2011, p. 31).

Quase uma década depois de sua chegada ao poder, em 1917, o governo Gomez regulamentou o setor sob parâmetros mais favoráveis ao país. Foram suspensas as possibilidades de que se concedessem novas autorizações para exploração, além de revistas as concessões emitidas anteriormente, de forma a garantir que todas as empresas petrolíferas

presentes no país fossem obrigadas a pagar impostos pela exploração sob o novo regime de cobranças que entraria em vigor.

Os novos moldes da atividade foram oficializados pelo governo em 1918, quando promulgado o primeiro *Decreto Reglamentario del Carbón, Petróleo y Sustancias Similares*, que taxou entre 8 e 15% os impostos a serem repassados ao Estado. Ficou determinado também que, encerrada uma determinada concessão, o controle daquelas minas retornariam ao controle do governo, assim como o das benfeitorias realizadas, tais como edifícios, maquinário e obras complementares.

Dois anos mais tarde, em 1920, aprovou-se a primeira *Ley de Hidrocarbonetos* da Venezuela. A partir de então foi taxado em 15% o repasse mínimo dos lucros das empresas destinados ao Estado. Era o fim do regime de *regalias*, mantido desde o período colonial, já que sob esta nova legislação ficou determinado que, finda qualquer concessão emitida anteriormente, metade da superfície já explorada passaria ao controle do Estado para que se fizesse posteriormente uma nova negociação, sob condições mais vantajosas ao governo (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

A Venezuela já era então o segundo maior produtor de petróleo do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. A lei promulgada em 1920 gerou alto nível de insatisfação entre as empresas estrangeiras, o que acabou resultando em um novo período de negociações e na substituição de ministros envolvidos na exploração e exportação do petróleo.

Em 1922, desta vez assumindo uma relação mais próxima com os representantes das empresas, o governo Gomez aprovou uma nova e mais flexível legislação. Os impostos a serem pagos ao Estado foram reduzidos e estabeleceu-se um longo período de estabilidade entre capital financeiro e governo.

Este período durou dezesseis anos, até que novas mudanças na legislação sobre o petróleo fossem implantadas. Já nos últimos anos da ditadura liderada por Gomez, em 1929, foi criado o *Ministerio de Minas y Hidrocarburos*, posteriormente batizado de *Ministerio de Energia y Minas* e, já no governo Chávez, *Ministerio del Poder Popular para Energia y Petroleo*, como definido por Edgardo Lander (2007, p. 48).

Com a regulamentação aprovada em 1938, uma nova empreitada do Estado em busca de receber mais tributos das empresas gerou resultados concretos. Desde 1936 governada pelo General López Contreras, a Venezuela impôs às empresas que exploravam seu petróleo não apenas o aumento dos impostos, mas também uma série de novas obrigações fixadas pelo ministério através da criação de novas empresas estatais e institutos autônomos.

É dizer que, como definido por Daniel Yergin, entre as décadas de 20 e 40 do último século, período do primeiro boom petrolífero, o governo venezuelano transitou de uma legislação flexível frente às empresas estrangeiras até uma regulamentação rígida sob a qual passou a receber mais benefícios por permitir a exploração de sua principal riqueza natural (YERGIN, 2009, p. 264).

Este crescente nível de controle exercido pelo Estado foi consolidado em 1943, com a implantação do marco legal que regulamentaria a atividade petrolífera na Venezuela pelos 30 anos seguintes, passando durante este período por pontuais reformas e alterações.

Com a aprovação da *Ley Organica de Hidrocarburos*, como nos mostra Ramón Espinosa (2006, p. 149), estabeleceu-se que nenhuma empresa poderia receber mais dividendos advindos do petróleo que o Estado venezuelano. A *ley del fifty-fifty* ficou assim conhecida por promover maior taxação à exploração do setor por empresas privadas. Com um favorável cenário no ambiente internacional, e mais autonomia para garantir o cumprimento dos contratos firmados com as empresas, a reforma gerou um grande aumento na arrecadação fiscal do país. Logo depois da reforma, em 1944, o Estado passou a receber 35% dos dividendos, cerca de 50% em 1946, 60% em 1948 e 70% nos anos 1960 (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

3.1.2 Estado tardio e centralizado

A primeira metade do século XX, período não hegemônico em que os países periféricos buscaram inserir-se no ambiente internacional sem a liderança político-econômica de um determinado Estado, significou para a Venezuela uma época de profundas transformações em sua economia. De colônia esquecida pela Espanha no século XVI, a exportadora de pedras preciosas no século XVIII, o país tornou-se o segundo maior produtor de petróleo do mundo nas primeiras décadas de século XX.

O exponencial índice de avanço econômico deflagrado neste período não foi acompanhado, no entanto, por um processo semelhante de aprimoramento da democracia e de suas representações mais primordiais.

Declarada independente da Espanha em 1821, a República venezuelana não possuía, cem anos depois, qualquer nível de solidez em suas recém criadas instituições democráticas. Isso por que, desde sua independência, o país mergulhou em uma série de ditaduras que durariam até a segunda metade do século XX.

Além dos séculos de colonização e exploração de seus recursos naturais, a coroa espanhola deixou para a Venezuela um conjunto de organizações políticas que beiravam o caos. A fragilidade da República nascente começou a comprovar-se em 1830, ano em que passou a vigorar a primeira constituição do país e quando se inaugurou o governo do general Páez, que duraria mais de 30 anos.

Normal Gall relata que mesmo com a promulgação da segunda constituição, em 1870, a Venezuela seguiu na condição de país altamente centralizado por seu Poder Executivo com instituições desprovidas de uma mínima fiscalização por parte do Legislativo ou do Judiciário (GALL, 2006a, p. 16).

Entre 1870 e 1888, o país foi governado pelo general Antonio Guzmán Blanco, que ficaria posteriormente conhecido por seu modelo “autocrata civilizador”, responsável por aprofundar a centralização do poder do Estado. Foi nessa época que a Venezuela deu seus primeiros passos rumo a uma nova inserção no ambiente internacional.

Esta nova etapa gerou as primeiras crises diplomáticas enfrentadas pela Venezuela enquanto República independente. Logo nos primeiros anos do século XX, durante o governo do general Cipriano Castro (1899-1908), promoveu-se uma série de medidas fiscais protecionistas na tentativa de impedir o fluxo desregulado de capitais no país.

Para defender os interesses de seus bancos e demais empresas multinacionais, os governos de Alemanha, Inglaterra e Itália lançaram mão de um amplo bloqueio nos portos venezuelanos. Um complexo processo de negociação foi aberto até que o episódio fosse resolvido e o bloqueio suspenso.

O governo de Castro, no entanto, não resistiu ao desgaste político e em 1908 assumiu o poder o general Gomez, que permaneceria como líder político do país até 1935. Livre da colonização espanhola em 1821, e proclamada República independente em 1830, a Venezuela passou seus cem primeiros anos de, teoricamente, país soberano, governada por generais donos de um quase nulo índice de compromisso com a construção de um regime minimamente plural e representativo de poder (NEVES, 2010, p. 40).

Mesmo com o fim da era Gomez, a dinastia dos generais venezuelanos teve seguimento com os governos de López Contreras (1935-1941) e Medina Angarita (1941-1945). Como nos mostra Terry Lynn Karl, logo no início do governo Contreras, em 1936, uma nova constituição foi promulgada (KARL, 1997, p. 83). Consideravelmente mais ampla e republicana do que as anteriores, a constituição de 1936 abriu espaço para demandas históricas de classes e grupos sociais que vinham sendo mantidos na mais completa exclusão

por parte dos governos, entre eles a burocracia estatal, as camadas mais abastadas do proletariado e a crescente classe média urbana.

3.1.3 Fim da Segunda Guerra – Um mundo novamente hegemonizado

Enquanto, no ambiente interno venezuelano, a década de 1930 avançava com certa estabilidade política, no ambiente internacional o mundo amargava uma grave crise sistêmica com o começo da Segunda Guerra Mundial, reconhecidamente o mais imponente e trágico conflito bélico de que a humanidade tem notícia. Entre 1939 e 1945, dois países capitalistas, Estados Unidos e Alemanha, disputaram a sucessão da hegemonia inglesa sob matrizes ideológicas controversas entre si. A democracia burguesa e liberal norte-americana encontrou no nazi-fascismo liderado por Hitler um adversário poderoso não apenas no campo bélico, mas também nos aspectos econômico e geopolítico. No Oriente, a já consolidada União Soviética governada por Stálin dava mostras ao mundo de que o socialismo não apenas se manteria como ampliaria seus domínios sobre Europa e Ásia.

Quando a guerra terminou, o mundo capitalista consagrou os Estados Unidos como sucessor da Inglaterra na condição de hegemon, enquanto os comunistas russos estabeleceram sua liderança sobre o Leste da Europa e parte importante da Ásia. O nazi-fascismo havia sido derrotado e os Estados Unidos não perderam tempo em estipular as novas regras de sua hegemonia no Ocidente.

Vimos no primeiro capítulo que um dos elementos primordiais das hegemonias, sob a interpretação gramsciana, é que, emergido a esta condição após uma crise sistêmica, o Estado hegemon requisita para si a capacidade de convencer os outros atores do sistema interessados de que sua liderança será benéfica para o ambiente internacional em sua integralidade.

É verdade que o Estado é visto como instrumento de um grupo particular, voltado para criar condições favoráveis para a máxima expansão deste grupo. Porém, o desenvolvimento e a expansão do grupo particular são concebidos e apresentados como sendo a força motora de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (COX, 2007, p. 181-182).

Demonstramos também que, para isso, o hegemon passa a buscar impor seu modo de produção aos outros Estados, na tentativa de reproduzir no maior número possível de países as dinâmicas política, social e econômica de seu ambiente interno.

[...] a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina grupos antagônicos que tende a liquidar ou subjugar, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados (COX, 2007, p. 57-58).

Deflagrada a hegemonia norte-americana, em 1945, os Estados periféricos começaram a operar suas economias internas em função das demandas e necessidades dos Estados Unidos. Consolidou-se então no Ocidente o sistema liberal de democracia burguesa, fundado sob princípios como o liberalismo econômico, a livre iniciativa privada, o voto direto e a consolidação das instituições democráticas mais fundamentais, entre elas a separação absoluta entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na Venezuela, ao contrário do que ocorreu em diversos países periféricos do Ocidente, o fim da Segunda Guerra e o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos não traduziram-se em fatores determinantes para que se consolidasse imediatamente um regime democrático. Já na condição de maior exportador de petróleo do mundo, a Venezuela começou a Guerra Fria sob a mesma configuração político-econômica com a qual havia iniciado o século XX: Governos militares e exploração e exportação de seu recurso natural mais valioso e, por isso, setor mais pujante de sua economia de enclave.

3.1.4 Venezuela às vésperas de Punto Fijo – Um país em ebulição

Ainda que a instalação da hegemonia norte-americana não tenha resultado em mudanças imediatas no papel desempenhado pela Venezuela em seus ambientes doméstico e externo, ficava cada dia mais evidente o quão insustentável havia se tornado a manutenção de governos militares à frente do país.

O fim da Segunda Guerra ocorreu durante um momento em que a população venezuelana passava por significativas e impactantes mudanças em sua estrutura social. Desde a aprovação da Constituição de 1936, era nítido que havia se instalado uma parcela cada vez mais representativa da sociedade em torno das grandes cidades, vinculada a outros setores que não o petróleo, conferindo então mais dinamismo e complexidade àquela população em transformação (KARL, 1997, p. 84).

Conforme expusemos no primeiro capítulo, sob a análise de Cardoso e Faletto, o momento de transição nos países em que se consolidaram economias de enclave, baseadas na exportação de um determinado recurso natural, gerou verdadeiros abismos entre governo e sociedade (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 99-100). Foi o que se viu na Venezuela.

As classes produtivas do país assumiram vínculos mais estreitos, em lugar do Estado, com as empresas estrangeiras, responsáveis pela extração dos recursos naturais e pelo estabelecimento das regras e normas trabalhistas que regeriam a relação entre os donos dos meios de produção e seus empregados. Com a economia em um profundo processo de centralização em torno do petróleo, a população rural que vivia da atividade agropecuária viu o Estado se ausentar de qualquer regulamentação no setor. A população venezuelana passou a migrar sem qualquer controle para as províncias produtoras de petróleo e para as grandes cidades, onde começaram a formar-se grandes bairros periféricos (GALL, 2006a, p. 12).

O crescimento da população urbana em detrimento da diminuição da população que vivia no campo, a modernização e o crescimento econômico gerados pelos ganhos do petróleo e a influência da consagração do modelo de democracia liberal vigentes nos Estados Unidos eram alguns dos principais fatores vigentes no cenário interno da Venezuela quando se estabeleceu a hegemonia norte-americana.

O governo do General Medina Angarita foi derrubado, em 1945, por uma junta composta por civis e militares liderada pelo jornalista Rómulo Bettancourt, um dos principais líderes políticos em ascensão à época. O governo colegiado assumiu o poder sob a alegação de buscar estabilizar o país após o fim da Segunda Guerra e preparar a Venezuela para suas primeiras eleições presidenciais, que de fato ocorreriam dois anos depois, em 1947, ano em que uma nova Constituição foi aprovada dando ainda mais legitimidade às novas forças e grupos sociais emergentes. A decadência do militarismo evidenciava a fragilidade com a qual a sucessão de generais no poder passou a ser vista pela população, que exigia a instalação de um regime de eleições livres e periódicas. O escritor Rômulo Gallegos tomou posse então, em 1948, na condição de primeiro presidente civil do país, eleito diretamente pelos venezuelanos.

Não demorou muito, no entanto, para que esta transição rumo à democracia se visse frustrada pelo historicamente nutrido afã de poder das Forças Armadas da Venezuela. Ainda em 1948, poucos meses depois da posse de Gallegos, teve início um novo período ditatorial capitaneado por militares que tomaram o poder após organizarem um golpe de estado em convergência com setores insatisfeitos da sociedade, majoritariamente vinculados às classes mais abastadas (NEVES, 2010, p. 113).

Apesar de inicialmente não reconhecer o novo e autoritário governo, os Estados Unidos acabaram mudando de posição em 1949 e conferindo legitimidade política e diplomática ao regime recém imposto após verem respeitados os acordos comerciais e econômicos entre os dois países (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

Em seu ambiente interno, a volta do militarismo encontrou apoio entre os setores mais conservadores da elite, os altos funcionários das empresas de petróleo, a Igreja e os partidos de oposição ao *Acción Democrática* (AD), que havia se tornado a principal força política do país após as eleições de 1947.

Imediatamente após a queda de Gallegos, assumiu o poder uma espécie de nova Junta Militar encabeçada pelos generais Pérez Gimenez, Germán Flamerich e Carlos Chalbaud. O acordo durou quatro anos, até que em 1952 Jimenez assumiu o controle do Estado venezuelano e implantou uma ditadura brutal e totalitária que fez lembrar os tempos de Juan Vicente Gomez no início do século. Começava então o último período ditatorial da Venezuela no século XX.

A comparação entre Gomez e Jimenez se faz precisa não apenas pela comprovada brutalidade de seus métodos, mas também por características conjunturais que fizeram semelhantes em grande medida os períodos em que governaram a Venezuela sob uso da força.

Se, durante a era Gomez, na década de 20, o país se viu beneficiado pelo primeiro boom petroleiro de sua história, na década de 50 a Venezuela viveu uma bonança econômica de proporções imensuráveis, mesmo se comparada ao período anterior. A produção de barris de petróleo aumentou exponencialmente e o crescimento econômico do país atingiu seus mais altos níveis desde a conformação do Estado Nacional Venezuelano.

Relevante parcela da sociedade seguia migrando e redesenhando de forma radical o mapa populacional do país em torno das grandes cidades e das províncias produtoras de petróleo. Nas metrópoles, certo nível de desenvolvimento industrial começava a se ensaiar, ao mesmo tempo em que o país continuava perdendo mão de obra no campo.

Foi neste período em que a economia venezuelana assumiu nuances que permaneceriam vigentes por décadas. A centralização econômica em torno do petróleo, a dificuldade de abastecer até mesmo seu mercado interno com itens agropecuários produzidos no país, a expansão dos bairros periféricos nas grandes cidades e o crescimento da classe média urbana são alguns dos fatores consolidados às vésperas da assinatura do Pacto de Punto Fijo.

Foi também nesta época que se fez irreversivelmente claro que o desenvolvimento econômico e as profundas transformações sociais vigentes no país não haviam sido acompanhadas pelo mais tímido processo de aprimoramento do regime político de representação.

No final da década de 50, a Venezuela era um país rico, desigual e profundamente contraditório em suas relações sociais. Sob o governo de Jimenez, as contas públicas

aumentaram exponencialmente. Entre 1945 e 1956, o aumento nos gastos públicos alcançou a marca de 800%, conforme relatado por Enrique Carlos Natalino (2011, p. 75).

A fartura de recursos, no entanto, não chegava aos olhos de boa parte da população, que ainda sofria com níveis alarmantes de desigualdade, analfabetismo e miséria. Evidenciando um total descontrole na capacidade de gerir os recursos oriundos do petróleo, o governo Jimenez começou a ver-se fragilizado e contestado por uma crescente parcela da sociedade que protestava não apenas contra os flagrantes escândalos de corrupção ou contra as graves conseqüências da crise fiscal e administrativa.

A crise venezuelana encontrava-se então profundamente ligada ao modelo anacrônico de representação vigente no país desde sua independência. Partidos políticos recém criados começavam a ganhar força, enquanto a aliança entre Exército e sociedade enfraquecia. Uma vez a economia centralizada em torno do petróleo, era hora de consolidar-se o regime político venezuelano.

3.2 Venezuela democrática – Bipartidarismo clientelista em torno do petróleo

O evidente fracasso do governo Jimenez se refletia nas mais diversas esferas da vida do povo venezuelano. Os amplos níveis de insatisfação popular eram resultado da completa ineficiência de um governo autoritário que havia levado o país a uma crise estrutural de corrupção, má gestão fiscal e ausência do Estado nas mais urgentes demandas sociais.

Ao contrário do que já havia se tornado uma infeliz tradição no país, no entanto, o fim da ditadura de Jimenez não foi seguido de um novo golpe militar, nem sequer do estabelecimento de um pacto entre Exército e sociedade que viabilizasse um governo misto. Em 1958 os três principais partidos da Venezuela convocaram novas eleições presidenciais, tomando para si as rédeas do processo político do país através de um acordo que estabelecia mínimos objetivos comuns, entre eles primordialmente a decisão de que a partir de então caberia a população venezuelana escolher seus representantes por meio de eleições livres e periódicas.

Onze anos após suas primeiras eleições livres, em 1947, os venezuelanos foram de novo às urnas para inaugurar um novo ciclo político no país. Fruto da longa trajetória de regimes ditatoriais, a Venezuela não possuía então um variado leque de partidos com relevante adesão popular e conseqüente viabilidade eleitoral. Convocadas as eleições de 1958, três legendas de alcance nacional se apresentaram à disputa.

A mais forte delas era a *Acción Democrática* (AD). Membro da Internacional Socialista, a AD nasceu como um partido policlassista de centro-esquerda, com inclinações para o anti-imperialismo no plano internacional. Sob a liderança nacional do presidente Rómulo Bettancourt, o partido se tornou o primeiro ator político de massas no contexto venezuelano pós Segunda Guerra.

A legenda que polarizaria a política venezuelana junto a AD sob a vigência do Pacto de Punto Fijo era o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). De orientação cristã e social-democrata, o Copei tinha como principal expoente o advogado Rafael Caldera.

O terceiro partido a assinar o Pacto de Punto Fijo foi a *Unión Republicana Democrática* (URD). Nacionalista e liberal, o partido, cujo principal líder foi o advogado e ex-líder estudantil Jóvito Villalba, nunca chegou ao poder, tendo consolidado, portanto, uma vocação aliancista de expressão secundária em relação aos outros dois principais atores políticos do país.

Outros partidos de menor expressão, em especial as legendas de esquerda entre as quais estava o Partido Comunista Venezuelano, foram impedidos de participar formalmente do pacto em razão de serem consideradas “forças desestabilizadoras” pelos idealizadores do acordo. A estes partidos coube a única saída de alocarem-se clandestinamente em legendas oficiais, na tentativa de não desaparecerem completamente neste cenário de forte polarização que se desenhava.

As eleições presidenciais de 1958 se tornaram então um marco na história da Venezuela. Ao contrário do que acontecera treze anos antes, quando chegou ao poder por meio de um Golpe de Estado, o líder da AD Rómulo Bettancourt foi eleito pelo voto popular e se tornou o presidente responsável por convidar os líderes dos dois outros partidos, Rafael Caldera (COPEI) e Jóvito Villalba (URD), para assinarem juntos um pacto pelo estabelecimento do primeiro regime democrático venezuelano.

Com o apoio decisivo da Igreja, do Exército, da burocracia estatal e da classe média formada em torno das grandes cidades e das províncias produtoras de petróleo, entrava em vigor, em 1959, o Pacto de Punto Fijo (NEVES, 2010, p. 46).

O governo Bettancourt (1958-1964) foi marcado pela conciliação e pela ausência do embate entre governo e oposição. Após décadas de ditaduras e regimes de exceção, o Pacto de Punto Fijo havia sido viabilizado por uma ainda frágil convergência entre setores até então inconciliáveis da sociedade venezuelana. Partidos, Igreja, Forças Armadas, trabalhadores e empresários do ramo petroleiro haviam enfim pactuado um acordo institucional e qualquer

ruptura poderia levar ao fracasso do recém inaugurado período democrático. As lideranças políticas venezuelanas não estavam dispostas então a repetir experiências de intensa concorrência que pudessem dar margem para novos golpes de Estado, como mostrado por Rafael Duarte Villa (2004, p. 154).

Logo nos primeiros meses de seu governo, Rómulo Bettancourt firmou com URD e Copei o *Programa Mínimo de Gobierno*, no qual se comprometia a atender interesses pré-determinados referentes ao funcionamento do Estado e das instituições políticas. Para apaziguar os conflitos trabalhistas, patrões e empregados se viram, ao menos em curto prazo, contemplados pelo *Avenimiento Obrero-Patronal*, um dos primeiros conjuntos de regulamentações do país firmados em acordo por empresários e trabalhadores (NATALINO, 2011, p. 77).

Em 1961, foi aprovada uma nova Constituição Nacional que, ao menos em termos legais, afastou de forma definitiva a possibilidade de que o país voltasse a ser governado por militares. Ficou decidido constitucionalmente que as Forças Armadas da Venezuela eram um órgão apolítico e que a elas caberiam, no plano interno, as atribuições de estabelecer a ordem e garantir legitimidade aos governos eleitos.

Além de separar organicamente Estado e Exército, a Constituição de 1961 foi aprovada em um momento de particular debate entre forças políticas e sociais em torno do efetivo papel do Estado venezuelano. Direitos sociais foram ampliados e garantidos constitucionalmente a parcelas historicamente abandonadas pelo Estado, enquanto o presidencialismo assumia um caráter ainda mais centralizador e absoluto enquanto forma de funcionamento do aparelho estatal.

Ainda colhendo os louros de haver se consolidado enquanto partido hegemônico justamente no período em que o país se democratizou, a AD não teve grandes dificuldades para eleger o sucessor de Bettancourt nas eleições de 1963. Raúl Leoni, presidente entre 1964 e 1969, saiu vitorioso das urnas diante de uma conjuntura política marcada pela transformação dos dois principais partidos (AD e COPEI) em verdadeiras máquinas eleitorais distributivas, que já naquela época davam claros sinais de que sua hegemonia seria dificilmente superada pelas outras forças políticas do país.

A férrea disciplina partidária exigida por parte das duas legendas a seus quadros foi ao longo dos anos, no entanto, se mostrando fruto apenas do desejo de controlar seus o9ooiklparlamentares e ditar suas ações. No campo naturalmente legítimo de embates entre governo e oposição, AD e Copei evitavam grandes confrontos programáticos ou ideológicos que pudessem alterar a ordem política recém implantada.

No final dos anos 60, a Venezuela já assumia os contornos de um Estado semi-corporativo manipulado por representantes de duas organizações partidárias cujas principais fontes de apoio encontravam-se na classe média urbana (KARL, 1997, p. 108). Entre os trabalhadores das classes mais pobres, o governo Leoni foi responsável por reconhecer a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) como a única central laboral organizada do país. Ao se tornar uma espécie de braço sindical da AD, a CTV perdeu a capacidade de erguer-se enquanto um espaço legítimo de representação dos trabalhadores, e optou pelo paternalismo estatal para fazer cumprir demandas de pequenas parcelas do operariado.

O ingresso de milhares de novos quadros, vindos de setores diversos da sociedade, causou uma ampla crise interna na AD. A dificuldade de se conciliarem os interesses dos inúmeros grupos sociais que escolheram o partido para verem contempladas suas demandas fisiologistas levou a legenda mais forte do país a um notório fracasso nas eleições de 1968. Pela primeira vez o Copei elegia um presidente da República, o líder e fundador do partido Rafael Caldera.

Vigente de 1969 a 1974, o governo Caldera transcorreu sob grandes transformações no ambiente interno. Desde 1959 no imaginário dos grupos radicais de esquerda enquanto forma viável de tomada do poder, a Revolução Cubana inspirou movimentos guerrilheiros em diversos países sul-americanos. Logo ao lado da Venezuela, nasceram no início dos anos 60 as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), exército popular que visava assumir o Estado a partir da guerra de guerrilhas no molde cubano.

Na Venezuela fenômenos semelhantes foram deflagrados, ainda que com menos força se comparados ao caso colombiano. Para frear estes movimentos revolucionários e gerar na população o sentimento de bem estar social, os Estados Unidos terminaram a década de 60 fazendo consideráveis investimentos financeiros na Venezuela.

Rafael Caldera buscou utilizar estes recursos inaugurando um novo ciclo de produção industrial no país, na tentativa de finalmente criar um pólo produtivo venezuelano que não estivesse atrelado organicamente ao petróleo. Inicialmente, as ações de Caldera, em convergência com o capital externo, resultaram em um aumento na distribuição de renda, e o setor industrial saiu da estagnação.

3.2.1 Choque de 1973: Um salto ao desenvolvimento que não aconteceu

Além dos problemas fiscais e administrativos que se acumulavam ao longo do governo Caldera, a iniciativa de fazer da Venezuela, ainda que tardiamente, um país com vocação

industrial esbarrou em um aspecto completamente alheio ao controle do governo ou de qualquer outro ator político. Em 1973 o mundo passou por sua primeira grande crise de abastecimento de petróleo. Ainda no auge da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética se viram frente a uma crise de proporções inimagináveis e, por isso, reféns em certa medida dos petro-estados.

O preço do barril saltou mais de 400% entre 1972 e 1975, o que fez triplicar a arrecadação do governo venezuelano (NATALINO, 2011, p. 83). A crise de 1973 gerou evidentes e imediatos reflexos na vida política do país. Setores ligados a burocracia estatal e as multinacionais enriqueceram de forma absolutamente destoante do resto do país, o que fez subirem exponencialmente também os níveis de desigualdade social.

Ao mesmo tempo, AD e Copei seguiam aumentando seu controle, com ampla legitimidade popular, sobre o funcionamento do Estado. Entre 1958 e 1983, as seis eleições realizadas no país marcaram um período de profunda centralização política em torno dos dois partidos. Juntas, as listas fechadas de candidatos (as) ao Parlamento apresentadas por AD e Copei receberam 92,1% dos votos válidos em 1958, 90,6% em 1963, 94,3% em 1968, 85,4% em 1973, 89,9% em 1978 e 91,5% em 1983 (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

O processo eleitoral de 1973 consagrou um dos últimos líderes populares da Venezuela no século XX. Carlos Andrés Pérez ganhou espaço na política venezuelana como uma espécie de “pupilo” do fundador da AD e ex-presidente Rómulo Bettancourt. Dirigente partidário de notório poder de articulação, Pérez havia sido secretário pessoal de Bettancourt em seu primeiro governo (1945-1948) e Ministro das Relações Interiores da Venezuela entre 1959 e 1964, já em seu segundo mandato. Em 1969, Pérez foi conduzido ao cargo de secretário-geral da AD, credenciando-se então para disputar as próximas eleições presidenciais.

Com o lema “Democracia com Energia”, Pérez fez uma campanha inovadora e extremamente bem planejada para os padrões da época. Ligado à corrente mais esquerdista de seu partido, Pérez mostrou-se capaz de unir novamente os setores mais conflituosos da AD em uma eleição com altíssimo nível de participação popular. Mais de 96% dos venezuelanos escolheram ir às urnas em um pleito absolutamente polarizado que reforçou com ainda mais vigor o bipartidarismo venezuelano.

Carlos Andrés Pérez, presidente entre 1974 e 1979, assumiu o governo em um momento de raro otimismo entre os venezuelanos. O boom petroleiro e a guinada no setor industrial conferiram ao país a esperança de inaugurar de vez um sólido período de

desenvolvimento social, crescimento econômico e democracia, três elementos que até então seguiam sem encontrarem-se convergentes no país.

A escolha feita por Pérez, não obstante, foi a de aproveitar o momento de euforia e apoio popular para aprofundar a já historicamente ampla centralização de atribuições do Poder Executivo em relação às questões mais importantes do país. O sonho de construir a *Gran Venezuela* que havia sido prometida por Pérez foi logo seguido pelo envio do projeto de *Leyes Habilitantes* ao Congresso Nacional. Uma vez aprovado o requerimento, posto que Pérez contava com maioria no Parlamento, o presidente venezuelano passou a governar por decreto entre Maio de 1974 e Junho de 1975 (OLIVEIRA, 2011, p. 50).

Foi criado o *Fondo de Inversiones de Venezuela*, com o objetivo de distribuir parte da renda obtida com o petróleo às parcelas mais necessitadas e controlar em certa medida os efeitos adversos da explosão do preço do barril exportado, entre eles em especial a inflação resultante do excesso de liquidez na economia. A iniciativa se mostraria improdutiva pouco tempo mais tarde na visão do próprio Pérez, que recuou do projeto ao encontrar grande resistência popular a uma possível reforma tributária. Ao mesmo tempo, seguiam sem resolução concreta os problemas sociais ligados a péssima distribuição de renda vigente no país (NEVES, 2010, p. 36-39).

Ainda no governo Caldera (1969-1974) começou a ganhar força um movimento referente à nacionalização completa das reservas de petróleo. O choque de 1973 fez com que muitos entre a classe política do país alertassem para o fato de que o principal item de exportação da Venezuela poderia ser muito mais do que a locomotiva de seu desenvolvimento econômico, uma verdadeira arma política que o país tinha a sua disposição para guiar de forma autônoma sua inserção no ambiente internacional.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada em 1960, teve na Venezuela um de seus membros fundadores. A atuação política do país no órgão, no entanto, vinha se caracterizando pela falta de ousadia do Estado venezuelano em comparação a outras nações com reservas menos abastadas, como, por exemplo, os países árabes.

Uma maioria cada vez mais ativa de venezuelanos passou a apoiar então a alteração deste quadro através da nacionalização das reservas. Por parte das empresas multinacionais, o nível de resistência a medida apresentada durante o governo Pérez não se mostrou um aspecto desestabilizador em razão do pagamento feito pelo governo como forma de indenização prevista pela interrupção dos contratos de concessão. Em 1º de janeiro de 1976, entrou em vigor a nova legislação, a chamada *ley orgánica de hidrocarburos de 1975*. A seguir alguns trechos:

Artigo 1º __ Reserva-se ao Estado, por razões de conveniência nacional, todo o relativo à exploração do território nacional em busca de petróleo, asfalto e demais hidrocarbonetos; a exploração das nascentes dos mesmos, a manufatura ou refinamento, transporte por vias especiais e armazenamento; ao comércio interior e exterior de substâncias exploradas e refinadas, e às obras que seu manejo requeira, nos termos assinalados por esta lei. Como consequência do disposto neste artigo, ficarão extintas as concessões outorgadas pelo Executivo Nacional e a extinção se fará efetiva no dia 31 de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco (tradução nossa).

Declaram-se de utilidade pública e de interesse social as atividades mencionadas no presente artigo, assim como obras, trabalhos e serviços que foram necessários para realizá-los.

O referente à indústria de gás natural e ao mercado interno dos produtos derivados de hidrocarbonetos, se regerá pelo disposto na Lei que Reserva ao Estado a Exploração do Mercado Interno dos Produtos derivados de Hidrocarbonetos, respectivamente, enquanto não colida com o disposto na presente Lei.

Artigo 2º __ O comércio dos hidrocarbonetos estará sob a gestão e controle exclusivos do Estado, que os exercerá diretamente pelo Executivo Nacional ou através dos entes criados ou que se criarem para realizar os fins da presente Lei (VENEZUELA, 1975- Tradução nossa).⁴

Como exposto na lei, o Estado venezuelano passaria a gerir integralmente a exploração de seu petróleo de forma direta ou através de empresas criadas pelo próprio Estado com o objetivo de aperfeiçoar suas ações no setor. E não demorou até que, em 1976, já sob a nova regulamentação, o governo Pérez criasse um instrumento que se mostraria de fundamental relevância na exploração, refino e exportação do petróleo venezuelano, desde a década de 70 até os dias de hoje. Nascia então a *Petróleos de Venezuela* (PDVSA).

Em 2006, trinta anos após sua fundação, o *Petroleum Intelligence Weekly Rank* lançou uma publicação segundo a qual a PDVSA havia se consolidado na condição de primeira empresa do mundo em produção e refino, a quarta em petróleo bruto, a quinta em reservas

⁴ Artículo 1º __ Se reserva al Estado, por razones de conveniencia nacional, todo lo relativo a la exploración del territorio nacional en busca de petróleo, asfalto y demás hidrocarburos; a la explotación de yacimientos de los mismos, a la manufatura o refinación, transporte por vías especiales y almacenamiento; al comercio interior y exterior de sustancias explotadas y refinadas, y a las obras que su manejo requiera, en los términos señalados por esta ley. Como consecuencia de lo dispuesto en este artículo, quedarán extinguidas las concesiones otorgadas por el Ejecutivo Nacional y la extinción se hará efectiva el día 31 de diciembre de mil novecientos setenta y cinco.

Se declaran de utilidad pública y de interés social las actividades mencionadas en el presente artículo, así como obras, trabajos y servicios que fueron necesarios para realizarlas.

Lo referente a la industria del gas natural y el mercado interno de los productos derivados de hidrocarburos, se regirá por lo dispuesto en la Ley que Reserva al Estado la Explotación del Mercado Interno de los Productos derivados de Hidrocarburos, respectivamente, en cuanto no colida con lo dispuesto en la presente Ley.

Artículo 2º __ El comercio exterior de los hidrocarburos estará bajo la gestión y el control exclusivos del Estado, quien lo ejercerá directamente por el Ejecutivo Nacional o a través de los entes estatales creados o que se crearen para realizar los fines de la presente Ley.

comprovadas de petróleo bruto e a sétima em vendas. Foi através da atuação da empresa que a Venezuela passou a ter mais reconhecidas suas posições nos fóruns da OPEP, conferindo ao país um nível nunca antes alcançado em seu ativismo político no ambiente internacional.

No plano doméstico, o momento pós boom de 1973 mostrou-se subaproveitado. Pérez havia claramente definido como estratégia o aumento exponencial de funcionários do setor público, como forma de aprimorar a gestão e fazer chegar à população os serviços básicos garantidos por lei e financiados pelo petróleo.

Não foi o que aconteceu. O inchamento desregulado da máquina acabou gerando regressão na economia interna, índices alarmantes de corrupção e uma comprovada e estrutural ineficiência na gestão dos recursos financeiros e humanos por parte do governo.

Ao priorizar os investimentos no setor público, cujo índice de representação na economia passou de 15% do PIB em 1972 para 42,9% em 1976, a administração liderada por Pérez engessou e praticamente inviabilizou o crescimento do setor privado, que viu sua parcela no PIB cair de 68% para 38% no mesmo período (NATALINO, 2011, p. 93). A desordem era tamanha que a Venezuela passou a ter a segunda economia mais estatizada da América Latina, atrás apenas de Cuba, que desde 1959 era governada pelo comunista Fidel Castro em total consonância com o modelo de economia planificada da União Soviética.

Um dos principais produtores e exportadores de petróleo do mundo, a Venezuela encerrou a década de 70 amargando a controversa necessidade de recorrer a empréstimos internacionais para tentar sanar o já crônico endividamento público que havia contraído nos anos anteriores.

3.2.2 Anos 1980: Os reflexos da década perdida na economia venezuelana

Em 1978, as eleições presidenciais transcorreram sob um clima estritamente contrário ao vigente cinco anos antes. A crise fiscal, o crescente endividamento externo e o adiamento insistente por parte do Estado no enfrentamento a questões urgentes como a racionalização das contas públicas levaram a AD a pagar um alto preço pelos erros do governo Pérez.

Com um país em crise, o índice de comparecimento às urnas caiu em relevante medida nas eleições que pela segunda vez levaram um filiado do Copei a presidência da República. O advogado, jornalista e historiador Luis Herrera Campins assumiu o governo em 1979 fazendo duras críticas a seu antecessor. De acordo com o presidente recém eleito, a Venezuela era então uma “nação hipotecada” que precisava de medidas urgentes para sair da profunda crise na qual se encontrava.

Para sorte ou azar de Campins e de suas pretensões, entre 1979 e 1982 o mundo enfrentou uma nova crise do petróleo, o que evidentemente gerou mais recursos para a Venezuela. Tendo assumido o poder meses antes deste novo choque petrolífero com um discurso comedido que priorizava o equilíbrio nas contas públicas, Campins acabou cedendo às pressões políticas e adiou a tomada de decisões controversas que poderiam terminar se provando impopulares e prejudiciais à estabilidade de seu governo.

Ao invés disso, enquanto ainda buscava sanar os efeitos contrários do boom de 1973, a Venezuela afundou-se, durante o governo Campins, em mais uma onda de gastos públicos irracionalmente elevados, adiamento - sob juros exorbitantes - da dívida externa e contínuo engessamento do setor privado. O endividamento elevado, a moeda apreciada, a pouca solidez bancária e a proteção insuficiente dos direitos de propriedade levaram à fuga em massa de capitais para os paraísos fiscais, como mostrado por Daniel Palma (2003, p.140).

Constatada a ineficiência de sua estratégia na tentativa de salvar o país da crise, um ano antes do fim de seu governo Campins foi a público anunciar um novo pacote fiscal e econômico. O episódio, que ficaria posteriormente conhecido como a “sexta-feira negra”, ocorreu em 18 de fevereiro de 1983. O presidente venezuelano anunciou então a desvalorização da moeda nacional como forma de enfrentar a catastrófica dívida pública contraída pelo país.

Com a desvalorização do Bolívar em 1983, iniciou-se na Venezuela uma crise financeira que comprometeria não só a qualidade de vida da população, mas também levaria ao descrédito o sistema político-democrático instalado até então, conforme demonstrado por Daniel Hellinger (2003, p. 11).

O cenário vigente no fim do governo Campins era de um verdadeiro caos político, econômico e social. Não bastasse a crise econômica sem superação vislumbrada, o preço do barril de petróleo em queda e a inflação subindo em níveis exponenciais (o índice passou de 7% em 1983 para 15,7 em 1984), o país seguia colecionando sucessivos escândalos de corrupção e má gestão flagrante dos recursos públicos, como nos diz Jose Vicente Carrasquero Aumaitre (2002, p. 54).

Se Carlos Andrés Pérez havia levado a AD a um profundo nível de desgaste nas eleições de 1978, o mesmo ocorreria com Campins e seu Copei cinco anos mais tarde. Em 1983, uma nova troca no comando do país foi a saída escolhida pela maioria da população, que elegeu presidente o médico Jaime Lusinchi.

Dono de uma trajetória política vitoriosa nas fileiras da AD, tendo sido eleito para mandatos consecutivos como deputado e senador, Lusinchi chegou ao governo em 1984 assumindo um tom amplamente conciliador e reformista frente a crise instalada.

O contexto internacional era então profundamente desfavorável para a Venezuela. Após o choque de petróleo deflagrado entre 1979 e 1982, o mundo passou a buscar incessantemente o uso de formas alternativas de energia, o que chegou a fazer cair pela metade a demanda mundial por petróleo. A queda brutal no preço do barril de petróleo venezuelano fez o país sentir mais do que em qualquer outro período de sua história a necessidade de atrair recursos e investir em seu crescimento interno a partir de outros setores de sua frágil economia.

Politicamente, a busca por diálogo estimulada pelo governo Lusinchi começou a ser praticada logo em seus primeiros meses, através da criação da *Comisión Presidencial para la Reforma del Estado* (COPRE). A comissão foi composta por representantes de diversas instituições como partidos políticos, sindicatos, Forças Armadas, além de empresários, acadêmicos e intelectuais, visando garantir a possibilidade de expressão e de acolhimento de opiniões diversas entre os mais variados segmentos sociais do país.

A conciliadora iniciativa não gerou, em curto prazo, os resultados esperados que o país precisava para sair da estagnação. Às vésperas do fim do governo Lusinchi, o ambiente interno da Venezuela dava inúmeras mostras de que o modelo político vigente não atendia mais às expectativas de uma cada vez maior parcela da população.

Entre 1988 e 1989, uma imponente onda de protestos tomou conta do país. E motivos para protestar não faltavam: Enquanto os índices de desemprego e miséria avançavam, e o acesso a serviços básicos como saúde e saneamento seguia sendo negado aos tradicionalmente excluídos setores mais pobres das grandes cidades e das áreas rurais, a dívida interna da Venezuela passou de 8,76% do PIB em 1970 para 69,7% em 1989. Os recursos advindos das exportações caíram mais de 51% entre 1980 e 1988. O pagamento anual dos juros da dívida pulou de US\$ 267 milhões em 1972 para US\$ 5,1 bilhões também em 1988, apropriando-se então de 40% das exportações do país (NATALINO, 2011, p. 100).

O Pacto de Punto Fijo completou três décadas de vigência tendo muito pouco o que comemorar. Certamente nem os dirigentes mais pessimistas de AD, Copei e URD poderiam prever, em 1959, que trinta anos depois a Venezuela se encontraria sob um cenário caótico sem alternativa prevista para garantir minimamente à sua população o cumprimento dos serviços mais básicos de atribuição constitucional do Estado.

Somente entre os de 1973 e 1983, por exemplo, a Venezuela recebeu mais de US\$ 150 bilhões em rendas advindas do petróleo, conforme a visão de Bart Jones (2008, p. 295), sendo que uma parcela importante desse dinheiro jamais se traduziu em ganhos concretos para a melhoria da vida dos venezuelanos. A corrupção, a má gestão financeira e o adiamento permanente do enfrentamento real dos problemas por parte dos dois partidos hegemônicos fizeram com que, no plano interno, o Pacto de Punto Fijo passasse, em 30 anos, da condição de alternativa conciliada e definitiva para o aprimoramento da democracia venezuelana a um completo e estrutural desastre dos pontos de vista político, econômico e social (GALL, 2006b, p. 14-16).

3.3 Venezuela no ambiente internacional – Inserção tardia de um Estado semi-colonial

Vimos no começo do presente capítulo que a Venezuela tornou-se um Estado Nacional nas primeiras décadas do século XIX. A sucessão de regimes ditatoriais e a consolidação tardia de suas instituições democráticas, no entanto, fizeram com que lenta e atrasada se tornasse também sua consolidação enquanto ator político perante o resto do mundo.

Até o fim do século XIX, época em que a hegemonia inglesa caiu em decadência dando lugar a um período não hegemônico que duraria até 1945, a Venezuela pouco fez para se tornar um Estado representativo no cenário latino americano no que diz respeito a suas relações com os países europeus mais avançados, representantes do capitalismo central.

Muito distante de demonstrar-se um país em ascensão com instituições fortes e por isso com credibilidade para negociar acordos e convênios com outros estados, a Venezuela passou boa parte do século XIX em conflitos diplomáticos com alguns dos mais ricos países do mundo àquela época. No final da década de 1840, por exemplo, a Inglaterra chegou a enviar navios de guerra para a costa venezuelana em razão da moratória decretada pelo governo da Venezuela em relação à dívida com um banco inglês (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

Após enfrentar situações semelhantes - atritos comerciais e financeiros - com os governos de Espanha, França e Holanda, a Venezuela rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra em 1877, em razão das disputas travadas desde o início daquele século pela definição das fronteiras entre a Venezuela e a Guiana. O conflito ganhou proporções ainda mais graves quando, em 1877, foram descobertas minas de ouro em uma área próxima a fronteira, o que gerou grande insatisfação nos venezuelanos em razão da insistente atuação inglesa com o objetivo de decretar que a região em questão pertencia ao território da Guiana.

Em 1895, os EUA se envolveram na disputa e chegaram a defender a Venezuela declarando que os britânicos haviam rompido com os princípios da Doutrina Monroe. Uma nova arbitragem territorial foi, em 1899, o caminho diplomático escolhido para resolver o conflito de forma definitiva. Os limites fronteiriços determinados, no entanto, não agradaram nem um pouco ao governo venezuelano.

Foi demonstrando não possuir sequer um programa mínimo de Relações Internacionais que a Venezuela começou o século XX com claras inclinações para o isolacionismo internacional. Os prejudiciais níveis de isolamento alcançados pelo país no começo do último século eram em relevante medida reflexos do que acontecia em seu ambiente interno. Ao se tornar uma República soberana, em 1830, a Venezuela substituiu a colonização espanhola pelo controle militar e autoritário de sua população, através de uma sucessão de regimes ditatoriais com pouca capacidade política de levar o país a um período autônomo e ativo de inserção internacional.

Por outro lado, na medida em que o século XX avançava, dois fatores preponderantes definiram os novos rumos que a Venezuela assumiria no ambiente internacional: A ascensão dos Estados Unidos e a descoberta das extensas e valiosas reservas de petróleo. Juntos, estes dois fatores fizeram com que Estados Unidos e Venezuela inaugurassem, a partir da década de 1930, uma das relações bilaterais mais próximas e amplas de todo o século XX (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

Sem passar por qualquer processo de submissão de suas decisões diplomáticas ao Parlamento ou mesmo à população, os governos venezuelanos começaram a estabelecer relações preferenciais com os Estados Unidos e a aumentar gradualmente os laços políticos, comerciais e financeiros com a potência norte-americana.

Durante o governo do general Contreras, (1935-1941) dois aspectos marcantes consolidaram a já representativa aliança entre estadunidenses e venezuelanos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, em 1938, o governo do México decidiu nacionalizar suas reservas de petróleo, fato que desagradou os Estados Unidos e contrariou as pretensões das empresas norte-americanas que atuavam na exploração do petróleo daquele país.

Em contrapartida, o governo da Venezuela ainda não havia implantado semelhante medida, o que fez ampliar o interesse dos EUA em investir no país caribenho. Também em razão desta aproximação gradativa, acentuada indiretamente pelas ações protecionistas do governo mexicano, em 1939, Venezuela e Estados Unidos assinaram um tratado de reciprocidade comercial.

Gilberto Maringoni revela que no ambiente internacional, o ano de 1939 entraria para a história por marcar o estopim da Segunda Guerra Mundial. A Venezuela tornou-se logo o principal fornecedor de petróleo para os países aliados. A proximidade estratégica com os EUA em tempos de guerra fez com que o país garantisse uma série de privilégios e se tornasse um dos principais beneficiados pelo Plano Marshall (MARINGONI, 2008, p. 75).

Inaugurados os conflitos geopolíticos que fariam da Guerra Fria um período de mais de quatro décadas de disputas entre Estados Unidos e União Soviética pela supremacia do modo de produção mundial, a Venezuela iniciou a década de 1950 vendo serem favorecidas com ainda mais consistência suas relações com os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2011, p. 39-40).

Durante a ditadura de Pérez Jimenez (1952-1958), Venezuela e EUA passaram a atuar juntos na luta anticomunista no ambiente interno venezuelano. No plano econômico, os Estados Unidos decidiram baixar as tarifas de importação do petróleo venezuelano, o que fez aumentar em grande medida a renda obtida pelo Estado caribenho com a exportação de seu item mais valioso.

Às vésperas do fim das ditaduras militares e do começo do ciclo democrático puntofijista, a Venezuela alcançou seu até então mais alto nível de proximidade diplomática com os Estados Unidos, país que havia conquistado, em 1945, a posição de hegemon e a capacidade de convencer os outros estados ocidentais de que, sob sua hegemonia, o mundo assistiria a um sólido processo de desenvolvimento. Em detrimento da estratégia de privilegiar as relações com os EUA, no entanto, a Venezuela pouco fez durante a primeira metade do século XX para ampliar o leque de sua Política Externa e conquistar assim mais autonomia para agir no ambiente internacional.

3.3.1 Política Externa durante o Pacto de Punto Fijo: Entre o ativismo político e a submissão consensual

Similarmente a situação vigente em seu ambiente doméstico, no plano da Política Externa o presidente Rómulo Bettancourt, eleito em 1958, encontrou uma Venezuela em condições deploráveis no que se refere a sua atuação no sistema internacional. Era preciso reinventar o papel desempenhado pelo país em suas relações diplomáticas de forma urgente em um contexto de profundo atraso.

Treze anos após o fim da Segunda Guerra e o estabelecimento da hegemonia norte-americana, a Venezuela ainda era um dos raros países ocidentais com potencial econômico

elevado que não dispunham de qualquer aparelho estatal capaz de difundir uma maior visibilidade para si no plano externo. A cômoda aliança com os Estados Unidos e a sucessão de crises institucionais em seu ambiente interno haviam construído um contexto amplamente restrito e prejudicial para as Relações Internacionais do país. Coube ao governo Bettancourt inaugurar os marcos oficiais da superação deste quadro.

No começo dos anos 1960, o cenário internacional era favorável a esta reinserção, mesmo que tardia, da Venezuela enquanto ator importante no campo geopolítico. Com o preço do barril de petróleo em alta, Bettancourt iniciou seu governo fazendo grandes investimentos em programas sociais e em infra-estrutura (OLIVEIRA, 2011, p. 42). No plano internacional, ampliou as barreiras protecionistas e estimulou a política industrial de substituição de importações, medidas que chegaram a causar um pequeno desgaste com os Estados Unidos, superado posteriormente sem aparentes conseqüências mais graves.

No plano político, os governos de Rómulo Bettancourt (1958-1964) e Raúl Leoni (1964-1969), ambos filiados à *Acción Democrática* (AD), trataram de, ainda que com certo tom retraído e isolacionista, demonstrar ao mundo que a Venezuela era agora uma nação livre e democrática, pronta para negociar junto aos países e órgãos internacionais mais poderosos do mundo sob as regulamentações estabelecidas pela legislação internacional.

No começo da década de 1970, já com o Pacto de Punto Fijo consolidado e com a reputação democrática do país em alta, estavam criadas as condições objetivas para que a Venezuela rompesse com essa tradição marcada pelo isolamento no ambiente internacional e se lançasse definitivamente a um novo período em suas ações de Política Externa.

Essa ruptura em direção a uma mais ampla diversificação da Política Externa venezuelana foi em grande medida acelerada pela eleição de Rafael Caldera, do Copei, em 1968. Baseadas nos princípios da democracia cristã, as diretrizes implantadas a partir de então priorizaram o pluralismo ideológico e as múltiplas identidades, expressões que ganharam força no contexto do país neste período, como relatado por Anthony Maingot (1984, p. 48). Como nunca antes em sua história republicana, a Venezuela se voltou, por exemplo, para o Caribe e para região andina, firmando acordos e estimulando as relações bilaterais com os países dessas regiões. Em 1969, talvez como primeira ação concreta desta nova etapa, a Venezuela assinou e deu apoio político ao Pacto Andino, tratado do qual se originaria a Comunidade Andina das Nações.

Divergentes são as visões sobre os motivos que levaram a Venezuela a inserir-se com tão amplo e imediato ativismo político entre seus vizinhos caribenhos e andinos. A literatura referente a este fenômeno recorre com mais freqüência às hipóteses segundo as quais a

Venezuela buscava, em primeiro lugar, proteger suas reservas de petróleo, de acordo com o que nos mostra Judith Ewell (1982, p. 295). O choque petroleiro de 1973 fez com que a Venezuela tivesse real noção do que representavam suas reservas no plano internacional. Além disso, o mar do Caribe, que banha a Venezuela em cerca de 960 km de costa, ganhou especial atenção do Estado venezuelano em razão de ser um estratégico elo entre as Américas do Sul e do Norte.

Edgar C. Oltávora nos diz que outro fator importante diz respeito ao fato de que diversos países do Caribe passavam então por processos de levantes populares contra suas antigas colônias, o que poderia abrir espaço para que a Venezuela e seus petrodólares consolidassem uma liderança regional em um cenário novo que passava por grandes transformações (OTÁLVORA, 2008, p. 137).

Foi também nesta época em que, pela primeira vez durante décadas, as relações com os Estados Unidos se retraíram em medidas relevantes nos planos comercial e político. Temeroso em relação a essa diversidade da Política Externa venezuelana, traduzida não apenas no ativista crescimento das relações com a América Latina, mas também com a Europa e a Ásia, o governo do presidente norte-americano Richard Nixon (1968-1974) chegou a taxar em 10% as importações da Venezuela. Em resposta, o governo liderado por Rafael Caldera pôs fim, em 1972, ao Tratado de Reciprocidade Comercial, assinado em 1939 (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

Uma das mais imponentes mostras de que a Venezuela alcançou neste curto período níveis nunca antes imaginados em sua projeção internacional foi o fato de que, ao assumir a presidência em 1974, Carlos Andrés Pérez (AD) escolheu claramente dar seguimento à Política Externa implantada por Rafael Caldera (COPEI). Ainda que sem romper oficialmente com novos acordos firmados com os Estados Unidos como havia feito seu antecessor, Pérez continuou ampliando a política multilateral de alianças implantada por Caldera (OLIVEIRA, 2011, p. 52). Esta manutenção programática, vigente em dois governos liderados por partidos adversários, fez com que a década de 70, iniciada sob o governo Caldera e marcada pelo choque do petróleo em 1973, seguisse até seus últimos anos, já sob o governo Pérez, mostrando ao mundo uma Venezuela definitivamente mais ativa e soberana em sua Política Externa.

Entre 1974 e 1979, Pérez causou relevante descontentamento nos EUA no plano político exatamente por demonstrar ao vizinho hegemônico que o país caribenho poderia respeitar os acordos firmados sem com isso deixar de buscar maior autonomia e projeção no ambiente internacional. Com uma América Latina efervescente em conflitos nacionais que

repercutiam com brutal força em mundo bipolar, Pérez chegou a propor o advento de uma “nova ordem econômica internacional”, como demonstrado por John Martz (1984, p. 137), o que certamente não agradaria aos EUA, principal interessado na manutenção da ordem em certa medida imposta pelo próprio Estado norte-americano.

Para deixar claro que sua posição favorável ao surgimento de uma nova ordem mundial não era apenas retórica, Pérez foi à Moscou em 1976. Durante visita oficial ao país sede do socialismo soviético, o presidente venezuelano anunciou-se aos bolcheviques como “líder dos países de terceiro mundo”, tornando ainda mais patente sua insatisfação com as relações bilaterais então vigentes com os EUA.

Outro elemento gerador de profundo desgaste nas relações Venezuela/Estados Unidos se deu quando o governo Pérez aproximou-se de Fidel Castro em razão da convergência política em algumas situações deflagradas na região do Caribe. A iniciativa obviamente não foi vista com bons olhos por Washington, mas por outro lado a tentativa de inserir Cuba socialista nos debates sobre os futuros da região ajudou a demonstrar com ainda mais clareza que a Política Externa da Venezuela era então pautada primordialmente pela pluralidade ideológica e pelo ativismo político (EWELL, 1982, p. 312).

Vieram as eleições de 1978 e com ela o primeiro sinal de que o período de bonança econômica já declinava em detrimento de uma nova etapa de retração. A ampla derrota sofrida pela AD de Pérez na sucessão presidencial indicava que a Venezuela havia falhado em aproveitar um período de oportunidades históricas para seu crescimento. Em 1979, o Copei retornou ao poder através da eleição de Luis Herrera Campins, presidente cujo mandato marcaria também a transição da Política Externa venezuelana, do auge de seu ativismo para o retorno das alianças tradicionais, cedendo às imposições econômicas e políticas do hegemônico EUA.

Começava assim a década de 1980. No plano geopolítico, a América Latina tornou-se o último território de batalhas da Guerra Fria. A ferocidade da luta anticomunista dos EUA sobre países como Nicarágua, Colômbia e Granada aumentou as pressões sobre os países historicamente alinhados, entre eles a Venezuela. No tocante à economia, a década de 80 representou um período catastrófico para os países exportadores de petróleo, o que conseqüentemente aumentou o nível de retração da Política Externa venezuelana.

Dadas as características mais preponderantes do contexto vigente neste período, o governo Campins optou pelo realinhamento orgânico junto aos Estados Unidos e por uma patente regressão no que se refere ao nível de ativismo e multilateralidade nas Relações Exteriores do país.

As eleições de 1983 não alteraram este quadro em relevante medida com a nova troca no comando do país definida pelos venezuelanos. O então ex-presidente Rafael Caldera disputou novamente as eleições pelo Copei, mas foi derrotado por Jaime Lusinchi, da AD.

O país encontrava-se então em uma profunda crise interna e no plano externo o governo Lusinchi (1984-1989) deu continuidade à linha conservadora e retraída de seu antecessor. Os últimos anos da Guerra Fria tiveram na Venezuela um ator estatal de irrelevante atuação política no ambiente internacional, considerados os padrões comuns a um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Algumas medidas excessivamente liberalizantes em sua economia já davam mostras de que o alinhamento com os Estados Unidos havia alcançado níveis de profunda submissão frente ao novo período histórico que se desenhava.

Assim como aconteceu em seu ambiente interno, em relação à Política Externa o Pacto de Punto Fijo completou trinta anos de vigência sem mostrar-se capaz de cumprir os objetivos a que se havia proposto quando a Venezuela finalmente deixou de ser governada por regimes de exceção. A dependência crônica aos Estados Unidos, a centralização econômica, ausente de qualquer planejamento estratégico, em torno do petróleo e a pouca capacidade de tornar-se mais ativa no plano internacional contribuíram fortemente para que na Venezuela os impactos da década perdida de 1980 assumissem proporções trágicas e irreversíveis para a sobrevivência do Pacto.

3.4 Consenso de Washington, país em crise e bipartidarismo ameaçado: Falência decretada de um regime

As eleições presidenciais de 1988 foram disputadas em uma Venezuela afundada em uma crise econômica e social que não demoraria muito para alterar também de forma drástica o cenário político do país. Invocando as conquistas de seu primeiro governo e chamando os venezuelanos a fazerem juntos uma profunda reforma nacional, Carlos Andrés Pérez (AD) assumiu novamente o poder em 1989 para cumprir um mandato que marcaria definitivamente a trajetória política venezuelana.

Esta ruptura se deu basicamente em razão de que, quando terminou a Guerra Fria, tanto Pérez quanto o mundo não eram mais os mesmos de quando o presidente novamente eleito governou pela primeira vez (1974-1979).

O ambiente internacional evidentemente era outro após o declínio do campo socialista. Na medida em que a União Soviética definhava, muros caíram, nações irmãs se separaram e a

matriz do comunismo mundial era de novo uma Rússia em crise sob reformas no rumo da liberalização capitalista.

Para a América Latina, uma das primeiras e mais sérias conseqüências da vitória final dos Estados Unidos pela hegemonia capitalista sobre o socialismo científico nasceu em Washington, em 1989. Para tentar conter as graves crises econômicas por quais passavam quase todos os países latino-americanos no fim dos anos 1980, o *Institute for International Economy* (IEE) reuniu professores, gestores estatais e representantes de organismos internacionais para definir um plano de ações que os países pobres deveriam seguir para sair da catastrófica situação em que estavam, evidenciada pelo aumento descomunal da inflação, desvalorização das moedas nacionais, ausência de crédito e falência dos serviços sociais (NATALINO, 2011, p. 105).

A solução apresentada para a superação da crise nos países periféricos foi a adoção de uma espécie de receituário econômico e social, o Consenso de Washington, como informado por Enrique Ricardo Lewandowsky (2004, p. 65).

Eram dez as regras básicas, entre elas privatização das estatais, abertura comercial, afrouxamento das leis trabalhistas e implantação dos juro de mercado. Foram poucos os países latino-americanos que não aderiram, por motivos das mais diversas matrizes, ao receituário dos economistas liberais norte-americanos. Começava então a vigência do capitalismo neoliberal na América Latina.

Na Venezuela, o presidente Pérez cumpriu seu segundo mandato (1989-1992) lançando medidas absolutamente contrastantes com as ações executadas em seu primeiro governo. Tendo claramente abandonado o tom extremamente nacionalista e a autonomia em relação às grandes potências mundiais, Pérez assumiu obedecendo exatamente aos mandamentos vindos do vizinho rico das Américas, aprofundando ainda mais a dependência histórica da Venezuela em relação aos Estados Unidos.

A adesão venezuelana ao Consenso de Washington veio sob a forma de um plano de austeridade lançado por Pérez que, segundo o presidente, ficaria marcado como um instrumento definitivo de salvação do país e de superação de problemas estruturais como o aumento exponencial da dívida externa.

O chamado “Gran Viraje”, anunciado com euforia por Pérez e seus ministros mais próximos, era na verdade composto pelas medidas que os idealizadores do Consenso acreditavam que pudessem funcionar nos países em desenvolvimento (JONES, 2008, p. 122-123). Sem basear-se em qualquer experiência histórica bem sucedida, mas apenas nas previsões formuladas por seus membros, o Consenso de Washington teve no governo Pérez

um parceiro fiel e seguidor de suas diretrizes mais liberalizantes. A obra de Terry Lynn. Karl nos mostra que. logo nos primeiros meses de seu mandato, Pérez anunciou medidas como a livre flutuação do Bolívar, privatização de bancos e indústrias de base, redução das tarifas comerciais, congelamento de salários e contratações do setor público e reabertura do setor petrolífero a investimentos externos e privados (KARL, 1997, p. 180).

O cenário ficou ainda mais conturbado quando a população decidiu sair às ruas em uma onda de protestos, saques e desordem que duraram dois dias até que o Exército fosse convocado pelo Estado para manter a região metropolitana de Caracas sob custódia. O “Caracazo”, como ficou conhecido o episódio, aconteceu entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, exatamente 30 anos depois da assinatura do Pacto de Punto Fijo. Os 400 mortos e o prejuízo calculado em cerca de US\$ 1,5 bilhão dão a dimensão da herança deixada pelos protestos (GALL, 2006b, p. 17).

Era a demonstração definitiva de que a população da Venezuela não legitimava mais o acordo que proporcionara três décadas de um bipartidarismo de elites que gradativamente excluía das decisões de poder milhões de cidadãos insatisfeitos com as profundas desigualdades sociais e econômicas do país, e com a repetidamente comprovada incapacidade do Estado em superá-las.

3.4.1 Impeachment, prisões e tentativas de golpe: O “nascimento” de Chávez e de um novo ciclo

As imponentes manifestações contrárias ao governo Pérez não se restringiram ao “Caracazo” de 1989. Durante todo seu segundo mandato, o presidente venezuelano se viu pressionado por um cenário trágico em irreversíveis proporções. Na medida em que avançavam seus planos neoliberais, crescia também o número de setores e grupos sociais que se organizavam para tirar Pérez do poder. Nem mesmo a realização das primeiras eleições para prefeitos e governadores da história do país, organizadas em 1989, fizeram diminuir a insatisfação popular com os índices desastrosos de sua economia. Grupos de esquerda e de direita não interrompiam a onda de protestos. A criminalidade se exacerbou a níveis incontroláveis e o país alcançou o caos (KARL, 1997, p. 181).

Um ano antes do fim constitucionalmente previsto de seu mandato, em 1992, os anseios desta crescente parcela revoltosa da população se concretizaram. Os membros do Parlamento aprovaram em sua maioria o processo de impeachment do presidente eleito, sendo colocado em seu lugar o presidente do Congresso, Ramón Velásquez. Não bastasse ser

retirado do cargo político mais importante do país, Pérez foi condenado à prisão por corrupção e má gestão do Estado, aprofundando ainda mais a crise política venezuelana.

A transição entre Pérez e Velásquez não foi implantada sob um clima republicano com respeito às instituições democráticas e, conseqüentemente, à Constituição. Ainda em 1992, duas tentativas de Golpe de Estado foram deflagradas por setores insatisfeitos das Forças Armadas em acordo com parcelas radicais de partidos de esquerda e movimentos sociais.

O primeiro destes dois intentos de golpe, deflagrado em 4 de fevereiro de 1992, teve como líder um até então desconhecido tenente-coronel do Exército, Hugo Rafael Chávez Frías. Nascido na província pobre de Barinas, Hugo Chávez, como nos diz Marc Saint-Upéry, sofreu em sua juventude influência política de alguns círculos radicais e clandestinos da esquerda marxista venezuelana (SAINT-UPÉRY, 2007, p. 28). Ainda que sem assumir uma militância ativa, o já oficial do Exército participou, durante as décadas de 1970 e 1980, de algumas reuniões secretas em que militares de alta patente esboçaram um possível retorno ao poder depois de se afastarem definitivamente da política com a assinatura do Pacto de Punto Fijo, em 1959.

Com o país sitiado pelo Exército e sem qualquer saída consensual à vista, Chávez foi condenado à prisão logo após a tentativa de golpe ser derrotada em suas primeiras horas. Antes de ver-se isolado e impedido de interferir no futuro político de seu país, no entanto, Chávez atendeu a um pedido de seus companheiros golpistas e pronunciou um inflamado discurso em rede nacional, durante o qual assumiu a autoria do golpe e admitiu que o processo de transformação do país havia sido interrompido.

Em uma Venezuela carente de novos líderes e esperançosa por um novo processo de mudanças, não demorou muito para que Chávez, mesmo preso, se tornasse uma celebridade nacional idolatrada pelos milhões de venezuelanos que, assim como ele, haviam concluído que o Pacto de Punto Fijo precisava dar lugar a um novo período democrático, marcado pelo atendimento imediato das demandas sociais das parcelas mais pobres e historicamente excluídas da população.

Foi da cadeia que Hugo Chávez viu transcorrerem as eleições de 1993, convocadas por Velásquez imediatamente após sua posse como tentativa de transmitir aos venezuelanos a certeza de que a sucessão de Pérez seria concluída de forma pacífica e democrática. Entre os candidatos postulantes ao cargo, estava o veterano Rafael Caldera, que já havia governado o país, eleito pelo Copei, entre 1969 e 1974.

Após abandonar seu antigo partido, Caldera disputou e venceu as eleições pelo *Convergencia*, legenda recém criada que encabeçou uma ampla aliança com partidos mais

fortes, entre eles o Copei e o *Movimiento al Socialismo* (MAS). Pela primeira vez desde 1958, um presidente era eleito sem estar filiado aos anteriormente hegemônicos AD e Copei (GALL, 2006b, p. 57).

Mas a possibilidade de eleger lideranças filiadas a outros partidos não incentivou os venezuelanos a comparecerem às urnas. A descrença na superação da profunda crise econômico-social pela via constitucional era de tal forma imponente que Caldera venceu com apenas 31% dos votos válidos, sendo que mais de 40% dos eleitores escolheram não votar.

Assumindo um tom ameno e comedido, o segundo governo Caldera (1994-1999) começou buscando reverter as investidas neoliberais de seu antecessor. Medidas protecionistas foram implantadas para fazer baixar a inflação e diminuir os índices assustadores de desvalorização do Bolívar. Para realizar tal “proeza”, Caldera convidou para assumir o Ministério do Planejamento o ex-guerrilheiro comunista Teodoro Petkoff (NATALINO, 2011, p. 115).

Outro fato importante que ajudou a contribuir para sua imagem de conciliador foi a decisão que Caldera tomou em março 1994, quando Hugo Chávez, por iniciativa do presidente eleito, deixou a prisão reconduzido imediatamente a condição de cidadão livre no gozo de suas plenas liberdades civis.

Em outras esferas de seu governo, no entanto, Rafael Caldera não se sairia tão bem sucedido. Em 1996, a Venezuela sofreu pela primeira vez em sua história os traumáticos impactos da hiperinflação. Os índices chegaram à marca de 103% naquele ano. A produção industrial despencou, a renda per capita chegou a seus níveis mais baixos em trinta anos e mais de 80 mil funcionários públicos foram demitidos (JONES, 2008, p. 206). O “*Agenda Venezuela*”, plano elaborado por Petkoff e legitimado por Caldera, havia fracassado e a Venezuela se viu obrigada a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em busca de crédito e de uma possível salvação.

A ajuda financeira que o governo Caldera esperava chegou sob a condição determinante de que se implantasse um novo pacote de medidas que, segundo previa o FMI, ajudariam o país a diminuir o rombo existente nas contas públicas e assim garantir que os recursos oriundos do petróleo fossem investidos de forma mais racional pelo Estado. Politicamente, o novo programa econômico não foi bem recebido sequer pela base de sustentação de Caldera no Congresso, o que obrigou o presidente venezuelano a buscar apoio em partidos até então adversários, entre eles a AD.

Imediatamente após a adoção das medidas impostas pelo FMI para que se concretizasse a concessão de créditos, a então caótica economia interna da Venezuela ensaiou

um curto período de recuperação. Em 1997, a inflação caiu pela metade e houve um pequeno crescimento no PIB. Nos últimos meses do ano, no entanto, o país voltou a ver aprofundar-se a crise e como forma de tentar reagir o governo anunciou um corte superior a US\$ 2 bilhões em gastos públicos (JONES, 2008, p. 225).

Enquanto o governo Caldera via fracassar todas suas tentativas de tirar o país daquele cenário de absoluto descontrole, nas ruas os protestos seguiam se fazendo escutar e os opositores, das mais diversas matrizes ideológicas, começavam a se organizar para disputar as eleições de 1998. Sob total descrédito da população, AD e Copei se viram na condição de meros figurantes na disputa que marcaria definitivamente o começo de um novo ciclo político no país (NEVES, 2010, p. 51).

Os dois anos que passara na prisão não diminuíram a popularidade de Hugo Chávez. Entre 1994 e 1997, seus companheiros mais próximos durante a tentativa frustrada de golpe tentaram convencê-lo a disputar as eleições, alegando que com uma aliança independente e desvinculada dos dois partidos oligárquicos, Chávez poderia representar os interesses mais urgentes de mudança que estavam então em ebulição na sociedade venezuelana.

Um ano antes do pleito, em 1997, Chávez anunciou a criação do *Movimiento Quinta República* (MVR), fundado em conjunto com aliados do Exército e representantes de variados setores dos movimentos sociais. Finalmente decidido a disputar as eleições, Chávez angariou o apoio de uma série de partidos de centro-esquerda, conseguindo assim demarcar seu espaço político no cenário eleitoral. Estava formada a coligação “Pólo Patriótico”.

Seus principais adversários eram também, em medidas diversas, frutos da renovação política por qual a Venezuela passou durante os anos 1990. Henrique Salas Römer chegou credenciado para as eleições de 1998 após haver se tornado um bem avaliado governador de Carabobo, uma das principais províncias do país. À frente do *Proyecto Venezuela*, partido liberal e nacional-desenvolvimentista, o economista fez uma campanha conservadora buscando se distanciar dos pontuais apoios de AD e Copei.

Outra candidatura que se anunciava independente era a da ex-miss universo Irene Sáez, fundadora e candidata pelo *Integración y Renovación Nueva Esperanza* (IRENE). Um ano antes das eleições, Irene aparecia como favorita em todas as pesquisas. Durante a campanha, no entanto, a ex-miss aceitou o apoio de lideranças nacionais do COPEI, o que jogou por terra suas pretensões políticas.

As eleições transcorreram de forma pacífica e terminaram com um mais representativo nível de participação popular – 64% dos eleitores compareceram às urnas - em comparação

aos pleitos anteriores. No dia 6 de dezembro de 1998, Hugo Chávez foi eleito com 56% dos votos válidos, contra 39% de Römer e 2% de Sáez.

Um dos fatores decisivos para a vitória do ex-coronel foi o apoio, ainda que informal em certas circunstâncias, que AD e Copei conferiram às duas candidaturas adversárias. Capaz de articular uma campanha sóbria de caráter popular, amplamente distante dos líderes políticos que em algum momento estiveram próximos ao regime puntofijista, Chávez chegou ao poder na condição de presidente mais jovem da história do país, eleito com 44 anos, prometendo basicamente romper com o bipartidarismo, combater a corrupção e eliminar a pobreza na Venezuela.

Não bastasse a vitória na disputa pela liderança do Poder Executivo, a aliança em torno de Chávez elegeu ampla maioria no Parlamento, abrindo assim espaço político para que o novo presidente governasse com inquestionável legitimidade popular e apoio majoritário do Congresso.

4 REVOLUÇÃO BOLIVARIANA EM CURSO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA (1999-2009) DA VENEZUELA CHAVIZTA

No terceiro e último capítulo de nossa pesquisa, os dez primeiros anos do governo Chávez (1999-2009) serão apresentados em seus avanços e retrocessos, em seus objetivos conquistados e negados, pelas circunstâncias que os cercaram ou pela insuficiente capacidade de entregar aos venezuelanos os logros prometidos por seu presidente. Evidentemente, eram inúmeras as matrizes teóricas sob as quais poderíamos avaliar aquele que se considera o último levante revolucionário vitorioso do século XX.

Os referenciais que escolhemos utilizar para cumprir tal objetivo, no entanto, são os mesmos que guiaram nossa pesquisa durante todo seu desenvolvimento. A primeira década da Venezuela chavizta será analisada no presente capítulo a partir do conceito de Bloco Histórico, sob a leitura e a interpretação dos principais autores que se dedicaram a contextualizar a obra gramsciana ao longo do último século.

Respeitadas as diferentes interpretações que tais autores tenham conferido ao referido termo, nossa pesquisa, em seu capítulo final, se baseará no que nos parece consensual sobre as características mais fundamentais deflagradas em um processo no qual um novo Bloco Histórico chega ao poder promovendo estruturais transformações no ambiente interno de um determinado Estado Nacional.

Ao longo do primeiro capítulo, observamos que, em convergência com a obra de Gramsci e com a releitura dos autores por nossa pesquisa citados – Cox, Arrigui, Rupert e Gill –, a ascensão de um novo Bloco Histórico ao poder carrega consigo alguns fatores primordiais, quais sejam: A capacidade de articulação entre seu líder e os mais diversos setores das classes emergentes; a junção de valores ideológicos ligados concomitantemente ao nacionalismo e ao socialismo; a transformação da estrutura interna do país em suas configurações política, econômica e sócio-cultural; e a inauguração de uma nova concepção de como este país deve se inserir no sistema internacional, posto que com a ascensão deste novo grupo ao poder as alianças entre o governo nacional e os outros Estados deverão ser construídas também de forma alternativa.

Observados os marcos teóricos sob os quais o governo Chávez será analisado, de acordo com as supostas mudanças promovidas por ele na relação Estado/sociedade da Venezuela atual, iniciaremos então o capítulo conclusivo de nosso trabalho, ao longo do qual a Revolução Bolivariana será apresentada em suas etapas personalista, ideológica, política, econômica e internacional.

4.1 Bolívar, Marx e Perón: Personalismo em torno de um novo líder

Tornou-se comum nas últimas décadas, entre militantes de esquerda espalhados pela América Latina, ouvir a tese de que “durante uma campanha eleitoral, pode-se prometer quase tudo, só não se pode ganhar”. Deixado de lado o teor evidentemente lúdico, a expressão remete às imensuráveis complexidades decorrentes da possível vitória de um candidato que se diga capaz de, a partir do referencial socialista, resolver todos os principais problemas de seu país em um curto espaço de tempo, independentemente de qualquer conjuntura doméstica ou internacional vigente, por mais adversas que estas se apresentem.

Ocorre, no entanto, que em particulares situações este “messiânico” postulante ao cargo de líder político da nação vence as eleições e se vê, em variada medida, obrigado a construir o por ele prometido “paraíso” em seu país. Na Venezuela, Hugo Chávez chegou ao poder em 1999 com uma missão no mínimo delicada nas mãos, basicamente composta por suas promessas de campanha: Inaugurar os marcos de uma nova República, encerrar a secular tradição de corrupção na gestão pública, exterminar a miséria, distribuir renda e levar o país a um novo período de crescimento econômico e inserção ativa no ambiente internacional.

A tarefa se fazia ainda mais inverossímil quando situada a eleição de Chávez no período histórico em que ela aconteceu. No fim do século XX, quando Chávez assumiu o poder, os escombros do Muro de Berlim ainda sufocavam os comunistas em todo o mundo, vitimados pelo fim do socialismo real na União Soviética. Dez anos após o fim do regime bolchevique, qualquer simples menção ao possível ressurgimento do socialismo em um país periférico da América Latina causaria a qualquer analista não apenas estranhamento, mas certamente também um alto nível de descrença. Pois foi sob este arcabouço teórico que Hugo Chávez prometeu e começou a ensaiar o nascimento desta “nova” Venezuela.

Fundamental faz-se destacar que o socialismo de Chávez não tinha nada que ver com aquele recém fracassado no Leste europeu. Enterrados temporariamente pela história, e pelo próprio Chávez, os mitos do partido único, da economia completamente planificada e dos avanços rumo ao comunismo global deram lugar na Venezuela a outros componentes ideológicos que resultaram em uma no mínimo interessante convergência.

Ao longo de toda sua carreira militar, com ainda mais força nos anos noventa do último século, Chávez se deixou influenciar por uma espécie de nacionalismo antiimperialista, com referências personalistas que vão desde o libertador Simon Bolívar ao ideólogo argentino Norberto Celeste. Antisemita, o ultra-direitista contemporâneo de Chávez ganhou reconhecimento na América Latina por defender o resgate do peronismo sob uma nova

roupagem. Denominado pelo próprio autor “nassero-peronismo autoritário e pós-democrático”, o modelo defendido por Celeste seria fundado sobre a pirâmide caudilho-Exército-povo (SAINT-UPERY, 2007, p. 29).

Descabida faz-se aqui a análise sobre os motivos que levaram Chávez a romper suas relações com Celeste logo nos primeiros meses de seu governo. Importante, por outro lado, é buscar entender os contornos ideológicos que orientaram e continuam orientando o presidente venezuelano nesta guinada que, sob o governo liderado por ele, seu país assumiu em direção a este novo e particular momento de sua história.

4.1.1 Bolivarianismo e socialismo: a união conveniente

Muito antes de Hugo Chávez, ao longo de toda sua trajetória republicana, não foram poucos os líderes venezuelanos que invocaram diferentes moldes de nacionalismo em torno da figura de Simon Bolívar. A estratégia remete a uma tese defendida, entre outros autores, pelo historiador Eric Hobsbawn, escritor de relevantes artigos que discutem a gênese de algumas tradições. A seu ver, várias das manifestações que pretendem definir a identidade de uma determinada cultura surgem a partir de interesses responsáveis pela escolha dos signos, rituais e narrativas que perpetuam uma visão sobre o passado. Em várias situações, uma tradição inventada se tornaria verdade (HOBSBAWM, 1994, p. 57).

No caso de Chávez, a preocupação em se mostrar um defensor da autonomia da América Latina e um líder político contra os interesses das nações mais ricas e influentes chegou a moldar outra compreensão sobre a história. Em um sem número de ocasiões, o presidente venezuelano aponta Simon Bolívar como seu grande referencial político. De certa forma, procura sedimentar a idéia de que suas perspectivas estariam calcadas em feitos e pensamentos do mártir.

Esta assumida devoção foi inaugurada, ou pelo menos tornada pública, no período que Chávez passou na cadeia após ver fracassada a tentativa de golpe de Estado que liderou em 1992. Frente a um retrato de Simon Bolívar, situado poucos metros a frente de sua cela, Chávez passou significativa parte dos dois anos em que esteve preso lendo obras das mais variadas vertentes dedicadas à trajetória do homem que, duzentos anos antes, havia enfrentado o poder imposto para ver livres as nações latino-americanas dominadas pela Espanha.

Um dos maiores vultos da história do continente americano, José Antonio de la Santíssima Trinidad Simon Bolívar y Palácios (1783-1830) comandou as revoluções que promoveram a independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Mas a

liderança militar estava longe de concentrar os anseios de Bolívar enquanto construtor do continente que finalmente se livrava das amarras do domínio espanhol.

Dono de um eloqüente discurso e estudioso da ciência política enquanto contemporâneo da Revolução Francesa e do pensamento ilustrado hispano-americano, Bolívar escreveu ousadas propostas de constituições nacionais, dados os padrões da época, para vários dos países que ajudou a libertar. O presente trabalho tomará duas delas como exemplo.

Em seu célebre “Discurso de Angostura”, de 1819, Bolívar participa do congresso responsável pela criação da República da Colômbia. Sua contribuição para a elaboração da constituição nacional contém a defesa da instituição de um Senado hereditário como base fundamental do Poder Legislativo. Após eleitos pela primeira vez pelos integrantes do congresso, os senadores passariam automaticamente sua cadeira no senado para seus filhos, que desde os primeiros anos seriam educados pelo Estado de maneira diferenciada, para que mais tarde se tornassem fiéis defensores da pátria e de suas leis (BOLÍVAR, p. 117).

Já no Discurso Introdutório a Constituição da Bolívia, de 1826, Bolívar inicia adicionando um quarto poder ao triunvirato Executivo, Legislativo e Judiciário. De acordo com Bolívar, o Poder Eleitoral deveria ser criado para regulamentar a realização periódica de eleições livres. É idealizado também um complexo sistema eleitoral, segundo o qual grupos formados por dez cidadãos escolheriam um representante capaz de votar, de maneira que apenas 10% da população definiriam os representantes eleitos de todo o país. Caberia ao senado eleger os prefeitos, os juízes distritais e corregedores, em uma controversa mistura entre os poderes Legislativo e Judiciário. Para finalizar, sobre o Executivo Bolívar faz uma controversa defesa do mandato vitalício para os presidentes da Bolívia.

O presidente da Bolívia vem a ser, em nossa Constituição, como o sol, que, firme em seu centro, dá vida ao Universo. Esta suprema autoridade deve ser perpétua; porque nos sistemas sem hierarquia se necessita mais que em outros um ponto fixo em torno do qual girem os magistrados e os cidadãos: os homens e as coisas. Dê-me um ponto fixo, dizia um antigo, e moverei o mundo. Para a Bolívia, este ponto é o presidente vitalício (BOLÍVAR, p. 7, tradução nossa).⁵

⁵ El presidente de Bolivia viene a ser, en nuestra Constitución, como el sol, que, firme en su centro, da vida al Universo. Esta suprema autoridad debe ser perpetua; porque en los sistemas sin jerarquía se necesita más que en otros un punto fijo en torno del cual giren los magistrados y los ciudadanos: los hombres y las cosas. Dame un punto fijo, decía un amigo, y moveré el mundo. Para Bolivia, este punto es el presidente vitalicio.

A ousadia com a que Bolívar elaborou estas duas constituições não tem nada que ver com os caminhos que a América do Sul adotou mesmo enquanto o líder gozava de todo o prestígio político que tinha naquela época. Sua proposta de constituição da Bolívia, por exemplo, foi derrubada dois anos mais tarde.

Muito mais do que uma liderança política, ou um ideólogo da libertação, Bolívar ganhou reconhecimento por sua atuação enquanto brilhante estrategista militar que foi, e pela defesa da América hispânica como continente livre e soberano. Ainda que não aplicadas em sua integralidade na época, suas propostas eram recheadas de um nacionalismo vibrante e de uma defesa permanente da igualdade plena entre os homens, muito embora os fundamentos políticos e econômicos que guiariam esta libertação não tenham sido apresentados e elaborados em sua obra.

Já afirmamos no começo deste capítulo que o momento histórico em que Chávez chegou ao poder inviabilizava completamente a hipótese de que o novo líder venezuelano se dissesse defensor do “velho” socialismo científico de matriz soviética. A Guerra Fria e o Muro de Berlim pertenciam então a um passado que poucos no mundo insistiam em saudar.

Os anos 90 do último século começaram com a imposição do Consenso de Washington aos povos latino-americanos, legitimado por governos nacionais em sua maioria liberais, como nos casos de Brasil, Argentina e Chile. Na Venezuela, a aceitação das regras e normas do acordo se tornou um dos motivos fundamentais para o fracasso do segundo governo de Carlos Andres Pérez (1989-1992). Dono de uma longa trajetória nacionalista e defensora dos interesses republicanos, Pérez aceitou inserir a Venezuela no grupo de países periféricos a serem “salvos” pelo pacote de medidas liberalizantes que compunham o consenso.

O desempenho social e econômico do país sofreu tamanho retrocesso nos anos seguintes que Pérez foi retirado do cargo através do primeiro impeachment da história da Venezuela, antes de ser preso por corrupção e má gestão do Estado, fato este também inédito no país.

Na medida em que a década de 90 e o século XX iam chegando ao fim, no entanto, a América Latina começava a assistir aos primeiros suspiros de movimentos nacionalistas e antiimperialistas contrários a manutenção das regras liberais que orientavam as economias de seus países. Longe de lutarem por meio de Revoluções armadas pelo fim do Estado burguês e da propriedade privada, estas cada vez mais representativas manifestações pediam sim a superação do capitalismo em sua fase neoliberal, com mais respeito às identidades nacionais e menor nível de ingerência do capital estrangeiro em suas democracias domésticas.

É precisamente sob esta conjuntura que surge a figura de Hugo Chávez. Amigo pessoal de Fidel Castro, defensor do novo peronismo argentino, do lulismo brasileiro e da terceira via de Tony Blair na Inglaterra, o presidente eleito em 1998 se mostrava então dono de inegável capacidade de articulação na tentativa de unir setores distantes da esquerda em torno de projetos convergentes. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordo proposto pelo ex-presidente norte-americano Bill Clinton, foi sepultada politicamente com contribuição decisiva do líder venezuelano.

Como base teórica desta nova configuração ideológica do socialismo, Chávez buscou apoio primordialmente nas obras da filósofa chilena Martha Harnecker, marxista profundamente ligada ao regime cubano, e do cientista político alemão Heinz Dieterich, radicado no México desde os anos 80. Autor de uma polêmica biografia sobre Simon Bolívar e Manuela Sáenz, Dieterich ganhou definitivo apreço de Chávez quando se lançou a inaugurar os marcos de um novo socialismo, solto das amarras e vícios do bolchevismo russo, mais ligado à realidade dos países periféricos da América e da África. Em 1996, Heinz Dieterich publicou o livro que se tornaria uma espécie de guia para o programa de governo lançado por Chávez na primeira eleição disputada e vencida por ele, em 1998. O centro das idéias contidas em *O socialismo do século XXI* pode ser expresso em alguma medida a partir da citação a seguir.

A idéia é criar uma sociedade pós-capitalista, que ponha fim a esse ciclo de cinco mil anos, levando em conta a intenção humanista do socialismo histórico, mas com diferenças qualitativas. Há dois elementos principais. O primeiro se baseia na economia de equivalência, de valores, já discutida por David Ricardo. Quero dizer que a economia deve operar sobre valores, não mais sobre preços. O segundo é a ampla participação dos cidadãos no processo decisório, seja político, econômico ou social. O cidadão comum participará na aprovação do orçamento federal, decidirá se o país deve ir à guerra. Participará em questões federais, municipais e empresariais, podendo decidir sobre investimento e jornada de trabalho (DIETERICH, 1999, p. 37, tradução nossa)⁶.

Desde que assumiu o poder e conheceu pessoalmente o autor das idéias das quais se aproximou, a relação política entre Chávez e Dieterich ganhou alternância entre o apoio

⁶ La idea es crear una sociedad pos capitalista, que ponga fin a este ciclo de cinco mil años, llevando en cuenta la intención humanista del socialismo histórico, pero con diferencias cualitativas. Hay dos elementos principales. El primero se basa en la economía de equivalencia, de valores, ya discutida por David Ricardo. Es decir que la economía debe operar sobre valores, no más sobre precios. El segundo es la amplia participación de los ciudadanos en el proceso decisorio, sea el político, económico o social. El ciudadano común va a participar en la aprobación de las inversiones federales, municipales o empresariales, siendo incluso capaz de decidir sobre recursos y periodos de trabajo.

recíproco e o distanciamento crítico. Recentemente, o alemão chegou a afirmar que nenhum presidente sul-americano vem se mostrando capaz de fazer nascerem em seus respectivos países os germes desta nova e pós-capitalista sociedade. Chávez, por outro lado, não se cansa de afirmar aos quatro ventos que seu governo fará com que o capitalismo seja “enterrado” na Venezuela.

4.2 Chávez no poder - Primeiros passos da nova Venezuela

Como mencionado de forma apenas introdutória no capítulo anterior, Chávez foi eleito em 1998 não apenas na condição de presidente mais jovem da história da Venezuela, mas também como uma espécie de centralizador das esperanças mais otimistas de uma expressiva maioria dos venezuelanos por um novo modelo político, social e econômico. Certamente, a inauguração desta nova república demandava mudanças em alguma medida radicais, e Chávez não hesitou em mostrar-se disposto a executá-las.

Já no primeiro ano de seu governo, em 1999, o governo liderado por Chávez deu início a um processo que se tornaria uma das fundamentais marcas registradas de sua maneira de liderar. Chávez parecia não desejar que a maioria governista eleita no Parlamento se tornasse a única e oficial via de transmissão entre governo e sociedade. As mudanças que seriam propostas causariam uma verdadeira ruptura com as velhas estruturas deixadas pelo Pacto de Punto Fijo, e era preciso, de acordo com Chávez, dar mais legitimidade a toda e qualquer transformação de grande impacto.

Foram inaugurados então os processos de votação popular, sob a forma de referendos nacionais, através dos quais Chávez pôde sentir até que ponto e em que direção iriam os reais anseios dos venezuelanos por mudanças. Para começar este processo de fundação da V República, nada mais natural do que alterar o texto constitucional. Durante o Pacto de Punto Fijo, foram promulgadas pontuais reformas constitucionais no país, basicamente ampliando os direitos sociais e restringindo o papel das empresas estrangeiras na exploração do petróleo. Chávez foi além das mudanças conjunturais e, ainda em 1999, convocou a eleição de uma Constituinte para rever o texto em vigência e elaborar uma nova Constituição.

Na medida em que iam se mostrando eficazes as primeiras medidas de seu governo, baseadas nos objetivos primordiais de sanar a inflação e voltar a gerar empregos, a popularidade de Chávez só fez se consolidar após sua posse. O momento de euforia vivido pelos venezuelanos deu ao líder o apoio popular necessário para que a Assembléia Nacional

Constituinte eleita fosse composta por 125 governistas entre 131 cadeiras em disputa (NATALINO, 2011, p. 125).

Após pouco mais de seis meses de funcionamento, a Constituinte eleita apresentou ao país a proposta de uma nova Constituição. No dia 15 de dezembro de 1999, quase 72% dos venezuelanos votaram no referendo popular que aprovou o texto da constituição defendido pelos constituintes. A primeira mudança importante, ou pelo menos a mais visível delas, dizia respeito ao nome oficial do país. Uma vez outorgada a Constituição, em 20 de dezembro do mesmo ano estava fundada a República Bolivariana da Venezuela.

Respeitado o tom oficial que ganhou o resgate da figura de Bolívar, não seria apenas alterando o nome do país que Chávez e seu governo mudariam para melhor a vida dos venezuelanos. A Constituição de 1999 também trouxe consigo mudanças importantes na estrutura política do país, como a institucionalização da reeleição para os cargos do Poder Executivo, a extinção do Senado e da Suprema Corte, a criação de dois Poderes, o Eleitoral e o Cidadão, além da ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos e da atribuição garantida ao presidente eleito de dissolver a Assembléia Nacional e comandar com mais autonomia a política econômica do Banco Central (AUMAITRE, 2002, p. 31).

Ficava claro com a nova Constituição que, aparte de todos os aspectos e fatores que o novo presidente queria ver radicalmente transformados em seu país, a centralização quase absoluta em torno do presidencialismo, construída ao longo de toda história republicana da Venezuela e oficializada através de constituições anteriores, como a de 1961, seguiria em vigência sob a liderança de Hugo Chávez.

Após ver aprovada a Constituição elaborada em majoritária medida por representantes das forças políticas que o elegeram, Chávez colocou mais uma vez sua popularidade a prova no ano 2000, ao convocar novas eleições presidenciais. Era a chance que o líder tinha de, se reeleito, começar um novo mandato, desta vez com duração de seis anos, e com a possibilidade de concorrer a uma nova reeleição em 2006. Ao mesmo tempo, seriam realizadas também eleições para o Poder Legislativo, definindo então quem seriam os primeiros deputados eleitos para a nova e unicameral Assembléia Nacional.

A Venezuela se preparou para um grande e representativo processo eleitoral, o primeiro desde a recente fundação da V República. Entre os candidatos que se apresentaram para disputar a eleição presidencial contra Hugo Chávez, estava o também militar Francisco Árias Cárdenas. Antigo companheiro de Chávez, Cárdenas teve papel importante nas eleições de 1998 como apoiador engajado na campanha que levava o amigo à presidência da República. Nas mega-eleições de 2000, no entanto, os dois se viram afastados e divididos na

busca pelos votos dos esquerdistas, já que Cárdenas disputaria as eleições pelo *La Causa Radical*, dissidência do velho Partido Comunista Venezuelano, com apoio dos também marxistas do *Bandera Roja*. Pela primeira vez em sua curta carreira política, Chávez enfrentaria uma divisão na esquerda venezuelana, unida dois anos antes em torno de sua candidatura.

Dentro do campo tradicional, a figura que aceitou a missão de se colocar como um contraponto ao projeto liderado por Chávez foi o então ex-prefeito de Caracas, Claudio Fermín. Antigo militante da AD, Fermín chegou a ocupar o posto de vice-ministro da Juventude durante o governo Jaime Lusinchi (1984-1989). Com o fim do Pacto de Punto Fijo e a decadência completa de AD e Copei, o sociólogo fundou e disputou o pleito pelo *Encuentro Nacional*, um dos muitos e novos partidos sociais- democratas nascidos após o fim do bipartidarismo, extinto nas urnas em 1998.

Vieram então as eleições que renovariam todos os cargos eletivos do país, e Chávez saiu vitorioso de sua segunda eleição presidencial em menos de dois anos. Com 59,7% dos votos, Hugo Chávez foi reconduzido ao poder na mais ampla vitória eleitoral desde a eleição de Rómulo Gallegos, em 1947. No Parlamento, novo triunfo governista, com 60% das cadeiras ocupadas por aliados de Chávez. Os antigos partidos sofreram outra derrota, tendo se afastado com ainda mais vigor da vida política do país. Evidenciava-se então que o chavismo era muito mais do que um fenômeno efêmero e passageiro. Hugo Chávez e sua Revolução Bolivariana seguiriam a frente da Venezuela por, pelo menos, mais seis anos.

4.2.1 2002: Golpe e contragolpe em um país dividido

Eleito e reeleito nas urnas, inquestionavelmente legitimado nas ruas, o governo Chávez se concentrou, em seus três primeiros anos, na tentativa de estabelecer os marcos da nova República que se propunha a construir. Mesmo com a nova Constituição aprovada e a popularidade presidencial em alta, os primeiros passos do chavismo foram marcados pela moderação e pelo debate com os setores mais diversos da sociedade. Assim que assumiu o governo, em 1999, por exemplo, Chávez fez questão de manter no cargo a economista liberal Maritza Izaguirre, ministra das finanças do segundo governo Caldera, de acordo com o que nos mostra Daniela Campelo (2009, p. 26).

Com o preço do petróleo em baixa, Chávez parecia consciente de que havia pouco lastro econômico para grandes mudanças, sendo mais recomendado que o Estado promovesse reformas e ajustes fiscais na tentativa de enxugar os gastos e captar mais recursos para os

programas sociais tão priorizados pelo presidente. À primeira vista, a moderação gerou bons resultados e a inflação passou de 40% para 12% ao ano entre 1998 e 2002, como nos informam os autores Mark Weisbrot e Luiz Sandoval (2007, p. 64).

Com o passar do tempo, no entanto, Chávez viu brotar com cada vez mais acidez uma oposição organizada, que tinha como base não os partidos políticos puntofijistas, estes em completo descrédito junto à população, mas sim representantes da classe média conservadora instalados em setores estratégicos, como os meios de comunicação privados, a Igreja Católica e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV).

As críticas mais ferozes ao governo faziam referência ao crescente papel do Exército, convocado por Chávez para ajudar na implantação dos projetos sociais na periferia das grandes cidades, a ligação fraterna com o regime cubano e com seu líder comunista Fidel Castro, e a uma suposta tendência ao cerceamento das liberdades civis. A acusação de querer censurar a imprensa se tornou comum entre os opositores de Chávez desde que ele assumiu o poder até os dias de hoje. As denúncias são graves e remetem a práticas amplamente ditatoriais e totalitárias. Mas mesmo entre os anti-chaviztas, há os que reconhecem que não há censura na Venezuela, como admitiu recentemente o jornalista opositor Fausto Masó. “Chávez governou assustando os venezuelanos, mas não fuzilou nenhum adversário nem fechou nenhum meio de comunicação” (SAINT-UPERY, 2007, p. 31, tradução nossa).⁷

A discussão acerca da hipótese de Chávez patrocinar ou não a censura na Venezuela não será tratada como tema de nosso trabalho. Necessário faz-se aqui somente estabelecer que os métodos utilizados pelo presidente no tratamento com a grande mídia de seu país foram uma das motivações defendidas por seus opositores para organizarem uma onda de protestos contra seu governo a partir do início de 2002.

Na medida em que a oposição ia mostrando vigor, no entanto, as camadas governistas da sociedade iniciaram um processo de radicalização em defesa do presidente eleito. Os confrontos começaram a se multiplicar nas ruas e nos meios de comunicação, de forma a demarcar e instalar uma maniqueísta polarização entre partidários e opositores da Revolução Bolivariana, polarização esta vigente em grande medida até os dias atuais.

A crise política interna deu evidentes sinais de sua gravidade nos primeiros dias de abril de 2002. Milhares de funcionários da PDVSA decidiram cruzar os braços e começar uma

⁷“Chávez gobernó asustando a los venezolanos, pero no ha fusilado a ningún adversario ni cerrado ningún periódico”.

greve de proporções gravíssimas para o governo. Os grevistas receberam apoio imediato da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (FEDECÁMARAS), da CTV e das principais redes de televisão do país, gerando então o primeiro movimento nacional contra o chavismo (NEVES, 2010, p. 167).

No dia 11 de abril, milhares de venezuelanos, estimulados por setores da mídia privada e pelas centrais trabalhistas oposicionistas, marcharam até o Palácio presidencial de Miraflores, naquele momento já completamente cercado por defensores do presidente. O confronto se fez inevitável e o alto comando do exército chegou a demandar a renúncia imediata de Chávez (ROMERO, 2006, p. 16). Mesmo recusando-se a renunciar, Chávez deixou o palácio para evitar um suposto bombardeio da residência presidencial, anunciado pelos militares golpistas como única forma de dispersar os que insistiam em permanecer em seus arredores em apoio ao presidente.

Com o presidente eleito expulso de sua residência oficial, a oposição se mostrou completamente desarticulada. Os mais importantes representantes do Exército hesitaram em anunciar quem assumiria o governo, e deram espaço para que ocorresse um golpe dentro do golpe. Na madrugada do dia 12, Pedro Carmona, principal dirigente da Fedecámaras, apareceu em rede nacional na condição de novo presidente da Venezuela, demitiu todos os ministros e convocou uma nova Assembléia Constituinte.

Sucederam-se ao golpe pouco mais de 48 horas de efervescência nas ruas de Caracas e das outras grandes cidades venezuelanas. Além das inúmeras manifestações de apoio a Chávez, a oposição se viu obrigada a enfrentar outro complexo problema. Os golpistas, em especial os militares que ajudaram a derrubar Chávez, não viam em Carmona um líder consensual da oposição, de forma que, imediatamente após o anúncio de sua posse, setores insatisfeitos do Exército se movimentaram na tentativa de resgatar Chávez, naquele momento escondido e incomunicável em uma ilha da costa venezuelana.

Menos de três dias depois de ser retirado do poder, um bem sucedido contragolpe foi deflagrado e, na madrugada do dia 14 de abril de 2002, Chávez chegou de helicóptero ao Palácio de Miraflores e concedeu uma entrevista coletiva para jornalistas de todo o mundo, novamente na condição de presidente da República Bolivariana da Venezuela (NEVES, 2010, p.168).

O país amanheceu sem grandes protestos no dia em que o golpe foi derrotado. A população, em sua imensa maioria, atendeu ao pedido feito por Chávez quando chegou ao palácio. O presidente pediu calma e solicitou a todos que fossem descansar em suas casas. Aos opositores, Chávez pediu que ao menos a Constituição fosse respeitada, e garantiu que

trabalharia para mostrar a todos que sua luta era por uma Venezuela mais justa e mais igual. Mas o desastre estava feito. Os quase três dias de duração do golpe deixaram dezenas de mortos e feridos, além das consideráveis perdas econômicas, em razão da greve petroleira, e das fortes incertezas sobre o futuro do país (ROMERO, 2006, p. 21).

Impossível faz-se a tarefa de mensurar com precisão os impactos que o golpe promoveu em Chávez, em seu governo e nos venezuelanos que o apóiam. Correto parece-nos afirmar, no entanto, que em 14 de abril de 2002 a Venezuela entrou em uma nova etapa de sua configuração política, nos planos doméstico e internacional. Internamente, ficou evidente que a minoria oposicionista mantinha controle sobre setores importantes da sociedade, em especial os meios de comunicação.

A tendência golpista dos opositores de Chávez contribuiu para a consolidação de uma rígida bipolarização a partir de 2002. Os setores mais progressistas, entre eles os partidos de esquerda que faziam críticas a Chávez, acabaram por constatar a polarização e cerraram fileiras com a Revolução Bolivariana. Candidato a presidente contra Chávez em 2000, Francisco Cárdenas, por exemplo, aliou-se novamente ao projeto chavizta depois do golpe, defendendo a importância da Revolução Bolivariana em curso. Vendo fracassada sua tentativa de assaltar o poder, a oposição, por outro lado, entrou em um profundo processo de crise de legitimidade, sem com isso deixar de mostrar que havia uma parcela representativa da sociedade que se opunha irreversivelmente ao governo.

Quando reassumiu o poder, Chávez encarou o golpe como uma oportunidade para aparar algumas arestas importantes em setores primordiais. Foram aposentados 43 oficiais de alta patente, e suspensos outros cem. Com a oposição, Chávez mostrou-se disposto a abrir canais de diálogo, através dos quais problemas de natureza política poderiam ser sanados. Em relação às seguidas greves do setor petroleiro, entretanto, o presidente encerrou as negociações no início de 2003, quando foram demitidos 19 mil funcionários da PDVSA (NATALINO, 2011, p. 132).

As mudanças deflagradas pelo governo Chávez na política externa da Venezuela serão analisadas particularmente no decorrer do presente capítulo. Um fator relacionado ao golpe de 2002, no entanto, será descrito aqui como forma de demonstrar a repercussão internacional que ganhou a tentativa fracassada da oposição de derrubar o presidente eleito. O objetivo será apenas situar o momento histórico em que o golpe ocorreu e como o mundo, ou pelo menos parte dele, recebeu e tratou a notícia.

Tradicionalmente o parceiro econômico e comercial mais importante da Venezuela, os Estados Unidos eram governados por George W. Bush em 2002. Pouco mais de seis meses

antes do golpe, em outubro de 2001, Chávez foi à rede nacional de seu país protestar contra os métodos utilizados por Bush para conter a onda de terrorismo que atingia os Estados Unidos. Mostrando fotos de crianças afegãs mortas, o presidente venezuelano aconselhava seu colega norte-americano a interromper a invasão ao Afeganistão na busca por Osama Bin Laden, naquela época o principal suspeito pelos atentados às Torres Gêmeas de Nova York no dia 11 de setembro. “Não se combate terror com mais terror”, repetia Chávez.

Já era evidente que havia um clima de tensão entre os governos de Estados Unidos e Venezuela. Os norte-americanos não apreciavam em qualquer medida acompanhar os discursos do presidente venezuelano, em que expressões como “socialismo do século 21”, “democracia popular” e “anti-imperialismo” eram repetidas como em um mantra. A histórica amizade de Chávez com Fidel Castro só fazia agravar este período de incertezas e de certo distanciamento político entre os dois governos. Para tornar ainda mais complexas as históricas relações bilaterais entre Estados Unidos e Venezuela, no dia 12 de abril de 2002, funcionários do governo Bush foram à televisão, imediatamente após o golpe, reconhecer o novo governo que substituíra a administração liderada por Chávez.

Após ver a posição tomada pelos Estados Unidos, o governo da Espanha, liderado então pelo conservador José María Aznar, também manifestou apoio aos golpistas, enquanto as outras principais potências, da América Latina e do mundo, esperavam por notícias da real situação de Hugo Chávez para se manifestarem oficialmente. No campo de apoio ao presidente eleito, começaram a brotar denúncias de que Carmona contava com apoio da CIA e de assessores próximos ao presidente Bush para patrocinar o golpe. Nove anos se passaram e nenhuma destas acusações foi comprovada. O que se tornou impossível de apagar, no entanto, foi a evidente crise política instalada em 2002 entre os governos de Estados Unidos e Venezuela, mesmo após Washington sair a público para reconhecer o governo Chávez tão logo este retornou ao poder.

Afastado politicamente do principal parceiro econômico de seu país, Chávez recebeu, a partir de 2002, a tarefa não apenas de reorganizar o cenário interno da Venezuela, mas também de buscar novos rumos na Política Externa do país. Importantes decisões deveriam ser assumidas, em especial quanto ao tratamento que seu governo passaria a conceder aos Estados Unidos. Ainda que governado por um declarado adversário político, os EUA eram importadores de representativa parcela do petróleo venezuelano, petróleo este que financiaria os projetos sociais através dos quais Chávez havia se comprometido a diminuir as gritantes desigualdades sociais e econômicas presentes em seu país.

Assumindo tom comedido ou fomentando a polarização já instalada, Chávez se viu obrigado a, derrotado o golpe, começar um novo governo. Diversas feridas, algumas delas de complexa cicatrização, haviam sido deixadas dentro e fora da Venezuela. Caberia então ao presidente eleito governar e esperar pelas próximas eleições presidenciais, previstas para 2006.

4.3 A Venezuela de Hugo Chávez: transformações econômicas, políticas e sociais

Eram muitos os caminhos que Chávez e seu governo poderiam tomar depois de verem os afãs golpistas de setores da oposição deslegitimados pela maioria da população, inclusive por muitos que não viam em Chávez o presidente ideal para a Venezuela. A partir de 2003, o país mergulhou em uma nova onda de pacifismo político, tendo desde então todos os processos eleitorais realizados seus resultados oficiais respeitados e cumpridos, conforme prevê a Constituição.

As acusações vindas dos setores mais fundamentalistas da oposição, segundo as quais Chávez não passaria de um ditador populista que gostaria de fazer da Venezuela “uma nova Cuba”, jamais deixaram de se fazer presentes nos debates acerca do cenário político do país. Estes contornos de ditadura totalitária que parte da oposição costuma propagandear, no entanto, não encontram relevante base sólida em diagnósticos elaborados por institutos e organizações internacionais. Segundo relatório do Departamento de Estado norte-americano divulgado em 2005, por exemplo:

A lei garante a liberdade de reunião e o governo respeita amplamente este direito na prática... Os meios impressos e eletrônicos são independentes... O governo não exerce nenhuma restrição sobre a internet ou contra a liberdade acadêmica. A lei garante aos cidadãos o direito de mudar pacificamente de governo y os cidadãos exercem esse direito por meio de eleições regulares sobre a base do sufrágio universal (SAINT-UPERY, 2007, p. 31, tradução nossa).⁸

Na medida em que as mobilizações próximas ao golpismo iam caindo em descrédito, dentro da Venezuela e no ambiente internacional, o presidente venezuelano foi gradativamente reconquistando a governabilidade necessária para fazer cumprir sua

⁸ La ley garantiza la libertad de reunión y el gobierno respeta generalmente este derecho en la práctica. Los medios impresos y electrónicos son independientes. El gobierno no ejerce ninguna restricción sobre Internet ni contra la libertad académica. La ley garantiza a los ciudadanos el derecho de cambiar pacíficamente de gobierno y los ciudadanos ejercen ese derecho por medio de elecciones regulares sobre la base del sufragio universal.

plataforma de ações. Entre o revanchismo ideológico e a conciliação pragmática, Hugo Chávez parece haver encontrado caminho para guiar sua atuação.

Nos últimos dez anos, o presidente venezuelano aprofundou em relevante medida o atendimento às principais demandas sociais da parcela da população que o elegeu e o manteve no poder nos momentos em que a oposição agiu com mais vigor: Os mais de 50% da população que, em 1998, viviam na linha da pobreza (SAINT-UPERY, 2007, p. 29).

Evidentemente, seria não apenas superficial, como também impreciso, afirmar que a divisão entre defensores e opositores do chavismo se traduz unicamente na configuração econômica da população venezuelana, separada entre ricos e pobres. Sem, por outro lado, desconsiderar completamente tal abordagem, é preciso olhar para o contexto social do país utilizando também outros critérios e parâmetros, na tentativa de compreender quais são os grupos sociais que apóiam e sustentam o governo liderado por Chávez, assim como identificar as parcelas da população que, por meio de golpes de Estado ou pela via democrática, atuam para afastá-lo do poder.

No campo oposicionista, os últimos anos vêm consolidando um cenário segundo o qual os venezuelanos contrários a Revolução Bolivariana estão em sua maioria representados nos meios de comunicação privada, no que sobrou das velhas oligarquias partidárias de AD e Copei, na Igreja Católica, no setor financeiro, na CTV e na Fedecámaras, centrais trabalhistas de trajetória social-democrata, e nas multinacionais (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

Já a maioria da população que apóia o governo Chávez tem como base de sustentação os militantes dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, estudantes secundaristas e universitários, ativistas criados nas lutas urbanas dos anos oitenta e noventa, correntes sindicais de esquerda herdeiras de tradições operárias, pequenos camponeses, micro-empresários, cooperativistas e moradores das periferias das grandes cidades, além de representantes das camadas médias defensores da participação popular e da economia social (SAINT-UPERY, 2007, p. 31).

4.3.1 A Revolução Bolivariana e a economia da Venezuela: novos rumos; mesma dependência

Demonstramos no capítulo anterior que o petróleo ganhou centralidade na economia venezuelana a partir da segunda década do século XX, e que depois disso não deixou em nenhum momento de ser a principal atividade econômica do país. Hoje gerida por Hugo Chávez, quase cem anos após a descoberta das extensas reservas de petróleo que possui, a

economia venezuelana não apresenta grandes sinais de que a dependência do petróleo está em vias de diminuir em detrimento de atividades desligadas da extração de recursos naturais, como, por exemplo, a indústria.

Pelo contrário, sob Chávez as exportações de petróleo viram ser aumentada sua parcela de representação na vida econômica do país. Em 1998, ano em que Chávez venceu suas primeiras eleições presidenciais, o petróleo alcançou o índice de 68,7% das exportações venezuelanas, sendo que, por exemplo, em 2005, este número saltou para 85,3% (SAINT-UPERY, 2007, p. 35). Evidentemente, contribuiu para esta relevante progressão o aumento nos preços do barril entre os dois momentos citados. A partir de 2003, os venezuelanos assistiram a uma nova onda de valorização de seu produto mais importante, ao contrário do cenário de estagnação vigente quando Chávez assumiu e em seus primeiros anos como presidente.

Se, em 2003, após o aumento dos custos, o crescimento da demanda mundial e uma grande reorganização das políticas de integração da OPEP, o barril de petróleo chegou ao preço de US\$ 30, esta quantia saltou para US\$ 70 em 2007, tendo alcançado o pico de US\$ 150 em 2008, o maior de todos os tempos se considerada a inflação acumulada durante os dois choques anteriores, nas décadas de 70 e 80. Para a Venezuela, esta sequência de exponenciais aumentos no preço do barril gerou efeitos imediatos e consideráveis. Entre 2003 e 2006, por exemplo, as exportações de petróleo do país pularam de US\$ 27,2 bilhões para US\$ 65,2 bilhões (NATALINO, 2011, p. 135).

Pela primeira vez em mais de 30 anos, o país foi capaz de acumular um superávit primário em conta corrente referente a 15% do PIB, possibilitando ao governo acelerar com ainda mais vigor seu projeto de crescimento econômico (WEISBROT; SANDOVAL, p. 2007, 16). Depois de amargar duas décadas de retração econômica e aumento desmedido das desigualdades sociais e econômicas presentes em seu ambiente interno, a população venezuelana viu a economia do país crescer em proporções até então inimagináveis, 18,3% em 2004, 10,3% em 2005 e 10,3% em 2006. O PIB da Venezuela acumulou um crescimento real de 76% entre 2003 e 2007, ao mesmo tempo em que subiram em relevante medida no mesmo período as receitas fiscais, o gasto público e o gasto social per capita (NATALINO, 2011, p. 136).

Todos estes números indicam que, nos primeiros anos do século XXI, a Venezuela teve mais uma oportunidade para inaugurar de vez um sólido e sustentável ciclo de aumento na arrecadação, desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Mas Chávez e os venezuelanos de sua geração já haviam passado por situações semelhantes que muito pouco

deixaram de benesses reais e concretas para o país. A tão comemorada idéia de “semear o petróleo”, como havia anunciado Pérez em seu primeiro governo (1974-1979), foi também compartilhada por outros antecessores de Chávez ao longo dos anos sem conquistar, no entanto, os resultados esperados a médio e longo prazo.

Hugo Chávez tinha então uma oportunidade única nas mãos. As eleições de 2006 se aproximavam e o líder se via obrigado a atender as esperanças nele depositadas pela maior parte da população, que não apenas o elegera presidente duas vezes, como também se mostrara decisiva para derrotar a tentativa de golpe em 2002 (OLIVEIRA, 2011, p. 67).

A escolha assumida por Chávez contribuiu decisivamente para que seu governo tomasse forma e se colocasse de maneira definitiva para os venezuelanos. A partir de 2005, o Banco Central da Venezuela e a PDVSA, até então instâncias quase inacessíveis para a maioria da população, passaram a destinar parte importante de seus recursos para financiar projetos sociais e estruturantes do governo. Estava criado o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN).

Conforme afirmamos anteriormente, Chávez não foi o primeiro presidente venezuelano a defender a necessidade de distribuir os lucros conquistados com o petróleo entre as parcelas mais pobres da população. Antes dele, no entanto, todas as semelhantes tentativas de cumprir o referido objetivo esbarraram em obstáculos como o populismo vazio, a longa tradição clientelista e fisiologista que boa parte da população mantém em suas relações com o Estado e até mesmo a ausência de um planejamento concreto para que se definisse de que forma seria executada tal diretriz.

Sob o governo Chávez, os venezuelanos têm todas as condições de questionarem a lisura e a transparência com as quais tais investimentos vêm sendo feitos, já que não há qualquer indício de que a corrupção tenha sido exterminada do aparato estatal. Podem-se relativizar também os reais impactos que estas transferências de renda estão gerando e irão gerar na vida da população mais pobre a médio e longo prazo. O que parece irrefutável, entretanto, é que nos últimos sete anos a Venezuela inaugurou novos marcos constitucionais e políticos segundo os quais uma parcela relevante da renda petroleira vem sendo distribuída a setores da sociedade que se mantiveram, durante décadas, excluídos de qualquer aspecto referente ao fato de que seu país é um dos maiores exportadores de petróleo do mundo.

Entre 2005 e 2007, por exemplo, a PDVSA destinou ao *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN) mais de 15 bilhões de dólares (OLIVEIRA, 2011, p. 80). Ao longo dos anos 70 e 80 do último século, consolidou-se na Venezuela a visão de que a PDVSA havia se tornado uma espécie de Estado dentro do Estado. Uma empresa de tal forma grande e hermética que

pouca importância tinha na vida da maior parte da população. As greves de 2002 e 2003 foram fundamentais para que Chávez alterasse este quadro. Após a saída dos quase 20 mil grevistas, o presidente venezuelano passou a substituir os antigos funcionários da estatal, ainda que obviamente donos de maior capacidade técnica, por pessoas integradas a nova forma de funcionamento social da empresa.

Isto contribuiu para que, entre outros índices, os gastos do petróleo por habitante passassem de 226 para 728 dólares entre 1998 e 2005. Antes mesmo de disputar novas eleições presidenciais, em 2006, Chávez já havia dado suficientes mostras de que em seu governo o petróleo e seus lucros assumiriam um papel transformador da realidade social venezuelana.

Ao mesmo tempo em que a PDVSA ia repassando cada vez mais recursos para os programas sociais do governo, ganhou espaço na agenda da Venezuela o debate sobre a possibilidade de, com Chávez, o país haver se tornado mais dependente do petróleo, já que, na opinião de seus críticos, muito pouco estava sendo feito para desenvolver outros estratégicos setores da economia, entre eles a indústria, os serviços e a agricultura.

De acordo com o economista e marxista venezuelano Enzo del Búfalo, por exemplo, os opositores do atual governo afirmam que Chávez não faz mais do que “administrar la renta petrolera em función de objetivos puramente políticos y sin prestar demasiada atención al modelo económico existente y a las necesidades de cambiar”. Segundo o economista, o processo de desindustrialização iniciado nos anos 90 durante a crise econômica e a implantação do neoliberalismo continuou sob Chávez.

O primeiro objetivo é utilizar a indústria petroleira como uma fonte de ingressos fiscais e tratar de maximizar o ingresso fiscal para financiar um gasto crescente, mas organizado, com muito desperdício, sumamente ineficiente mas de alta rentabilidade política (...) Venezuela é um país praticamente mono exportador novamente, e as indústrias básicas do Estado, que eram o grande ouro produtivo, exportam apenas uma mínima parte (SAINT-UPERY, 2007, p. 34, tradução nossa).⁹

As críticas ao modelo implantado por Chávez são rebatidas com vigor entre os economistas e burocratas funcionários do governo. Um dos argumentos utilizados pelos chavistas diz respeito ao fato de que o crescimento econômico alcançado entre 2004 e 2006

⁹ El primer objetivo es utilizar la industria petrolera como una fuente de ingresos fiscales y tratar de maximizar el ingreso fiscal para financiar un gasto creciente, mal organizado, con mucho desperdicio, sumamente ineficiente pero de alta rentabilidad política (...) Venezuela es un país prácticamente mono exportador nuevamente, y las industrias básicas del Estado, que eran el gran oro rubro, exportan pero una mínima parte.

pode ser amplamente atribuído as consideráveis melhorias pelas quais passaram setores como a construção civil, o comércio interior e o transporte. Enquanto, em 1999, a parcela do PIB relativa a atividades não petroleiras foi de 70,5% do PIB total, em 2005 este número saltou para 76%. Outro dado se refere às importações de bens de consumo, que passaram de 37,6% a 24% das importações venezuelanas entre 2003 e 2005, enquanto, no mesmo período, as importações de bens de capital aumentaram de 12,3% a 25,7%. (SAINT-UPERY, 2007, p. 34 - 35).

Evidentemente, o cenário promissor difundido pelos governistas não encerrou o debate ou as críticas quanto a este suposto aumento da dependência venezuelana ao petróleo. A relação entre o governo Chávez e as extensas reservas petroleiras da Venezuela é apenas um entre os inúmeros temas em que se consolidou uma espécie de “bipolarização pacífica” no país.

O que parece consolidado, não obstante, é que Chávez deu novo caráter à atividade petroleira da Venezuela. As transformações em torno desta nova configuração social do petróleo se deram em ritmo lento num primeiro momento, entre 1999 e 2003, em decorrência de fatores diversos, como as mudanças constitucionais necessárias, a estagnação dos preços no referido período, as greves gerais na PDVSA e a profunda instabilidade política que viveu o país no momento anterior ao golpe.

A partir de 2004, convergiram fatores favoráveis para esta ruptura, em especial a reorganização interna da PDVSA, a alta expressiva nos preços e a aprovação popular ao novo marco regulador da atividade. Estipulado este novo modelo de distribuição da renda advinda da principal atividade econômica do país, pode-se afirmar que Chávez mostrou-se capaz de “semear o petróleo” entre as camadas da população que historicamente se mantiveram à margem deste processo. Determinando que uma parcela considerável destes lucros fosse destinada a programas sociais, o governo Chávez pôs em prática uma diretriz não raramente deixada no campo das promessas por seus antecessores durante o Pacto de Punto Fijo, em especial na década de 70 sob o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez.

4.3.2 Nova vitória em 2006: Consolidação de um ciclo

No auge do crescimento econômico desde a primeira vitória de Chávez, as eleições presidenciais de 2006 foram disputadas sob a égide da Constituição Bolivariana e em respeito ao resultado do referendo revogatório convocado em 2004. Após a oposição reunir o número de assinaturas necessárias (20% do eleitorado) para demandar um processo de votação aberta

quanto à permanência ou a retirada do presidente eleito do cargo, o país entrou em um novo e conturbado período eleitoral.

A polarização entre chavistas e opositores estava mais uma vez colocada. Assim como vinha se tornando uma nova tradição no país, a participação popular no referendo alcançou níveis representativos, com mais de 70% dos venezuelanos exercendo seu direito facultativo ao voto. No dia 15 de agosto de 2004, Hugo Chávez saiu novamente vitorioso de um processo eleitoral, resultado conquistado através dos 58% de votos favoráveis a continuidade de seu mandato até o final de 2006.

O revés eleitoral fez a oposição aprofundar-se em um processo absoluto de crise interna. Após, em um primeiro momento, questionar o resultado do referendo e chamar de golpistas os funcionários do Conselho Nacional Eleitoral, não restou outra saída ademais aceitar a derrota, ratificada por representantes de todos os institutos internacionais, entre eles alguns norte-americanos, que acompanharam o processo de votação e apuração.

Na medida em que o país ia crescendo economicamente e o chavismo se consolidando, a oposição venezuelana continuou dando mostras de sua desorganização e ausência de um programa comum no embate democrático ao governo. Em 2005, quando teriam nova oportunidade de mostrar força elegendo uma bancada representativa durante as eleições que definiram os deputados para a legislatura seguinte na Assembléia Nacional, os partidos de oposição se uniram em torno da não participação no pleito.

Sem se preocupar em qualquer medida com os debates internos e as decisões assumidas pela oposição, os chavistas não encontraram problemas para disputar as eleições da forma como determinava a Constituição. Os protestos opositores mais uma vez se esvaíram e a Assembléia Nacional eleita em 2005 para um mandato de seis anos foi composta por 100% de deputados chavistas, filiados às dezenas de partidos e movimentos organizados que respaldavam o presidente (NEVES, 2010, p. 69).

Mesmo com todo o carisma que a maioria dos venezuelanos lhe atribui, com todo o vigor com que demonstra buscar construir uma “nova Venezuela”, Chávez sempre deu a impressão de ser suficientemente consciente de que a retórica socialista e nacionalista por si só não garantiria a sequência de vitórias eleitorais que seu governo conquistou.

Quando, em 2006, o presidente venezuelano disputou e venceu mais uma reeleição, desta vez em um processo absolutamente polarizado com a oposição, representada então pelo ex-governador da província de Zulia, Manuel Rosales, os contornos mais importantes de seu modo de governar já estavam em relevante medida disseminados entre a população venezuelana. A vitória conquistada em 2006, com mais de 62% dos votos, contra 36% de

Rosales, renovou então uma diretriz que se mostrava irreversível: Chávez e seu governo contavam com o apoio de uma ampla maioria dos venezuelanos.

O cenário interno era, também por isso, profundamente favorável para que Chávez e seus apoiadores inaugurassem um novo modelo de enfrentamento aos principais problemas da Venezuela. Entre 2004 e 2006, encontraram-se convergentes os seguintes fatores: Alta nos preços do petróleo, novo marco regulador da atividade petroleira, com ampliação de seu caráter social, criação do Fonden, três vitórias eleitorais consecutivas (referendo revogatório em 2004, eleições para o Poder Legislativo em 2005 e nova reeleição presidencial em 2006), e crescimentos econômicos anuais atingindo índices superiores a 10%.

Todos estes elementos tiveram mais preponderante reflexo na forma como Chávez tratou não as dificuldades econômicas e políticas de seu país, mas sim as profundas e historicamente subjugadas desigualdades sociais da Venezuela. Na medida em que seu governo ia conquistando maior legitimidade política e respaldo popular, e na medida em que os índices econômicos se mostravam positivos, Chávez e seu governo implantaram um sem número de programas sociais em todas as províncias venezuelanas, com ainda mais impacto na periferia de suas maiores cidades.

4.3.3 Os avanços sociais da Venezuela chavizta

Nosso trabalho apresentará os principais projetos de cunho social inaugurados por Chávez para posteriormente analisarmos seus resultados concretos na vida dos venezuelanos. Podem-se dividir os referidos programas nos pilares básicos da educação, saúde, assistência social e participação popular. Sob Chávez, todos estes setores unificaram boa parte de suas ações em torno das missões, dos círculos bolivarianos e dos conselhos comunais.

Através destes três eixos programáticos, Chávez parece-nos haver feito chegar o Estado a uma representativa parcela de venezuelanos historicamente carentes das políticas públicas mais fundamentais. Uma das iniciativas mais polêmicas neste sentido certamente foi o convênio assinado entre Cuba e Venezuela em 2003, segundo o qual, em troca de fartas remessas de petróleo a preços subsidiados, o país governado por Chávez passou a receber um grande número de profissionais cubanos, majoritariamente médicos e professores, para trabalharem em suas áreas de maior vulnerabilidade sócio-econômica.

Em 2006, passava de 15 mil o número de médicos cubanos atendendo nos centros de atenção primária da missão *Barrio Adentro*. Longe dos hospitais e clínicas especializadas do governo e da iniciativa privada, os centros onde atuam os cubanos funcionam em sua maior

parte em casas improvisadas pelo governo dentro das vilas, favelas e bairros periféricos, proporcionando assim um grau de acessibilidade aos serviços médicos até então nunca alcançado no país.

Em 1998, havia 1.628 médicos especializados em primeiros auxílios para uma população de mais de 23 milhões de pessoas. Em 2008, esta relação passou para 19.571 médicos para atender a 27 milhões de venezuelanos. Em 1998, havia 417 salas de emergência, 74 centros de reabilitação e 1.528 postos de saúde, números que uma década mais tarde passaram para 721 salas de emergência, 445 centros de reabilitação e 8.621 postos de saúde (NATALINO, 2011, p. 125).

Na educação, as escolas primárias ampliaram em medida também exponencial o número de vagas para crianças até os seis anos de idade. Em 1999, havia pouco mais de 270 mil alunos matriculados, sendo que no ano escolar 2004/2005 este número saltou para mais de um milhão de vagas preenchidas.

No setor alimentício, a Reforma Agrária promulgada pelo governo Chávez em 2001 jamais gerou os resultados esperados quanto à auto-suficiência produtiva do país. Ficou claramente demonstrado que as décadas de esquecimento por quais passou a atividade agropecuária venezuelana não seriam superadas em poucos anos com a simples distribuição de terras entre os camponeses que viviam no interior, parcela absolutamente minoritária da população. Para amenizar os históricos impactos do desabastecimento da população, foi criada em 2004 a *Misión Mercal*, responsável por oferecer alimentos importados de primeira necessidade a preços acessíveis.

Para fazer circular estes produtos entre a parcela menos abastada da população, o governo criou uma rede pública de estabelecimentos onde estes alimentos seriam vendidos. Em 2006, o número de mercados conveniados ao programa alcançou marca superior a 15 mil unidades. Em 2009, dados oficiais do governo revelaram que foram distribuídas naquele ano mais de 1,3 milhões de toneladas de alimentos a preços subsidiados (OLIVEIRA, 2011, p. 80).

Como resultado dos números expostos nos parágrafos anteriores, e de outros índices semelhantes alcançados em áreas diversas da atuação do governo Chávez no setor social, entre 2004 e 2006 a Venezuela viveu um período único de sua história. Pela primeira vez em sua trajetória republicana, uma explosão nos preços do petróleo gerou também impactos concretos para a melhoria da qualidade de vida da maioria pobre de sua população.

O último resultado divulgado pelo PNUD, referente ao ano 2006, demonstra que na Venezuela o IDH ficou em 0,826, enquanto em 2004 foi de 0,810 e em 2000 foi de 0,776 (...) É muito interessante observar nos dados do PNUD que o IDH da Venezuela cresceu muito mais do que o de outros países exportadores de petróleo. Outra informação muito importante: o informe do Desenvolvimento Humano demonstra que, entre 1975 e 1980, período de intensa bonança petroléira, o IDH da Venezuela aumentou apenas de 0,723 para 0,737. Estes comentários fortalecem a argumentação segundo a qual o país freou a drenagem de recursos petrolíferos para o exterior, utilizando a renda do petróleo para investi-la, “semeando internamente” (SEVERO, 2010, p. 114, tradução nossa).¹⁰

Os programas sociais lançados por Hugo Chávez geraram inegáveis melhorias para a parcela mais carente da população venezuelana. Como acontece em todas as áreas de atuação de seu governo, é preciso, por outro lado, ter cuidado ao analisar os impactos reais que estas mudanças alcançaram, e principalmente há que se buscar compreender até que ponto estas políticas transpassam a barreira superficial do assistencialismo de cunho meramente imediatista.

De acordo com o Instituto Nacional de Estadísticas da Venezuela, órgão oficial do governo, por exemplo, entre 2004 e 2005 a pobreza diminuiu de 53,1% para 38,5%. O decréscimo de quase 14 pontos percentuais em um ano soou no mínimo improvável para muitos estudiosos da economia venezuelana. Para o especialista em pobreza e diretor do *Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas de la Universidad Católica de Caracas*, Andrés Bello, por exemplo, entre os anos de 1995 e 2005 houve períodos alternância entre o aumento e a diminuição da pobreza. Apesar de o desemprego estar em queda desde 1999, os índices de pobreza encontrados em 2006 eram mais altos em relação aos registrados em 1995 (SAINT-UPERY, 2007, p. 36).

Sem assistir a um processo concreto de transformação social e econômica, fundado sobre bases sólidas e sustentáveis, a população venezuelana segue recebendo a implantação de programas sociais que não parecem se integrar completamente ao funcionamento do Estado, o que poderá comprometer seu funcionamento em nível satisfatório a médio e longo prazo. Preservados todos os avanços conquistados pelas missões, ainda há muito que se fazer, por exemplo, quanto à integração entre os serviços prestados pelos médicos cubanos e as diretrizes básicas do sistema de saúde do Estado e do sistema privado.

¹⁰El último resultado divulgado por el PNUD, referente al año 2006, demuestra que en Venezuela el IDH se ubicó en 0,826, mientras en 2004 fue de 0,810 y en 2000 fue de 0,776 (...) Es muy interesante observar en los datos del PNUD que el IDH de Venezuela ha crecido mucho más que el de otros países exportadores de petróleo. Otra información muy importante: el informe del Desarrollo Humano demuestra que, entre 1975 y 1980, período de intensa bonanza petrolera, el IDH de Venezuela aumentó solamente de 0,723 para 0,737.

Por se tratar de um processo em curso, extremamente complexa se faz a tarefa de prever os alcances das políticas sociais implantadas na Venezuela desde a primeira vitória de Chávez. O crescimento considerável do número de programas executados pelo governo, combinado a alta nos preços do petróleo e a crise interna da oposição pós-golpe resultou, no entanto, em um momento de extremo otimismo popular quanto às profundas transformações prometidas pelo presidente eleito. E Chávez soube se beneficiar disso de forma absolutamente republicana, disputando e vencendo processos eleitorais e submetendo também ao voto a aprovação das mais importantes mudanças constitucionais e políticas do país.

4.3.4 Novo arranjo político-institucional: Chavismo organizado e contornos de “partido único”

Entre 1998 e 2006, Hugo Chávez foi eleito uma vez (1998) e reeleito por duas vezes (2000 e 2006), a nova Constituição por ele proposta foi aprovada (1999), seu mandato foi ratificado em 2004 e a Assembléia Nacional eleita em 2005 não possuía sequer um deputado opositor. Concomitantemente a esta sucessão de vitórias eleitorais, seguiam em curso as tentativas frustradas da oposição de reassumir democraticamente o poder e reverter o quadro de rupturas, implantadas por Chávez, com as velhas oligarquias políticas do país. Ao fim do processo eleitoral de 2006, a polarização entre chavistas e opositores estava absolutamente instalada na população. Àquela altura, poucas eram as forças políticas capazes de apresentar uma alternativa ao simples embate puro entre governo e oposição.

Ocorre que, se do lado opositor, os anos longe do poder se mostraram catastróficos e evidenciaram a fragilidade e a falta de organicidade em torno de um programa comum para derrotar a Revolução Bolivariana, no campo governista se mostrava cada vez mais forte a tendência à união de entidades e movimentos da sociedade civil em torno da inquestionável liderança pessoal de Chávez. Em dezembro de 2006, após sair vitorioso de sua terceira eleição presidencial consecutiva, Hugo Chávez anunciou pela primeira vez que os partidos governistas estudavam criar uma força política de coalizão, que unisse em uma só legenda a maioria da população que apoiava o governo. Eram dados ali os primeiros passos do que viria a se tornar, em março de 2007, o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV).

Desde seu nascimento até os dias atuais, o PSUV tem se consolidado enquanto um representativo partido de massas, abrigo natural dos dirigentes e militantes dos onze partidos de centro-esquerda que abdicaram de suas identidades individuais para atender ao chamado de unidade feito pelo presidente. Sua curta trajetória é marcada pela convergência dos seguintes

fatores primordiais: expressiva capacidade de mobilização, ausência quase absoluta de debates teóricos e programáticos, personalismo orgânico em torno de Chávez e adesão de milhões de representantes das camadas populares.

Aos partidos que se negaram a aderir ao PSUV, entre eles o Partido Comunista da Venezuela, Chávez lançou-se, em um primeiro momento, a acusar seus líderes de manipuladores e sectários, afirmando que não demoraria muito para que tais legendas desaparecessem do cenário político venezuelano. Com o passar do tempo, no entanto, o discurso foi se amenizando e ainda hoje Chávez conta com o apoio da maior parte dos grupos marxistas de extrema esquerda que não se fundiram ao novo partido governista.

Já a partir de 2007, se fez tarefa simples identificar os militantes do PSUV em qualquer passeata ou ato público realizado em Caracas e nas outras grandes cidades do país. O mar de camisas e bonés vermelhos nas ruas, uma de suas marcas registradas, mostrava que o partido de Chávez não havia encontrado grandes dificuldades para se tornar hegemônico em um extremamente curto espaço de tempo. Com uma população composta por pouco mais de 27 milhões de pessoas, o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela registrou no final de 2007 que o PSUV possuía mais de cinco milhões de filiados, número que saltou para sete milhões em 2009. Atualmente, mais de 46% da população venezuelana com filiação partidária registrada milita no partido criado por Chávez.

Ao contrário do que afirmam os setores mais radicais da oposição, Hugo Chávez nunca fez referência ao desejo de fazer do PSUV reprodutor fiel dos partidos comunistas de modelo soviético, como o ainda hegemônico Partido Comunista de Cuba, fundado por seu amigo Fidel Castro. Com uma democracia consolidada desde 1958, dona de instituições legitimadas e com uma população absolutamente diversa em suas posições políticas e ideológicas, a Venezuela não parece reunir as condições necessárias para que seu líder se lance à potencialmente fracassada tentativa de repetir a iniciativa de Cuba após a Revolução de 1959.

Não obstante esta vocação para o respeito à democracia, o partido de Chávez conserva em sua essência e em sua curta história elementos contraditórios que vêm fomentando o debate sobre seus reais objetivos a médio e longo prazo. Desde que nasceu, em 2007, o PSUV tem sido alvo de críticas, vindas inclusive de setores da esquerda, que fazem menção a seu modo interno de funcionar, supostamente centralista e pouco democrático. Força política hegemônica em um país de longa tradição fisiologista, os dirigentes do PSUV parecem não haver se esforçado para superar as relações rentistas que milhões de venezuelanos sempre mantiveram com o Estado e com os governos. Para seus opositores, o partido de Chávez

criou, através da ascensão política de seus militantes a importantes cargos no governo, uma nova classe dominante, a “boliburguesia”, ou burguesia bolivariana.

Para parte da base chavizta e dos setores populares, o PSUV será sempre o partido dominante da vez, o que foi a Ação Democrática (AD) em seu tempo: ima agência de empregos, uma via de acesso periférico a cotas marginais de poder e de recursos, uma correia de transmissão das demandas e favores clientelistas (SAINT-UPERY, 2007, p. 42, tradução nossa).¹¹

Fatores das mais diversas naturezas contribuem para o empobrecimento ideológico que tem se tornado patente no PSUV. Alguns dos mais imponentes são a dinâmica eleitoral, que exige muito mais a ação imediatista do que a capacidade criativa de seus militantes, a longa tradição clientelista da política partidária venezuelana, o personalismo excessivo em torno de um líder e a não adesão de setores da esquerda historicamente dona de mais reconhecida capacidade teórica e formuladora.

Sem contar com todas as contribuições intelectuais que poderiam fazer dele também um partido de quadros, e tendo desde seus primeiros dias incorporado a necessidade de se integrar imediatamente a lógica eleitoral e às imposições temporais que ela exige, o PSUV passou a assumir o papel de instância apoiadora do governo nas ruas, nas eleições e nos movimentos sociais. Seus militantes atuam na defesa da Revolução Bolivariana nos espaços onde vivem, estudam ou trabalham, de forma a legitimar a liderança de Hugo Chávez e os programas lançados por ele em cada área de atuação de seu governo.

Quanto ao caráter socialista do partido e da Revolução Bolivariana, muitos venezuelanos, e mesmo militantes do PSUV, mantém distorcidas noções sobre o significado histórico e atual do termo. Dentro do partido, a ausência de debates reforça esta desorganização ideológica, unida basicamente em torno da figura de Chávez e de certa abordagem assistencialista de origem cristã ao legado socialista.

Para a maioria do povo chavizta, o “socialismo” é algo muito nebuloso, uma mescla de vagas idéias sobre o altruísmo e a caridade cristã e de versão mais personalista, mais messiânica e mais plebéia em relação a redistribuição de renda ao estilo de Carlos Andrés Pérez (em seu primeiro mandato); não é uma nova institucionalidade e um novo modo de produção socioeconômico mais justo e mais eficiente, noção

¹¹Para parte de la base chavizta y de los sectores populares, el PSUV será siempre el partido dominante de turno, lo que fue Acción Democrática (AD) en su tiempo: una agencia de empleo, una vía de acceso periférico a cuotas marginales de poder y de recursos, una correa de transmisión de las demandas y los favores clientelares.

muito problemática da que a maioria do povo não tem a menor idéia, como também não tem a hierarquia chavizta (SAINT-UPERY, 2007, p. 43, tradução nossa).¹²

Resguardadas as dificuldades que vêm encontrando para formar seus quadros em torno de um projeto único, com diretrizes teóricas e práticas difundidas entre cada um de seus milhões de filiados, o PSUV alcançou marcas expressivas na política venezuelana em seus apenas quatro primeiros anos de história. Longe de haver se tornado uma referência ideológica para a esquerda latino-americana, o partido de Chávez se tornou um importante instrumento para medir a aprovação do governo e ajudar a guiar suas ações perante as mais diversas e geograficamente distantes parcelas da população.

Muito mais do que aspirantes a quadros políticos ou cidadãos convictos de seu papel social, a maior parte dos mais de sete milhões de filiados do PSUV parece constituir na verdade o extrato social disposto a defender a liderança de Hugo Chávez em todas as esferas em que esta se veja enfrentada, aspecto de extremo valor para qualquer projeto que se proponha a permanecer no poder por décadas, como vem se mostrando o chavismo.

4.4 Nova inserção no ambiente internacional: Diplomacia política em torno do petróleo

Tão particular quanto o debate acerca das origens e implicações da Revolução Bolivariana em seu plano doméstico, faz-se também complexa a tarefa de analisar as mudanças implantadas pelo governo Chávez na Política Externa venezuelana. Sem a pretensão de elaborar uma análise detalhada em torno dos resultados que essas transformações viabilizaram, nosso trabalho se lançará apenas a tentativa de apresentar as principais diretrizes do governo chavizta no que tange à inserção internacional da Venezuela no começo do século XXI, com enfoque direcionado para as relações do país caribenho com alguns Estados representantes do mundo mais desenvolvido.

De acordo com diversos analistas aos quais recorreu nossa pesquisa, a política externa da Venezuela chavizta pode ser dividida em duas fases antagônicas marcadas pelos cenários pré e pós tentativa de golpe em 2002. Tais escritores advogam que, assim como ocorreu em seu ambiente interno, o fracasso do movimento golpista fez Chávez alterar radicalmente não

¹²Para la mayoría del pueblo chavizta, el “socialismo” es algo muy nebuloso, una mezcla de vagas prédicas sobre el altruismo y la caridad cristiana y de versión más personalista, más mesiánica y más plebeya de la redistribución rentista al estilo Carlos Andrés Pérez (en su primer mandato); no es una nueva institucionalidad y un nuevo modo de producción socioeconómico a la vez más justo y más eficiente, noción muy problemática de la que la mayoría del pueblo no tiene la menor idea, como tampoco la tiene la jerarquía chavizta.

apenas as plataformas mais básicas de seu governo em âmbito interno, mas também e em mesma medida a maneira como o Estado venezuelano passou a atuar em suas relações internacionais.

Respeitadas as visões diversas acerca do tema, faz-se preciso afirmar, não obstante, que muitas entre as mudanças reguladoras da Política Externa venezuelana haviam sido aprovadas por Chávez e pela maior parte da população através da nova Constituição, promulgada em 1999. Evidentemente, a tentativa frustrada de golpe alterou em relevante medida a forma como o país passou a se inserir no contexto internacional, em razão do reconhecimento oficial dos governos de Estados Unidos e Espanha ao governo provisório que tomou o poder quando Chávez foi obrigado a deixar o palácio de Miraflores. Parece-nos equivocado, no entanto, atribuir unicamente ao golpe a adoção destes novos contornos assumidos pelo governo liderado por Chávez em suas relações com os outros países e junto aos organismos internacionais.

A Constituição Bolivariana de 1999 inaugurou oficialmente estes novos marcos regulatórios dando a Política Externa da Venezuela contornos defendidos historicamente pelos movimentos antiimperialistas, entre eles a defesa da autodeterminação dos povos, o rechaço a toda e qualquer ingerência externa em assuntos nacionais e a democratização das instituições e órgãos internacionais. (OLIVEIRA, 2011, p. 89).

Artigo 152. As relações internacionais da República respondem aos fins do Estado em função do exercício da soberania e dos interesses do povo; elas se regem pelos princípios de independência, igualdade entre os Estados, livre determinação e não intervenção em seus assuntos internos, solução pacífica dos conflitos internacionais, cooperação, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre os povos na luta por sua emancipação e bem estar da humanidade. A República manterá a mais firme e decidida defesa destes princípios e da prática democrática em todos os organismos e instituições internacionais (VENEZUELA, 1999, tradução nossa).¹³

Ainda antes da tentativa de golpe, Hugo Chávez e seu governo conferiram ao mundo suficientes mostras de insatisfação com a ordem internacional em vigência por parte do líder venezuelano. A hegemonia política e econômica dos Estados Unidos sobre o mundo, e

¹³Artículo 152. Las relaciones internacionales de la República responden a los fines del Estado en función del ejercicio de la soberanía y de los intereses del pueblo; ellas se rigen por los principios de independencia, igualdad entre los Estados, libre determinación y no intervención en sus asuntos internos, solución pacífica de los conflictos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad entre los pueblos en la lucha por su emancipación y el bienestar de la humanidad. La República mantendrá la más firme y decidida defensa de estos principios y de la práctica democrática en todos los organismos e instituciones internacionales.

principalmente sobre a América Latina, nunca pareceu benéfica para Chávez e, mesmo antes de ver os Estados Unidos legitimarem o golpe de Estado patrocinado contra ele, o presidente da Venezuela já vinha tornando públicos seus anseios por uma espécie de nova ordem mundial.

4.4.1 Venezuela e ALBA – Unidade em torno da multipolaridade

O nascimento desta nova Política Externa da Venezuela chavizta teve lugar, como sua primeira manifestação oficial, em Quebec, Canadá, durante o 3º Encontro das Américas, em abril de 2001. Chávez deixou o encontro afirmando que à Venezuela não interessavam as discussões sobre o modelo de implantação da *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA), proposta pelos EUA durante o governo Clinton. Em Quebec, Chávez deixou marcada perante o mundo sua posição antiimperialista em relação às ingerências dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países latino-americanos.

Um pouco mais tarde, em dezembro do mesmo ano, Chávez apresentava, durante o 3º Encontro de Chefes de Estado da Associação de Estados do Caribe, sediado na Venezuela, a idéia de se construir um projetopositor à ALCA, um amplo programa de integração social, política e econômica dos países da América Latina e Caribe.

Não chegou a ser surpreendente o fato de que, ao menos em um primeiro momento, a maioria dos países caribenhos e latino-americanos tenha preferido não aderir a um projeto de bloco regional em oposição ao que propunha os Estados Unidos. Quando a *Alternativa Bolivariana para as Américas* (ALBA) foi oficialmente fundada, em dezembro de 2004, o único chefe de Estado que concordou integralmente com seus propósitos e assinou seu primeiro documento oficial ao lado de Chávez foi o então presidente de Cuba, o líder comunista Fidel Castro.

Já em seus primeiros documentos firmados em conjunto, Chávez e Fidel deixaram claro que a ALBA nascia com o propósito fundamental de inserir os países latino-americanos nos debates acerca da construção de um mundo multipolar. O objetivo era enfrentar e superar o cenário vigente, marcado então pela hegemonia absoluta dos Estados Unidos no ambiente internacional.

Resguardada a importância estratégica assumida pelos inúmeros convênios celebrados desde a vitória de Chávez entre Cuba e Venezuela, os governos dos dois países sempre se mostraram conscientes de que, para se afirmar enquanto alternativa viável de desenvolvimento, a ALBA necessitava receber a adesão de um número mais representativo de

países. E se hoje, oito anos depois, o bloco se mantém vivo e em gradual expansão, muito se deve ao fato de que, nos primeiros anos do século XXI, as populações de outros países da América Latina também elegeram novas e velhas lideranças forjadas no campo da esquerda antiimperialista, sob suas mais diversas origens e trajetórias.

A Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa e a Nicarágua, novamente governada por Daniel Ortega, integraram-se à ALBA nos anos seguintes a sua fundação e passaram a atuar em conjunto na execução de projetos centrados basicamente na cooperação social, energética e econômica. Com a ALCA derrotada politicamente, em grande medida como resultado da ascensão dos governos que passariam a integrar a ALBA, os presidentes defensores do novo bloco aprofundaram também sua inserção junto a novos atores estatais nos quais o capitalismo encontrava-se em estágio mais avançado, primordialmente na Europa e na Ásia. Já em 2007, os governos de Cuba, Venezuela, Bolívia e Nicarágua assinaram o documento *“Alternativa Bolivariana para las Américas y Tratado de Comercio de los Pueblos – Construyendo un Mundo Pluripolar”*.

4.4.2 Novos atores no capitalismo central: Ordem internacional em transformação

Nos últimos anos a Venezuela vem consolidando um processo de grande ativismo político em sua Política Externa. O grau de inserção conquistado pelo país não poderia, no entanto, ser expresso única e exclusivamente através dos anseios de Chávez por um novo processo de integração da América Latina. Era preciso também, possivelmente em maior medida inclusive, que o presidente venezuelano abrisse espaço entre os países desenvolvidos representantes do capitalismo central, principalmente após a crise diplomática instalada em 2002 com os Estados Unidos durante o governo Bush.

Mesmo sem nunca haver tirado dos Estados Unidos – há um debate sobre sua real disposição de fazê-lo – a posição de principal parceiro econômico da Venezuela, em razão de serem os norte-americanos os principais compradores do petróleo do país, Chávez se lançou, com ainda mais vigor depois da tentativa de golpe, a buscar novos parceiros políticos e econômicos com os quais, além da venda de petróleo, a Venezuela pudesse manter parcerias estratégicas em setores estagnados de sua economia.

Esta concepção diferente descansa na idéia de que está em curso uma mudança histórica a nível global na qual se transita de um mundo unipolar para um mundo multipolar, onde se promove um novo modelo econômico com bases estatais e

socialistas anti-mercado e onde se dá prioridade a relação entre os povos antes que a relação entre Estados (ROMERO, 2004, p. 96, tradução nossa).¹⁴

Insere-se aí uma discussão fundamental, que nosso trabalho buscará apresentar de forma apenas introdutória, em razão de não ser este um tema proposto por nossa pesquisa. O período histórico em que Chávez assumiu o poder na Venezuela foi marcado, na opinião de diversos autores, pela deflagração dos primeiros sinais de que a hegemonia norte-americana estava em decadência, o que poderia levar o mundo a viver um novo período não hegemônico até que um determinado país se mostrasse capaz de suceder os EUA na posição de Estado hegemom.

Publicado pela primeira vez em 1997, por exemplo, o livro *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, escrito por Giovanni Arrigui e Beverly Silver, trouxe ao debate importantes contribuições sobre a possibilidade de o século XXI assistir ao fracasso do terceiro regime hegemônico histórico do capitalismo, em sucessão às hegemonias holandesa, no século XVII, e inglesa, no século XIX.

Há um debate e incerteza generalizados quanto a estar ou não despontando um novo Estado mundialmente hegemônico e, se estiver, que Estado desempenhará este papel. Como observou Robert Gilpin (1996, p. 2), “não há qualquer consenso quanto a quem venceu realmente a Guerra Fria, se é que alguém a venceu”. Os candidatos propostos pelos diferentes analistas incluem os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, enquanto outros afirmam que os Estados perderam poder para as organizações econômicas e políticas supranacionais (ARRIGUI; SILVER, 1997, p. 14).

Nosso trabalho, como mencionado anteriormente, não se lançará a buscar uma conclusão definitiva sobre a etapa em que se encontra o ambiente internacional. Trouxemos o assunto à tona unicamente para demonstrar que, em vigência ou não, a hegemonia dos Estados Unidos passou a ser questionada nos primeiros anos do século XXI. A discussão se faz necessária em decorrência não apenas desta ascensão das instituições financeiras supranacionais, mas também da consolidação de outros Estados, na Europa e na Ásia, na condição de novas e importantes potências do sistema internacional. Vem ganhando considerável respaldo na literatura dedicada a este fenômeno, por exemplo, a tese de que,

¹⁴Esta concepción diferente descansa en la idea de que se está en la presencia de un cambio histórico a nivel global en donde se transita de un mundo unipolar para un mundo multipolar, en donde se promueve un modelo económico con bases estadistas y socialistas anti-mercado y en donde se la da una prioridad a la relación entre pueblos antes que la relación entre Estados.

entre outras nações, China e Rússia emergiram no começo do século XXI como atores estatais de imponente papel nesta nova ordem que se apresenta.

Não nos parece fortuito, portanto, que nos últimos anos a Venezuela tenha aprofundado em exponenciais medidas seu grau de proximidade diplomática e econômica com estes dois países. Analisaremos, então, os principais indicadores das relações bilaterais Venezuela – China e Venezuela – Rússia, entre 1999 e 2010, como forma de dar sustentação a hipótese segundo a qual, sob o governo Chávez, a Venezuela inaugurou um novo período em suas Relações Internacionais no que tange a sua inserção entre o mundo mais desenvolvido, baseado nas alianças entre estados firmadas com países com os quais historicamente a nação caribenha se pautava, antes de Chávez, pelo distanciamento político, econômico e comercial.

4.4.3 O Consenso de Pequim e as relações China – Venezuela

A obra de Arrigui e Silver citada nos parágrafos anteriores se desenvolve buscando nas contribuições de outros autores elementos centrados na tentativa de compreender o ambiente internacional pós Guerra Fria, com ainda mais ênfase à análise destes novos atores estatais que emergiram a condição de potências após o fim da União Soviética.

Sobre a China, o texto reúne aspectos referentes ao desempenho econômico acima dos padrões normais que o país asiático vem acumulando desde o fim da década de 60, consolidado com ainda mais vigor desde o final do século XX. Os dois autores apresentam um paradigma segundo o qual, enquanto governada pelo regime maoísta, a China assustava o governo dos EUA com suas ameaças pela consolidação do comunismo em todo o continente asiático. Superado o modelo inspirado no líder da Revolução Chinesa, os norte-americanos passaram a tratar a China como uma espécie de “tigre de papel”. Paradoxalmente, na opinião de outros autores citados no referido livro, é precisamente quando abandona o maoísmo que a China se impõe enquanto ameaça real a hegemonia dos EUA. Os autores Richard Bernstein e Ross H. Munro relatam que

A ironia das relações sino-americanas é que, quando a China estava sob o jugo do maoísmo ideológico e exibia tamanha ferocidade ideológica que os norte-americanos a julgavam perigosa e ameaçadora, ela era, na verdade, um tigre de papel, fraco e praticamente sem influência global. Agora que a China livrou-se dos arreios do maoísmo e embarcou em uma trajetória pragmática de desenvolvimento econômico e comércio global, ela parece menos ameaçadora, mas, na verdade, está conquistando meios para respaldar suas ambições e interesses globais com um poderio real (1997, p. 22).

Há um amplo debate sobre esta suposta omissão dos Estados Unidos na condição de mero espectador do exponencial crescimento da economia chinesa conquistado ao longo das duas últimas décadas. O próprio Arrigui chegou a escrever, em 2008, que o governo de George W. Bush era plenamente consciente da ameaça que representaria a China, e que inclusive estava em andamento um conjunto de ações referentes à forma com que Washington poderia frear este fenômeno. “A China ainda está distante do ponto em que terá poder econômico suficiente para investir na hegemonia regional. Sendo assim, não é tarde demais para que os Estados Unidos façam o possível para retardar a ascensão da China”, (ARRIGUI; SILVER, 1997, p. 29).

Evidentemente, cabem as mais diversas interpretações sobre o fato de os Estados Unidos patrocinarem ou não um plano para conter o crescente poderio chinês, assim como factíveis também se fazem as diferentes visões sobre a eficiência deste suposto projeto. O que se tornou evidente, no entanto, é que a primeira década do século XXI marcou uma absolutamente inovadora etapa nas relações da China com a América Latina.

O histórico recente da balança comercial do país asiático com a América Latina indica que, em 2001, o total de exportações de produtos chineses para os países latino-americanos não chegava a 20 bilhões de dólares, enquanto, em 2008 esta cifra alcançou a marca dos 90 bilhões de dólares, como mostrado por Javier Vadell (2011, p. 317). A China se tornou um fator organicamente fundamental em momentos importantes do século 21 para os Estados da América do Sul e Caribe, como, por exemplo, durante a crise imobiliária enfrentada pelos Estados Unidos no final de 2008, que acabou impactando todo o mercado mundial.

Ora, se, conforme demonstramos no tópico referente à construção da ALBA, os governos de Cuba e Venezuela se lançaram, em 2004, a estimular a consolidação de uma nova ordem mundial, baseada na multipolaridade e não mais na supremacia hegemônica dos Estados Unidos, não resulta difícil compreender por que, sob Chávez, as relações entre China e Venezuela passaram a assumir um crescimento exponencial. Em apenas onze anos (1999-2010), a China saiu do 17º para o 2º lugar no ranking de parceiros comerciais do país caribenho, atrás apenas dos Estados Unidos.

O intercâmbio de acordos e iniciativas conjuntas incluiu temas como a energia, a agricultura, a alta tecnologia e a construção de infra-estruturas, com mais de 300 convênios específicos no marco do Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, assinado em 2000. O aumento do comércio entre a Venezuela e a China foi muito importante: a Venezuela exporta petróleo e derivados e produtos férreos. A Venezuela importa da China maquinário, tratores, automóveis e artigos de consumo de massa, sobretudo eletrodomésticos e eletrônicos. Em 1999, o intercâmbio esteve em torno de 276 milhões de dólares. Cinco anos mais tarde, em 2004, foi da ordem

de 1,3 bilhões. Em 2008, o volume de intercâmbio comercial total entre China e Venezuela ascendeu a 9,8 bilhões de dólares, com um incremento de 68,2% em relação ao montante de 2007, que foi da ordem de 5,8 bilhões. Em 2008, o superávit foi favorável à Venezuela na ordem de 3,4 bilhões de dólares (2010, p. 21).

O número de convênios firmados entre os dois países seguiu aumentando depois de 2008. No ano seguinte, 2009, os dois governos assinaram o Fundo Comum Chinês-Venezuelano, responsável por ampliar o grau de integração em campos estratégicos. Em junho de 2010, China e Venezuela renovaram o Fundo Comum Chinês-Venezuelano (FCCV), com uma ampliação de US\$ 4 bilhões. O aumento elevou o crédito desse depósito para projetos na Venezuela para até US\$ 32 bilhões. O comércio bilateral entre os dois países passou dos US\$ 10 bilhões em 2010. O FCCV financia atualmente 69 projetos de indústrias básicas, habitação, transporte, comunicações, educação, agricultura, ambiente, ciência e tecnologia, e eletricidade, entre outros.

Os índices parecem corroborar a tese de que o período transcorrido entre o fim do século XX e os primeiros anos do século XXI pode ser analisado sob o prisma da convergência entre três fatores primordiais, quais sejam: 1 – Ascensão da China a condição de potência global; 2 – Eleição de líderes oriundos da esquerda antiimperialista em países latino-americanos, entre eles a Venezuela; e 3 – Inauguração, por parte destes governos, de novos marcos reguladores da Política Externa de seus países em relação ao mundo desenvolvido, baseados no enfrentamento político a hegemonia norte-americana e na ampliação de suas relações com as potências em ascensão econômica, em particular a China.

Tais elementos se mostraram profundamente favoráveis para o governo Chávez. Entre as inúmeras vantagens que o presidente venezuelano pareceu constatar nas relações mantidas com Pequim desde que assumiu o poder, uma em particular merece ser objeto de análise. Ao contrário da trajetória norte-americana em suas ações destinadas a América Latina, a China do começo do século XXI parece agir estritamente sob a égide do pragmatismo comercial, sem se lançar, em nenhum momento, a interferir nos assuntos internos dos países periféricos com os quais se relaciona. Joshua Cooper Ramo nos diz:

A China está construindo um caminho para outras nações ao redor do mundo que estão tentando descobrir não apenas como desenvolver seus países, mas também como se encaixar na ordem internacional de uma forma que os tornem realmente independentes, para proteger seu modo de vida e suas escolhas políticas em um mundo situado em torno de um único centro gravitacional de poder. Eu chamo este

novos centro de poder e desenvolvimento de Consenso de Pequim (RAMO, 2004, p. 28, tradução nossa).¹⁵

Esta abordagem característica da Política Externa exercida pela China em relação aos países subdesenvolvidos rompeu, ao mesmo tempo, com a linha de pensamento segundo a qual o governo chinês atuaria para consolidar um novo bloco de países comunistas. Ao contrário dos que pensam, por exemplo, que as relações entre China e Venezuela seriam construídas sobre as bases de uma espécie de “união socialista”, o próprio governo chinês se lançou, em 2009, a rejeitar qualquer contorno ideológico nas ações conjuntas desenvolvidas pelas duas nações. “Assim, a Chancelaria desse país esclareceu que China e Venezuela mantêm relações normais de Estado a Estado. Não estão baseadas na ideologia, não estão dirigidas contra uma terceira parte, e não afetarão outros países” (ROMERO, 2010, p. 122).

4.4.4 Venezuela e Rússia: Petróleo, indústria de base e setor militar

Recorrente tornou-se, na literatura dedicada a estudar a América Latina contemporânea, encontrar a expressão “década perdida” quando se fala dos impactos da crise capitalista dos anos 80 para as economias nacionais dos países latino-americanos. Sob um contexto absolutamente diverso, a expressão acabou por ser reproduzida também por muitos entre os autores que se lançaram a estudar a Rússia pós-comunista dos anos 90, nascida com o fim da União Soviética.

Os argumentos mais utilizados para tal adjetivação faziam referência às complexidades que a nação se viu obrigada a enfrentar após deixar a condição de matriz fundadora de uma concepção alternativa de organização do Estado para atrelar o funcionamento de sua economia à lógica oposta a que vinha sendo executada no país há mais de sete décadas.

Ocorre, no entanto, que não demorou muito para que esta nova Rússia emergisse, já no começo do século XXI, a condição de uma das economias mais sólidas e pujantes da Europa, capaz de reinaugurar sua inserção no ambiente internacional.

¹⁵China is making a path for other nations around the world who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent, to protect their way of life and political choices in a world with a single massively powerful centre of gravity. I call this new centre and physics of power and development the Beijing Consensus.

Na América Latina, a Rússia manteve, mesmo durante a sua “década perdida”, relevantes índices de proximidade com Cuba, basicamente como resultado das históricas relações de dependência mantidas pela ilha governada por Fidel em relação à União Soviética desde 1961. Difícil faz-se medir a importância destas relações entre Cuba e Rússia para a inauguração desta nova parceria Rússia – Venezuela, considerando-se uma possível influência do governo cubano como forma de incentivar esta aproximação. Irrefutável tornou-se, não obstante, a afirmação de que, a partir do governo Chávez, a Rússia se voltou em imponente proporção para a Venezuela. “Desde 1999, o presidente Chávez esteve na Rússia por oito vezes, e foram assinados mais de 60 instrumentos de cooperação entre Rússia e Venezuela” (ROMERO, 2010, p. 26).

Assim como acontece em relação à China, os convênios celebrados entre Caracas e Moscou estão centrados basicamente na exportação do petróleo venezuelano e na importação de produtos das mais diversas naturezas, desde tecnologia para a exploração de energia nuclear até equipamentos para a indústria mineradora. Um banco binacional também foi constituído, em 2008, entre Rússia e Venezuela, com fundos iniciais de 12 bilhões de dólares. Em 2009, a Rússia outorgou um crédito de quatro bilhões de milhões de dólares à Venezuela, dos quais uma parte seria utilizada para compras governamentais de bens e serviços da Venezuela à Rússia.

Entre todos os setores em que as relações bilaterais Rússia – Venezuela se fortaleceram e se tornaram estratégicas para os dois países, um em particular se apresenta relevante: A compra de armamentos e demais artefatos militares russos por parte do país caribenho. Desde que assumiu o poder, Hugo Chávez aumentou em exponenciais medidas os recursos destinados ao setor militar do país. Como prova irreversível desta guinada do governo venezuelano rumo à priorização de sua defesa nacional, basta afirmar que, sob Chávez, a Venezuela deixou a condição de 39º importador de armas do mundo, em 1999, para alcançar a 8ª posição no mesmo ranking em 2008.

Se tomarmos como verossímeis os pronunciamentos do estadista venezuelano a este respeito, a preocupação do governo da Venezuela em aumentar seu poderio bélico se justifica, entre outros fatores, em razão de sucessivas invasões de seu espaço aéreo por aeronaves militares desde que Chávez assumiu o poder. Sem dar destaque às supostas ameaças que representam o fato de os Estados Unidos terem construído recentemente bases militares na Colômbia, país vizinho da Venezuela, não foram poucas as ocasiões também em que Chávez afirmou ser primordial que o país defenda com permanente atuação das Forças Armadas suas extensas reservas de petróleo.

Fruto de ameaças reais por parte de seus vizinhos e da matriz hegemônica do sistema, ou resultado apenas dos desvarios de seu presidente, fato é que, com Chávez, a Venezuela ampliou em proporções absolutamente expressivas seu parque militar. E uma parcela relevante destes novos armamentos importados pelo país vem de Moscou.

Neste contexto, a Venezuela está comprando armas russas e equipamento militar através de 12 contratos, assinados desde 2005, por mais de 5,4 bilhões de dólares, com a intenção de pagar em efetivo e em parcelas, 3,2 bilhões de dólares, e a soma restante com um crédito outorgado recentemente pela Rússia, pelo montante de 1 bilhão de dólares e de outros 1,2 bilhões no futuro. Entre as armas russas compradas e por comprar pela Venezuela estão: 3 submarinos Varshavianka Classe 3; 24 aviões de combate Sukhoi-30 MK-2; 60 helicópteros de combate, Mi 17, Mi 26, Mi 28N e Mi 35; aviões de transporte Antonov; um número indeterminado de baterias antiaéreas Igla-S-24 e S-125 Pechora 2M, e 100.000 fuzis Kalashnikov AK-103. Além do mais, estão em construção, na Venezuela, uma fábrica de fuzis Kalashnikov e de munições, um centro de reparos de helicópteros e um centro de treinamento para pilotos de aviões militares (ROMERO, 2010, p. 27).

Em situação semelhante à existente com a China, não há indícios de que as relações entre Rússia e Venezuela retrocedam em curto prazo. As parcerias firmadas no campo militar continuam se aprofundando, ao mesmo tempo em que novos convênios de cooperação são assinados em setores diversos.

4.4.5 Resultados da Política Externa Bolivariana: Projeção externa e ativismo político

Nosso trabalho não se lançará a discutir os resultados concretos obtidos pela Venezuela, no que diz respeito a sua inserção no ambiente internacional, desde que Chávez assumiu o poder em 1999. Assim como acontece em seu plano doméstico, a Revolução Bolivariana é, em sua etapa externa, um dinâmico e complexo processo em curso, o que inviabiliza em grande medida que se alcancem conclusões definitivas. Nosso objetivo, ao apresentar os números e dados citados nos tópicos referentes à Política Externa chavizta, se restringiu a tentativa de demonstrar que, sob Chávez, a Venezuela buscou reconstruir o papel desempenhado pelo país no sistema internacional.

De acordo com Carlos Romero (2010), Chávez substituiu os contornos de Política Externa que possuía seu país por uma nova etapa de “Projeção Externa”. O autor destaca seis entre os fatores primordiais que assumiram as Relações Internacionais da Venezuela governada por Chávez. São eles: 1 – sua visão estruturalista; 2 – o fomento à diplomacia social; 3 – a ideologização do serviço exterior; 4 – a promoção do ativismo internacional; 5 –

o uso do petróleo para a projeção internacional; e 6 – a promoção da democracia participativa (ROMERO, 2010, p. 106).

Juntos, estes princípios norteadores resultaram em uma Política Externa de profundo ativismo político, capaz de inserir a Venezuela em um restrito grupo de países de relevante projeção geopolítica insatisfeitos com a ordem mundial vigente, baseada na unipolaridade dos EUA, atuantes na construção de uma alternativa que caminhe no sentido da multipolaridade (OLIVEIRA, 2011, p. 84).

Em medida semelhante ao que vem acontecendo em suas relações entre estados, a atuação da Venezuela nos organismos internacionais também sofreu profundas transformações após a primeira eleição de Chávez. Nos últimos anos, o país protagonizou a retomada de funções relevantes na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fundada com o apoio da Venezuela nos anos 60, mas que ao longo dos anos viu o país caribenho se afastar de suas decisões políticas mais importantes.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), Chávez tampouco se mostrou omissos. Independentemente da adjetivação que se possa conferir ao fato, entrou definitivamente para a história da Organização das Nações Unidas o episódio em que, em setembro de 2006, Chávez subiu à tribuna de sua sede em Nova York anunciando estar sentindo cheiro de enxofre, em razão da presença do então presidente do EUA, George W. Bush, a quem chamou textualmente de “diabo”, no referido local um dia antes.

Talvez exatamente em decorrência de sua retórica extrema e radical, Chávez venha conquistando admiradores devotos e críticos vorazes em medidas parecidas ao redor do mundo. Nos países que visita em todos os cinco continentes, Chávez é recebido por estudantes, militantes sociais e ativistas antiimperialistas, que tratam o estadista como uma espécie de personificação deste “novo socialismo” que Chávez anuncia construir. A suposta distância entre o discurso e a prática, no entanto, confere a seu governo contornos ainda mais agudos de controvérsia político-ideológica. Em 2008, por exemplo, o então embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, John Maisto menosprezou a retórica socialista e antiimperialista anunciada pelo presidente venezuelano: “Há que se ocupar com o que Chávez faz, e não com o que ele diz” (JONES, 2008, p. 156).

Ainda que inconsistente e desprovida de qualquer argumentação, a frase de Maisto ganha ressonância na medida em que Chávez parece ser consciente de que a rivalidade política com o governo do presidente Bush não poderia resultar - e não resultou - na interrupção das relações comerciais entre os dois países, absolutamente fundamentais, ainda

nos dias atuais, para que a Venezuela exporte seu petróleo e mantenha sua dependente economia interna em funcionamento.

O que é preciso destacar, entretanto, é que a dependência histórica da Venezuela em relação aos Estados Unidos e aos interesses de suas principais empresas petroleiras, vigente em relevante medida ainda nos dias atuais, não impediu que Chávez se lançasse, na tentativa essencialmente de reverter este quadro, a mudar os rumos da Política Externa de seu país. Estas mudanças foram exemplificadas em nosso trabalho através dos casos de Rússia e China, mas a Venezuela ampliou em relevante medida sua inserção internacional fortalecendo também os laços bilaterais com outras nações, entre elas Irã, Cuba, Brasil e Índia. Todos eles países com os quais o Estado venezuelano mantinha, antes de Chávez, relações meramente diplomáticas e comerciais, sem as configurações geopolíticas e estratégicas nos níveis deflagrados a partir de sua primeira vitória eleitoral.

5 CONCLUSÃO

A tarefa de concluir o presente trabalho sobre o atual momento que vive a Venezuela se faria complexa sob qualquer análise, por despretenso e simples que este fosse. O objetivo primordial desta dissertação foi contribuir com os debates acerca da Revolução Bolivariana e das transformações implantadas sob a liderança de Hugo Chávez, presidente do país desde 1999. As dificuldades inerentes a elaboração desta etapa final da pesquisa se traduziriam em diversos aspectos. Parece-nos necessário, não obstante, elencar alguns deles para concluir de forma precisa nosso trabalho.

Em primeiro lugar, assim como aconteceria com qualquer mandato e em qualquer país, o governo Chávez não pode ser interpretado enquanto um fenômeno isolado no tempo e no espaço, alheio aos fatores internos e externos que se impuseram e que continuam se impondo sobre ele. Mais difícil resulta ainda encerrar esta análise quando, mais do que um simples governo, pretende-se estudar um movimento revolucionário de cunho auto proclamado nacionalista e socialista, emergido dez anos após o fim da Guerra Fria e à luz do começo do século XXI.

Tornou-se comum nos últimos anos ouvir as mais diversas atribuições, positivas e negativas, ao governo Chávez e particularmente a sua liderança pessoal. Os que costumeiramente se lançam a criticar com mais acidez a Revolução Bolivariana a consideram anacrônica, totalitária e absolutamente antidemocrática. Ao direcionar um olhar menos fervoroso e mais isento sobre o mesmo governo, no entanto, percebemos que Chávez chegou ao poder em um país marcado por tradições muito próximas às práticas exercidas por ele, resguardadas aqui todas as transformações lideradas por seu governo nos campos político, econômico e social do país.

Partindo, então, da premissa de que não poderíamos examinar criteriosamente o governo Chávez, sem antes compreender a herança interna que este recebeu, assim como também far-se-ia imperativo contextualizá-lo diante do momento histórico em que o mesmo se iniciou, buscamos ao longo de nossa pesquisa conhecer a Venezuela antes de Chávez. Defrontamo-nos com a história de um Estado Nacional herdeiro de um passado semi-colonial e autoritário, com pouca capacidade de gerar riquezas a partir de setores que não o primário-extrativista e com nuances contraditórias de uma democracia nacional tida por muitos como exemplar durante o Pacto de Punto Fijo (1959-1993), mas que acabou extinta nas urnas por haver se mostrado não apenas insuficiente, como também elitista e excludente.

Sob Chávez, o Estado venezuelano inaugurou uma nova concepção na forma de gerir os recursos públicos. Estes passaram a ser destinados, em inegavelmente maior medida, aos milhões de venezuelanos que jamais se beneficiaram com o fato de seu país possuir uma das cinco maiores reservas de petróleo do mundo, o que em outros países viabilizou a construção de modelos altamente eficientes de desenvolvimento sócio-econômico. Ainda que iniciativas como a reforma agrária, o combate à miséria e a ampliação dos investimentos em políticas sociais não tenham gerado, até os dias atuais, os resultados prometidos pela Revolução Bolivariana, torna-se necessário que sejam examinadas as raízes das profundas e históricas desigualdades sociais e econômicas sobre as quais se forjou a República venezuelana.

Nossa pesquisa tratou de estudar também a inserção da Venezuela no ambiente internacional, e possivelmente repouse aí o campo em que o governo Chávez tenha promovido as mais radicais transformações. Desde que se descobriu dona de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela optou por aceitar e legitimar uma relação de forte dependência com os Estados Unidos. Parece-nos haverem influenciado para a deflagração desta dependência inúmeros fatores, que vão desde a proximidade geográfica com o país norte americano, até o fato de os Estados Unidos terem emergido do cenário pós segunda guerra mundial como matriz de um novo regime hegemônico, vigente até os dias de hoje.

Dentro deste contexto, poucos foram os momentos em que o Estado venezuelano ousou alterar esta ordem e atuar com mais soberania e independência no sistema internacional. Estes hiatos de ativismo político no plano externo estão temporariamente ligados aos períodos de alta exacerbada nos preços do petróleo, sobretudo nos anos 1970 e 1980. Ocorre que estes chamados booms petroleiros tiveram curta duração, e mesmo durante eles a Venezuela não foi capaz de construir um leque mais amplo e auto-sustentado de relações multilaterais com outros importantes países do capitalismo central. Evidentemente o cenário era outro, e faz-se necessário resgatar que a Guerra Fria impunha aos países periféricos do Ocidente uma lógica marcada pela dominação política, econômica e, em vários momentos, militar por parte dos Estados Unidos.

Neste campo em particular, o mundo encontrado por Chávez quando de sua primeira vitória eleitoral era completamente diferente. O fim da Guerra Fria e o discutível enfraquecimento dos Estados Unidos como único hegemom do sistema interestados deram ao presidente venezuelano a oportunidade de rever o papel desempenhado pela Venezuela no ambiente internacional. E Chávez parece não haver hesitado em reinaugurar a inserção externa de seu país. Ao mesmo tempo em que se aliou ao socialismo cubano, ao lulismo brasileiro e ao novo peronismo da Argentina, a Revolução Bolivariana buscou parcerias

sólidas e duradouras com, por exemplo, duas potências que se apresentaram no começo do presente século como donos da capacidade de, ao menos em seus continentes, desafiar a hegemonia unipolar dos Estados Unidos.

Se não se mostrou capaz de romper economicamente – já indica havê-lo feito na política – com a dependência que seu país ainda mantém em relação aos EUA, o governo Chávez parece haver encontrado em China e Rússia dois parceiros estratégicos fundamentais por suas tradições políticas recentes, completamente afastadas dos preceitos defendidos pelos Estados Unidos em referência a temas como democracia, desenvolvimento interno e Política Externa para com os países periféricos.

Como efeito mais proeminente desta nova inserção da Venezuela no ambiente internacional, temos hoje um cenário em que o país caribenho deixou de ser apenas mais um país organicamente aliado aos Estados Unidos, papel cumprido por Caracas durante quase todo o século XX. Desde que emergiu ao poder, a Revolução Bolivariana colocou a Venezuela em um papel de destaque dentro de qualquer debate geopolítico sobre a América Latina, conferindo ao país níveis de projeção internacional impensados para uma nação que vinte anos atrás havia optado por seguir fielmente todos os preceitos recomendados pelo Consenso de Washington.

No campo teórico, nossa pesquisa desenvolveu-se na busca por identificar possíveis convergências entre o governo Chávez e o conceito gramsciano de Bloco Histórico. Desde a etapa introdutória da dissertação, não obstante, nosso trabalho apresentou-se desprovido da necessidade de que esta dissertação chegasse a alguma conclusão definitiva a este respeito.

Inúmeros são os fatores que inviabilizariam o alcance de tal objetivo. Como exposto ao longo da pesquisa, o conceito criado por Gramsci e atualizado pelos autores a que recorremos apresenta-se amplo e inexato, podendo sua aplicação irrestrita a algum fenômeno empírico incorrer em precipitações e avaliações superficiais por parte de quem se lance a fazê-lo.

Em que pese não haver objetivado o cumprimento de tal diretriz, nossa pesquisa encontrou elementos que poderiam corroborar e refutar a tese de que a primeira eleição de Chávez significou de fato a ascensão de um novo Bloco Histórico, de cunho proletário, a administração do Estado Venezuelano. A união ideológica entre nacionalismo e socialismo, descrita por Gramsci e atualizada por Cox, pareceu-nos o elemento de maior proximidade entre os referidos conceitos teóricos e a práxis da Revolução Bolivariana.

À sua maneira, e principalmente sob as condições objetivas e subjetivas que a ele se impuseram, parece-nos que Chávez se manteve no poder pelos últimos treze anos a frente de

um projeto peculiar que uniu estes dois elementos, nacionalismo bolivariano e socialismo, sob aspectos únicos e, conseqüentemente, passíveis de diferentes e controversas visões. Um dos componentes que fazem particularmente complexa esta análise é exatamente o fato de que, na América Latina e em todo o mundo, os marxistas têm encontrado relevante dificuldade para definir o que seria ou não socialista nos dias atuais. Assim como vago também se mostrou o conceito de bolivarianismo, valor moral que Chávez anuncia defender e perpetuar.

Ademais o caráter ideológico que o presidente venezuelano buscou e segue buscando conferir a seu governo, nossa pesquisa encontrou variados níveis de convergência entre os significados conferidos ao conceito de Bloco Histórico e a práxis da Revolução Bolivariana em diferentes etapas. Como exposto no primeiro capítulo, para que tal processo fosse deflagrado, seria elemento necessário, de acordo com a visão dos autores citados ao longo da pesquisa, que o líder transgressor da ordem imposta pelas classes dominantes possuísse rara capacidade de dialogar com os mais diversos grupos e classes sociais de origem proletária.

Fundamental far-se-ia também que, uma vez no poder, este novo Bloco Histórico fomentasse a criação de uma espécie de nova identidade nacional, forjada em torno de signos, ritos e valores culturais que buscassem enterrar os ciclos de exploração vividos no passado, e transmitisse a mensagem de que este processo revolucionário marcaria a transformação definitiva da sociedade, em direção a um novo modelo nas relações Estado-indivíduo. Se ainda não foi capaz de viabilizar o cumprimento destes objetivos, Hugo Chávez não parece tampouco disposto a abandoná-los, mesmo que apenas enquanto retórica, pelo tempo que permanecer no poder.

Em outros componentes presentes no governo Chávez, por outro lado, nos deparamos com fatores que distanciam a Revolução Bolivariana dos conceitos utilizados para embasar nossa pesquisa. Entres estes aspectos, merece destaque a manutenção da dependência em torno do petróleo na economia venezuelana. Sem dar demonstrações claras que indiquem para a estipulação de uma nova cadeia produtiva para o país, que poderia ser verificada, por exemplo, através do crescimento da indústria ou do fomento a setores relacionados à produção de conhecimento, a Venezuela chavizta segue extremamente dependente dos preços de exportação de seu bem material mais valioso, o que em alguma medida rechaça na prática a tese de que o país tenha passado verdadeiramente por uma Revolução estrutural nos últimos anos.

Para concluir, a variante que inviabilizou em mais relevante proporção que nossa pesquisa chegasse a uma definição sobre a possibilidade de a Venezuela ter assistido ou não ao nascimento de uma Revolução com a chegada de Chávez ao poder é precisamente o fato de

que trata-se de um fenômeno em movimento, inserido em um mundo que passa também por amplas e seguidas transformações.

A única derrota eleitoral já sofrida pelo chavismo, ocorrida em 2007 no referendo convocado pelos setores defensores do governo para dar ainda mais poderes ao presidente, mostrou que segue presente uma considerável polarização na sociedade, e que Chávez está longe de contar com o apoio de todos os 27 milhões de venezuelanos. As pesquisas mais recentes realizadas no país, no entanto, indicam que Chávez é o favorito absoluto para vencer as eleições presidenciais programadas para o dia 7 de outubro de 2012. Caso as previsões se concretizem, a Revolução Bolivariana seguirá no poder até o final de 2018, quando Chávez poderá completar 19 anos consecutivos como presidente eleito da Venezuela.

Torna-se então importante, desde nosso particular parecer, que a Venezuela Revolucionária e Bolivariana de Hugo Chávez siga sendo alvo de estudos acadêmicos capazes de interpretar os polêmicos fenômenos políticos, econômicos e sociais vigentes no país. Nossa pesquisa, até certo ponto inconclusiva, teria enormes dificuldades para não se assumir como tal dado o dinamismo com que os fatos nela descritos vêm acontecendo e, tudo indica, seguirão se reproduzindo ao longo dos próximos anos. Pretendemos dar continuidade a este trabalho em etapas próximas, durante as quais será fundamental dispor de meios mais precisos para fomentar a pesquisa empírica. Há que se destacar que a maior parte das obras dedicadas a estudar a Revolução Bolivariana padece de uma exacerbada e prejudicial ideologização, e acabam se mostrando fundadas sobre o objetivo central de defender ou criticar a figura de Hugo Chávez, o que evidentemente compromete seu resultado final.

Nosso trabalho pretendeu demonstrar que, em todos seus avanços e retrocessos, o chavismo tornou-se um componente único e fundamental para se compreender a Venezuela do pós Guerra Fria e das primeiras décadas do século XXI, e que muitos de seus feitos seguirão repercutindo no ambiente interno do país ainda que sem a liderança pessoal de Hugo Chávez. Por se tratar de um fenômeno em curso, é particularmente necessário que toda e qualquer análise acadêmica sobre as origens e os resultados da Revolução Bolivariana seja organizada de forma cuidadosa, detalhada e isenta. Se nossa pesquisa houver se mostrado capaz de contribuir nesta direção, terá cumprido os objetivos a que se propôs.

REFERÊNCIAS

ARRIGUI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ARRIGUI, Giovanni. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 227-273.

AUMAITRE Jose Vicente Carrasquero. **Venezuela: democracia en crisis?** Rio de Janeiro: Centro de Estudos, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2, 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: Alexandre Gusmão, 2007. p.161-182.

BERNSTEIN, Richard; MUNRO, Ross H. **The coming conflict with China**. New York: Alfred A. Knopf, 1997.

BOLÍVAR, Simon. Discurso de la Angostura. In: ROMERO, José Luiz (Org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. 1819. T. 2, p. 107-128.

BOLÍVAR, Simon. Discurso Introductorio a la Constitución de Bolívia. In: ROMERO, José Luis (Org.). **Pensamiento conservador**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1978. p. 3-12.

CAMPELLO, Daniela. **A crise petroleira e seus impactos no “socialismo do século XXI**. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, ABR. 2009. (Análise de Conjuntura OPSA, n. 4). Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22166.pdf>>. Acesso em 24 jun.2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CORDEIRO, José Luis. **El gran tabu venezolano**: la desestatización del petróleo. Caracas: Cedice, 1997.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DIETERICH, Heinz. **El socialismo del siglo 21**. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1999.

ESPINASA, Ramón. El auge y el colapso de PDVSA a los treinta años de la nacionalización. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias sociales**, v. 12, n. 1, p. 147-182, ene-abr. 2006.

EWELL, Judith. The development of Venezuelan geopolitical analysis since world war second. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 24, n. 3, p. 295-320, Ago. 1992.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Montevideo: Siglo XXI, 2001.

GALL, Norman. Petróleo e democracia na Venezuela. Parte I: Por que Chávez? **Braudel Papers**, São Paulo, n. 40, p.3-19, 2006a. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp40_pt.pdf>. Acesso em 12 jul.2011.

GALL, Norman. Petróleo e democracia na Venezuela. Parte I: Por que Chávez? **Braudel Papers**, São Paulo, n. 41, p.3-19, 2006a. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp410_pt.pdf>. Acesso em 12 jul.2011.

HELLINGER, Daniel. Venezuela. In: VANDEN, Harry E; PREVOST, Gary. **Politics of Latin America: the power game**. 2 ed. New York. Oxford University Press, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JONES, Bart. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da Revolução permanente**. São Paulo: Novo Concerto, 2008.

KARL, Terry Lynn. **The paradox of plenty: oil booms and petro-states**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LANDER, Edgardo. Venezuelan social conflict in a global context. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. **Venezuela: Hugo Chávez and the decline of an exceptional democracy**. Lahan: Latin American perspectives in the classroom. Boulder: Rowman and Littlefield publishers, 2007. p. 75-76.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÉNINE, V. I. **Obras escolhidas em seis tomos**. Lisboa: Avante, 1984. T. 2.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, regionalização e soberania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

MAINGOT, Anthony. Perceptions as realities. The United States, Venezuela and Cuba in the Caribbean. In: MUNOZ, Heraldo; TULCHIM, Joseph S. (Ed.). **Latin American nations in world politics**. Boulder: Westview Press, 1984. p. 123-124. (Coleção Foreign Relations of the third world).

MARINGONI, Gilberto. **A revolução Venezuelana: revoluções do século XX**. São Paulo: Unesp, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTZ, John. Venezuelan foreign policy and the role of political parties. In: MUÑOZ, Heráldo; TULCHIN, Joseph. **Latin American nations in world politics**. Boulder: Westview Press, 1984. p. 68-69. (Coleção Foreign Relations of the third world).

NATALINO, Enrique Carlos. **A maldição do petróleo na Venezuela**: uma análise institucional. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Belo Horizonte.

NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, democracia e a política externa de Hugo Chávez. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte.

OTÁLVORA, Edgar C. El Caribe y el contencioso con Guyana en la política exterior venezuelana: contraste de dos tiempos. **Caderno del Cendes**, Caracas, v.19, n.49, p. 103-126. Jan, 2002.

PALMA, Gabriel. Latin America during the second half of the twentieth century: from the “age of extremes” to the “end of history” uniformity. In: HA-JOON, Chang (Ed.). **Rethinking development economics**. London: Anthem press, 2003. p.125-151.

RAMO, Joshua Cooper. **The beijing consensus**: notes on the new physics of chinese power. London: Foreign Policy Centre, 2004.

ROMERO, Carlos. Venezuela, su política exterior y el Caribe. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 10, n 3, p. 243-259, 2004.

ROMERO, Carlos. Venezuela y Estados Unidos: ¿Una relación esquizofrénica? **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 206, p. 78-79. nov./dic. 2006.

ROMERO, Carlos. **La política exterior de la Venezuela bolivariana**. Plataforma Democrática, jul. 2010. (Working Paper, n. 4). Disponível em: <<http://www.plataforma-democratica.org/Publicacoes/18041.pdf>>. Acesso em: 24 jun.2010.

RUPERT, Mark. Alienação, capitalismo e o sistema interestados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 127-156.

SAINT-UPÉRY, Marc. El enigma bolivariano. **Archipiélago Revista de Análisis Político y cultural**, n 1, p 28-46, oct./dic. 2007.

SANTOS, Theotônio dos. **The structure of dependence**. Santiago: Universidade do Chile, 1970.

SEVERO, Luciano Wexel. A economia venezuelana frente à crise mundial. **Data Vênia**, São Paulo, v. 25, p. 10-15, fev./abr. 2009.

VADELL, Javier. A crescente presença da China na América do Sul no século XXI: rumo a um “Consenso de Pequim”? In: VADELL, Javier; CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. p. 300-322.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas, 1999. Disponível em: <<http://www.constitucion.ve/documentos/ConstitucionRBV1999-ES.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

VENEZUELA. Constituição (1961). **Constitución de la República de Venezuela**. Caracas, 1961. Disponível em: <<http://www.analitica.com/constituyente/c61/>> Acesso em: 22 jan. 2011.

VENEZUELA. **Decreto 1510**: com fuerza de Ley Orgánica de Hidrocarburos. Reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos. Disponível em: <http://www.soberania.org/Documentos/Ley_de_hidrocarburos.htm>. Acesso em: 24 jun. 2011.

VILLA, Rafael Duarte. Política externa na administração Hugo Chávez. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 99-120, jun./ago. 2004.

VILLA, Rafael Duarte. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 37-49, set./ nov. 2007.

VILLA, Rafael Duarte. **Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul**: estudo comparativo dos gastos militares. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, dez. 2008. (Estudos e Cenários). Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br> e <http://necon.iuperj.br>>. Acesso em: 24 jun.2011.

WEISBROT, Mark; SANDOVAL, Luis. **The venezuelan economy in the Chávez years**. Washington: Center for economic and political research, 2007.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.